

**Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

**Catadores de materiais recicláveis: contexto, experiências e  
perspectivas de futuro**

**Jorge Henrique da Silva**

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor  
em Ecologia de Agroecossistemas.

**Piracicaba  
2006**

**Jorge Henrique da Silva**  
**Biólogo**

**Catadores de materiais recicláveis: contexto, experiências e perspectivas de futuro**

Orientador:  
Profa. Dra. **SILVIA MARIA GUERRA**  
**MOLINA**

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor  
em Ecologia de Agroecossistemas.

**Piracicaba**  
**2006**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP**

Silva, Jorge Henrique da  
Catadores de materiais recicláveis: contexto, experiências e perspectivas de futuro / Jorge Henrique da Silva. - - Piracicaba, 2006.  
226 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2006.  
Bibliografia.

1. Catador de material reciclável 2. Cooperativismo 3. Desenvolvimento sustentável 4. Ecologia humana 5. Territorialidade I. Título

CDD 301.31

**“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”**

Este trabalho é dedicado aos **CATADORES** de materiais recicláveis. Trabalhadores com quem aprendi muito. A estas Pessoas, todo o meu respeito e reconhecimento.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À DEUS, por ter me oportunizado conviver com Pessoas Especiais, iluminadas que sempre mostraram, com muita simplicidade, que é possível ser feliz;

À minha Amada Mãe, uma vencedora, com quem, por meio de seus exemplos, mostrou-me todas as virtudes que uma pessoa necessita para SER HUMANO; À minha Amada Companheira e Esposa, Alessandra, que com muito amor, sempre me apoiou, me orientou e estimulou à conquistas; À minha Querida e incansável Irmã, Cláudia, que com sua luta diária, muito me inspira; À Adriana, minha Irmãzinha Querida, que, juntamente com o Marco, rapaz que sempre terei em meu coração, me presentearam com seus dois lindos Filhos: Carolzinha e Gustavo; Ao meu estimado Irmão Valter e toda a sua Família (Suraya, Guilherme e Júlia) por sempre propiciar momentos agradáveis quando nos encontramos; Ao meu Pai, Sr. Walter, pelo apoio e carinho; À Minha família Piracicabana: Dona Nelci, Nilza, Nilvinha, Júnior, Iádia, Léo, Amanda, Andréa, Cláudio e Rafael, pelo convívio, reuniões gastronômicas, apoio e o carinho.

À Profa. Dra. Silvia Maria Guerra Molina, pessoa realmente iluminada e especial, pelo carinho, amizade, atenção, paciência, orientação, disponibilidade e incentivo;

Aos Professores: Dra. Maria Elisa P. E. Garavello e Dr. Dálcio Caron, pelo convívio, conhecimento compartilhado e pelas valiosas contribuições a este trabalho.

À sempre disposta, alegre, batalhadora e Amiga, Adriana Bonin, por ter sido minha companheira nesta caminhada, por incentivar, apoiar e pelo importante trabalho que desenvolve, sempre com muito amor, conduzindo pessoas;

Aos companheiros do Laboratório, pelo convívio, apoio e prosas; Aos funcionários da Seção de Pós Graduação, pelo atendimento sempre cordial, em especial à Secretária do PPGI-EA, Sra. Regina, pela sua paciência e disponibilidade; Às profissionais da Biblioteca Central, pela contribuição, correções e orientações; Às Instituições e Organizações, que contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Enfim, àqueles que com quem convivi e que contribuíram para que me tornasse um Ser mais Feliz.

Muito obrigado!

“Jamais duvide de que um grupo de cidadãos comprometidos e previdentes possa mudar o mundo. Na verdade, essa é a única solução que existe”

*Margareth Mead*

## SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE SIGLAS.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 OBJETIVOS.....	18
3 HIPÓTESES.....	19
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	20
4.1 Desenvolvimento para a sustentabilidade global.....	20
4.2 Desenvolvimento econômico alternativo.....	25
4.2.1 Economia solidária.....	28
4.2.1.1 A economia solidária no Brasil contemporâneo.....	31
4.2.1.2 Cooperativismo: definição e princípios.....	33
4.2.1.2.1 Sociedade cooperativa.....	34
4.2.1.2.2 Cooperativas: classificação, legislação e administração.....	37
4.2.1.3 Ecomercado de trabalho.....	39
4.3 Panorama geral do mercado de trabalho.....	40
4.4 Exclusão social.....	41
4.4.1 Exclusão social em Piracicaba.....	45
4.5 Ecologia humana.....	46
4.5.1 Território.....	48
4.5.2 Territorialidade.....	50
4.8 Sobras e restos da sociedade: o lixo.....	53
4.8.1 O conceito de lixo.....	53
4.8.2 Quantidade produzida.....	54
4.8.3 Problemas causados pelos RSU.....	55
4.8.4 Fluxo “convencional” dos RSU.....	59
4.8.4.1 Outros caminhos.....	60
4.8.5 Piracicaba e os RSU.....	63

	7
4.8.5.1 Produção de RSU em Piracicaba.....	65
4.9 Panorama geral dos Catadores.....	68
4.10 Pesquisa qualitativa.....	72
5 METODOLOGIA.....	77
5.1 Objeto e área de estudo.....	77
5.2 O trabalho de campo.....	77
5.3 Observação participante.....	78
5.4 Discussão em grupo e história de vida.....	79
5.5 Análise dos resultados.....	80
5.5.1 Organização e classificação dos dados.....	80
5.5.2 Interpretação.....	80
5.5.3 Análise final.....	80
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	82
6.1 Caminhos trilhados.....	82
6.1.1 Primeiro Momento: o encantamento.....	82
6.1.2 Segundo momento: a experiência se amplia.....	87
6.1.2.1 Sistema de gestão do PR2000R.....	89
6.1.3 Terceiro momento: convívio com os Catadores e novos desafios.....	90
6.1.3.1 A aproximação.....	90
6.1.3.2 Trocando experiências.....	95
6.1.4 Quarto momento: acreditando na proposta.....	98
6.1.4.1 Formando alianças.....	101
6.1.4.2 Empreendedores em curso.....	102
6.1.4.3 Outros desafios.....	103
6.1.4.3.1 Ampliações e mudanças necessárias.....	104
6.1.4.4 O início de um retrocesso.....	106
6.1.4.4.1 Da crença à revolta.....	108
6.1.4.4.2 Algumas surpresas.....	110
6.1.5 Quinto momento: o recomeço.....	111
6.1.5.1 A herança: outros desafios.....	112
6.1.5.2 I Fórum do PR2000R: diretrizes para o fortalecimento regional.....	113

6.1.5.3 Grandes avanços: “nosso melhor momento” .....	114
6.1.5.3.1 Integrante integrado: auto-estima e cidadania se manifestando.....	119
6.1.5.3.2 Empreendedores em ação.....	122
6.1.6 Sexto momento: velhos desafios, empenhos e conquistas.....	125
6.1.6.1 Ampliando a parceria: boas perspectivas.....	126
6.1.6.2 Superar dificuldades na base do “jeitinho”.....	127
6.1.7 Sétimo momento: o início do fim.....	129
6.1.7.1 Surpreendidos: mais uma vez.....	130
6.1.8 Oitavo momento: desencantamento.....	131
6.1.9 Contribuindo ainda: do lado de fora.....	133
6.2 Perspectivas de futuro para o PR2000R em Piracicaba.....	133
6.3 O Catador.....	137
6.3.1 Onde e como moram.....	144
6.3.2 Comercialização e composição da renda.....	147
6.3.3 O território dos Catadores.....	153
6.3.4 Suas dificuldades.....	157
6.3.5 Estigmas: razões e preconceitos.....	161
6.3.6 Conquistando visibilidade.....	163
6.3.7 Práticas solidárias.....	167
6.4 Perspectivas de futuro para os Catadores de Piracicaba.....	169
7 CONSIDERAÇÕES.....	173
8 CONTRIBUIÇÕES: SUGERINDO CAMINHOS.....	175
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
9.1 Desenvolvimento sustentável: sonho ou possibilidade real?.....	181
9.2 Novos saberes e aprenderes.....	183
REFERÊNCIAS .....	186
ANEXOS.....	200

## RESUMO

### **Catadores de materiais recicláveis: contexto, experiências e perspectivas de futuro**

O presente trabalho teve como objetivos: contextualizar o Programa Reciclar 2000 – Regional – Nosso Futuro Sustentável (PR2000R) em Piracicaba; apresentar o Catador sob diversos aspectos: seu modo de vida, seu território e suas relações e; propor caminhos e ações que possam contribuir para que as atuais e futuras Organizações de Catadores obtenham sucesso em suas propostas. Algumas hipóteses foram elaboradas: o PR2000R atingiu o objetivo social de organizar os Catadores e instituir uma cooperativa destes trabalhadores; o PR2000R possibilitou a promoção e a inclusão social dos Catadores; existe, entre os Catadores, um sistema de “demarcação de territórios” para a coleta de recicláveis; a população de Catadores é constituída principalmente por profissionais de diversos setores, que perderam seus nichos de mercado, buscando na atividade de coleta de recicláveis um novo meio para a subsistência; o município de Piracicaba apresenta um cenário com boas perspectivas de futuro para a atividade organizada de coleta de recicláveis; o Catador apresenta certa resistência em se tornar membro de uma Cooperativa. A metodologia utilizada foi a da observação participante e história de vida. A coleta de dados se deu principalmente na vivência diária com os Catadores, por meio de conversas informais constantes e visitas em suas moradias. Durante este convívio os registros das observações dos momentos e das falas dos Catadores, foram feitos em um caderno de campo. Com a finalidade de caracterizar o principal ator e a dinâmica de seu trabalho, foram realizados, também, registros fotográficos. Os resultados obtidos ressaltam que o PR2000R atua como um verdadeiro sucateiro, não caminhou para efetivamente promover, social e economicamente o Catador, não reconhece e nem respeita o Catador como trabalhador e cidadão. O Catador continua na invisibilidade, é reconhecido como mendigo ou marginal e continua sendo explorado pelos sucateiros. Existe, de forma velada, um código de ética entre eles, onde cada um respeita o território do outro. Apesar de já terem tido um emprego formal, alguns assumem, com orgulho, a atividade que desenvolve, estão felizes por poderem trabalhar livres, sem patrão e devido às experiências vividas, não demonstra interesse em se tornar membro de uma cooperativa. Neste cenário apresentado, o município não apresenta boas perspectivas de futuro para que os Catadores sejam organizados em cooperativa. No sentido de contribuir para que Organizações futuras prosperem, sugere-se que as mesmas se fundamentem no aprendizado e na prática continuada, interligado em pelo menos três níveis: o técnico - como fazer e ensinar a atividade de forma competente; o administrativo - como gerir com eficiência e democracia; e o político - como desenvolver valores da economia solidária. Ainda, é sugerido para que a administração municipal gerencie seus resíduos sólidos de maneira integrada, se desenvolva, com a participação da sociedade, um conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento, baseada em critérios sócio-ambientais, éticos e sustentáveis, que promova socialmente o Catador, propiciando qualidade de vida a este trabalhador.

Palavras-chave: Catadores; materiais recicláveis; desenvolvimento sustentável; economia solidária; subsistência; territorialidade; ecologia humana.

## ABSTRACT

### **Scavengers of recyclables materials: context, experiences and future perspectives**

The present study was aimed at contextualizing the *Programa Reciclar 2000 – Regional – Nosso Futuro Sustentável (PR2000R)* in Piracicaba; presenting the scavengers under different lights, such as, life style, working territory and relationships and; presenting possible approaches and actions to contribute to the success of present and future proposals of Scavengers' organizations. The hypotheses tested were: the *PR2000R* has reached the social objectives of organizing the Scavengers and setting up a cooperative for them; the *PR2000R* promoted the social inclusion of the Scavengers; there is a "territory demarcation" system for the collection of recyclables; the Scavengers are professional people from different areas who lost their market niches and are involved with the activity of collecting recyclables to earn a living; Piracicaba presents great future perspectives for the organized collection of recyclables; the Scavengers show certain resistance to being organized as a cooperative. The methodology adopted was hands-on observation and study of life history. The data collection was carried out mainly during the daily contact with the Scavengers, informal talks with them and visits to their homes. The observations reports and the transcripts of the Scavengers' opinions were registered in a field diary. Photographs were taken in order to characterize the main actor and his work dynamics. The results show that the *PR2000R* functions as a junkyard dealer, neither promoting the social or economic improvements of the Scavengers, nor regarding or respecting them as workers and citizens. The Scavengers continue unnoticed for the society, and are considered by many as drifters or outlaws, being constantly exploited by junkyard owners. There is a non-stated ethical code among Scavengers, who respect other Scavengers' territories. Despite having been formally employed before, some Scavengers are proud of their present activity and glad with their self-employed situation, with no boss and, due to the experiences they have had, do not show interest in becoming members of a cooperative. Considering this scenario, the municipality does not present good perspectives for the organization of the Scavengers in a cooperative. For future Organizations to prosper, they should be based on continuous learning and practices interconnected by at least three aspects: technical – how to carry out and teach the activity effectively; administrative – how to manage with efficiency and democracy; and political – how to develop the values of a solidaristic economy. The municipal administration should also adopt a set of normative, operational, financial and planning actions based on socio-environmental, ethical and sustainable criteria, which socially promote the Scavenger and improve their quality of life, managing solid residues in an integrated way with the society's participation.

Key-words: Scavengers; recyclable materials; sustainable development; solidaristic economy; subsistence; territoriality; human ecology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma simplificado de uma Cooperativa.....	38
Figura 2 – Aspecto geral de um lixão.....	216
Figura 3 – Fluxo de resíduos sólidos urbanos.....	59
Figura 4 – Coleta seletiva porta a porta por sucateiros, com caminhão.....	216
Figura 5 – Coleta seletiva porta a porta por catadores, com carrinho.....	216
Figura 6 – Coleta seletiva porta a porta por catadores, com carroça (A) ou com veículo (B).....	216
Figura 7 – Localização do município de Piracicaba.....	63
Figura 8 – Catador de materiais recicláveis na década de 40 (século XX).....	69
Figura 9 – Logística dos sucateiros no aterro.....	217
Figura 10 – Catador com o “seu” carrinho de coleta.....	217
Figura 11 – Confraternização mensal.....	217
Figura 12 – Catador coletando recicláveis no lixo.....	217
Figura 13 – Aspecto geral das moradias dos Catadores.....	217
Figura 14 – Precariedade das moradias dos Catadores.....	218
Figura 15 – Moradias dos Catadores em área de risco.....	218
Figura 16 – Aspectos gerais de um depósito de sucatas.....	218
Figura 17 – O Catador no trânsito.....	219
Figura 18 – Coletando em dia chuvoso.....	219
Figura 19 – Contêineres para coleta seletiva.....	219
Figura 20 – Aspectos gerais de uma central de triagem.....	219
Figura 21 – Representação esquemática da cadeia de reciclagem.....	215



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tipos de cooperativas populares.....	36
Tabela 2 –	Características de empresas cooperativas e de empresas não cooperativas.....	37
Tabela 3 –	Produção <i>per capita</i> de RSU nos municípios, em função do tamanho da população.....	54
Tabela 4 –	Composição (%) dos RSU em alguns países.....	55
Tabela 5 –	Doenças transmitidas através dos RSU, seus vetores e modo de transmissão.....	57
Tabela 6 –	Tipos de RSU produzidos em Piracicaba e suas respectivas massas diárias.....	65
Tabela 7 –	Quantidade, em massa (ton), de RSU domiciliares coletados em Piracicaba.....	66
Tabela 8 –	Atores do sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis e suas respectivas contribuições.....	67
Tabela 9 –	Desempenho social do PR2000R.....	134
Tabela 10 –	Situação dos Catadores em relação à escolaridade.....	142
Tabela 11 –	Situação dos Catadores em relação à moradia.....	145
Tabela 12 –	Problemas relacionados à saúde dos Catadores.....	158
Tabela 13 –	Outras atividades exercidas antes de serem Catadores.....	160
Tabela 14 –	Código padrão de cores para identificação dos recipientes na coleta seletiva.....	205
Tabela 15 –	Formas de triagem, beneficiamento e armazenagem dos materiais recicláveis.....	210

## LISTA DE SIGLAS

- ABAL** – Associação Brasileira do Alumínio
- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABEPET** – Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens PET
- ACI** – Aliança Cooperativa Internacional
- ADS** – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ADESÃO** – Agência de Desenvolvimento Social
- ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- APAE** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- ARIL** – Associação de Reabilitação Infantil Limeirense
- ASMARE** – Associação de Catadores de Papéis, Papelão e Materiais Recicláveis de  
Belo Horizonte - MG
- CBO** – Classificação Brasileira de Ocupações
- CEMPRE** – Compromisso Empresarial para a Reciclagem
- CETESB** – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São  
Paulo
- CFC** – Clorofluorcarbono
- CGMR** – Conselho de Gerenciamento Micro Regional
- CGR** – Conselho de Gerenciamento Regional
- CGT** – Confederação Geral dos Trabalhadores
- CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CONAMA** – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- COOPAMARE** – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais  
Reaproveitáveis de São Paulo
- COPLACANA** – Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo
- CPF** – Cadastro Nacional de Pessoa Física
- CPFL** – Companhia Paulista de Força e Luz
- CRP** – Centro de Reabilitação Piracicaba
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**DH** – Desenvolvimento Humano

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos

**DRADS** – Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social

**EA** – Educação Ambiental

**ECO 92** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

**EMDHAP** – Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba

**EPC's** – Equipamento de Proteção de uso Coletivo

**EPI's** – Equipamento de Proteção de Uso Individual

**ERAS** – Escritório Regional de Assistência Social

**FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador

**FSM** – Fórum Social Mundial

**GIRSU** – Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDEC** – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

**IGPM** – Índice Geral de Preços de Mercado

**INSS** – Instituto Nacional de Seguridade Social

**IPT** – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

**ITCP** – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

**IUCN** – União Internacional Para Conservação da Natureza

**LEV's** – Locais de Entregas Voluntárias

**MDL** – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Cone Sul

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**NBR** – Normas Brasileiras Regulamentadoras

**OAF** – Organização de Auxílio Fraternal

**OCA** – Organização das Cooperativas das Américas

**OCB** – Organização das Cooperativas Brasileiras

**OCESP** – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**ONG** – Organização Não Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OPAS** – Organização Panamericana de Saúde

**OTAP** – Oficina de Trabalho Abrigado de Piracicaba

**PAT** – Posto de Atendimento ao Trabalhador

**PEA** – População Economicamente Ativa

**PET** – Polietileno Tereftalato – resina plástica

**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PEV's** – Pontos de Entregas Voluntárias

**PIBS** – Produto Interno Bruto Sustentável

**PILS** – Produto Interno Líquido Sustentável

**PNMA** – Política Nacional de Meio Ambiente

**PNSB** – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

**PNUD** – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

**PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PPNE** – Pessoas Portadores de Necessidades Especiais

**PR2000** – Projeto Reciclar 2000 – Nosso Futuro Sustentável

**PR2000R** – Programa Reciclar 2000 – Regional – Nosso Futuro Sustentável

**PVC** – Policloreto de Vinila

**REPLAN** – Refinaria de Petróleo de Paulínia

**RSU** – Resíduos Sólidos Urbanos

**SEADE** – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

**SEADS** – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEDEMA** – Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente

**SEMA** – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

**SEMDES** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**SERT** – Secretaria Estadual das Relações do Trabalho

**SESMT** – Serviço Especializados de Engenharia de Segurança e Medicina de Trabalho

**SMA** – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

**UNCED** – Comissão das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**UNCTAD** – Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e Desenvolvimento

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNIDO** – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

**UNIMED** – Sistema Cooperativa de Trabalho Médico

**UNITRABALHO** – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o  
Trabalho

**US EPA** – Agência de Proteção Ambiental Norte Americana

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico, na sua realidade atual, tem sido apontado como uma das principais causas de degradação ambiental, porque, de fato, está baseado no uso intensivo de recursos naturais.

Este crescimento está associado à utilização cada vez mais ampla de tecnologias modernas que, em muitos casos, podem causar efeitos ambientais negativos, às vezes irreversíveis. Assim, este modelo de desenvolvimento, apresenta-se como insustentável, gerando dúvidas quanto à sustentabilidade dos “processos” desenvolvidos pela humanidade ao longo de sua história e possíveis impactos negativos para as gerações futuras.

Nos países em desenvolvimento, as relações econômicas estabelecidas, têm conduzido, também, a uma acentuada exploração das pessoas menos abastadas, economicamente, o que tem contribuído para uma “degradação” social.

Pode-se dizer que, na mesma medida em que o modelo econômico atual avança, a crescente população urbana, o aumento da exclusão social e a acentuada produção de lixo, pressionam o ambiente.

Neste cenário, quanto às condições de vida dos mais pobres, os excluídos sociais, estes, muitas vezes se vêem obrigados, principalmente na área urbana a desenvolverem atividades econômicas informais para “sobre-viverem”.

Dentre estas pessoas, o presente trabalho destacará os Catadores, trabalhadores, que por meio da coleta seletiva de materiais recicláveis descartados pela sociedade, conseguem recursos para a sua subsistência.

## **2 OBJETIVOS**

- Contextualizar o Programa Reciclar 2000 – Regional – Nosso Futuro Sustentável (PR2000R) em Piracicaba;
- Apresentar o Catador, inserido no PR2000R, sob diversos aspectos: seu modo de vida, seu território e suas relações;
- Propor caminhos e ações que possam contribuir para que as atuais e futuras Organizações de Catadores obtenham sucesso em suas propostas.

### 3 HIPÓTESES

- O PR2000R atingiu o objetivo social de organizar os Catadores e instituir uma cooperativa destes trabalhadores;
- O PR2000R possibilitou a promoção e a inclusão social dos Catadores;
- Existe entre os Catadores, um sistema de “demarcação de territórios” para a coleta de materiais recicláveis;
- A população de Catadores é constituída principalmente por profissionais de diversos setores, que perderam seus nichos de mercado, buscando na atividade de coleta de materiais recicláveis um novo meio para a subsistência;
- O Catador apresenta certa resistência em se tornar membro de uma Cooperativa;
- O município de Piracicaba apresenta um cenário com boas perspectivas de futuro para a atividade organizada de coleta de materiais recicláveis.



## 4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 4.1 Desenvolvimento para a sustentabilidade global

*“...o tempo hoje, é aquele em que não se fala mais de solidão.  
Mas, de aliança do homem com a natureza”.*  
(SCARLATO; PONTIN, 1999).

Durante todo o século XX vários foram os debates sobre qual a melhor maneira de organizar a economia industrial. Esta discussão parece ter se esgotado e ter sido substituída pela questão de como desenhar uma economia dinâmica, que se contraponha ao modelo capitalista, que possibilite a utilização dos recursos naturais de modo a preservar o ambiente e promover a geração de emprego e distribuição de renda (BIDONE 1999).

Contudo, o que parece não estar ainda bem compreendido, é a separação que está existindo entre a viabilidade do sistema econômico e a dos sistemas ambientais que são parte da natureza (CALDERONI, 1997).

O redimensionamento da economia mundial em função de novos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade requer reformas fundamentais, tanto no âmbito internacional e nacional, quanto regional e local (SCARLATO; PONTIN, 1999).

O desenvolvimento econômico global atual não produz ao mesmo tempo o desenvolvimento social planetário. Desta maneira, o desenvolvimento, apenas econômico, vem contribuindo para agravar os problemas sócio-ambientais (BOFF, 1996).

Os “temas limites ecológicos e crescimento econômico” têm suscitado questões dominantes no movimento ecologista, com propostas de um desenvolvimento sustentável. Destas questões é que surgiram os primeiros movimentos para o desenvolvimento alternativo (RAO, 2000).

Em 1974, a versão inicial de ecodesenvolvimento foi reelaborada por Ignacy Sachs. Num primeiro momento, ele a traduziu como sendo um estilo de desenvolvimento aplicável a áreas urbanas e rurais, orientado para a satisfação das

necessidades básicas e para a promoção da autonomia das populações envolvidas no processo, num segundo, assume o ecodesenvolvimento como um conceito teórico estratégico de desenvolvimento que visa harmonizar o atendimento prioritário das necessidades básicas de uma comunidade com os limites ecológicos locais e remotos, de maneira a atender as demandas comunitárias quanto à alimentação, moradia, saúde, educação e de outros recursos imprescindíveis ao seu desenvolvimento social e econômico, respeitando os critérios de sustentabilidade (BRÜSEKE,1996).

Sachs (1986), devolvendo uma crítica à sociedade industrial e referindo-se, principalmente, às regiões subdesenvolvidas, sugere que, para instituir-se o ecodesenvolvimento, alguns caminhos devem ser trilhados: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e educação; e respeito a outras culturas.

Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável. No ano de 1987, a Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou o documento “O Nosso Futuro Comum”. Neste documento, que ficou conhecido também por Relatório Brundtland, encontra-se que, desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

A Agenda 21, principal documento resultante da ECO-92, apresentou um rol de programas considerados fundamentais para a elaboração de políticas públicas em todos os níveis, que privilegiavam a iniciativa local. Nela, questões como Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Águas (doces e oceanos) e Resíduos (tóxicos e nucleares) tornavam-se problemas da Humanidade Global. Este relevante documento, no entanto, não teve a força de lei das convenções e necessitava de cerca de US\$600 bilhões de dólares anuais para ser implantada no mundo. Além disso, sofreu com o denominador mínimo provocado pelo consenso

exigido nos encontros internacionais, o que tornou o texto muitas vezes vago, sem prazos, nem compromissos (BREDARIOL, 2001).

Ainda que nem o relatório Brundtland e nem os documentos elaborados pela ECO-92, tenham posto em causa a própria idéia de desenvolvimento entendido como crescimento econômico, ambos os documentos deram um impulso decisivo ao debate sobre a necessidade de impor limites ou transformar a produção para evitar a destruição do ambiente (McMICHAEL, 1996).

Em 2002, foi realizada, em Johannesburg, na África do Sul, mais uma Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Por acontecer após 10 anos da ECO-92, esta ficou conhecida como Conferência Ambiental Rio+10, ou apenas, RIO+10. Essa conferência objetivou dar continuidade às discussões iniciadas pela ECO-92. As discussões incidiram sobre ações voltadas à erradicação da pobreza, à globalização e às questões energéticas, tais como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), bem como às mudanças climáticas global, entre outros (GOLDEMBERG e BARBOSA, 2005).

A Rio+10 reconheceu a importância e a urgência da adoção de práticas sustentáveis em todo o Planeta e considerou legítimo que os blocos regionais de países estabelecessem metas e prazos para cumpri-las. No entanto, não conseguiu fixá-las para todos os países, o que foi uma derrota, atenuada apenas pela decisão de que o progresso na implementação de energias renováveis seja revisto periodicamente pelas agências e instituições especializadas da ONU, o que abrirá assim caminhos para futuras negociações (GOLDEMBERG; BARBOSA, 2005).

Nestes últimos anos, o termo desenvolvimento sustentável, tem tido significado distinto para seus diferentes interlocutores. Os ambientalistas buscam sustentar o ambiente natural, os economistas buscam estimular o consumo, já os trabalhadores buscam manter seus empregos. Este fator, com certeza, contribui para que não ocorram avanços nas decisões políticas necessárias à implantação do desenvolvimento sustentável (NOORGARD, 1988).

Chaves (2003), considera que o termo desenvolvimento sustentável traz em si divergências conceituais a partir do termo desenvolvimento. De fato, para algumas pessoas, este está vinculado à melhoria da qualidade de vida em sua concepção

abrangente. E para outros, a qualidade de vida está exclusivamente condicionada ao progresso e vinculada a necessidade de crescimento econômico.

Apesar da questão do desenvolvimento sustentável ter dado lugar a profundas divisões acadêmicas e políticas, a sua visibilidade tem incomodado a perpetuação do projeto de desenvolvimento capitalista convencional (DOUTHWAITE, 1999).

Para se atingir um desenvolvimento que seja sustentável, Espinosa (1993) ressalta a necessidade de uma evolução do pensamento sobre a relação entre o desejado, o que se pretende estabelecer e o que se promoveu nas últimas décadas. Esta proposta exige, ainda, um cuidar das bases de recursos que constituem a fonte principal de matéria e energia para os processos econômicos e manutenção da vida no planeta.

Dentre as soluções para este desafio, Espinosa (1993) destaca a proposta de as nações praticarem os conceitos de “Produto Interno Bruto Sustentável” (PIBS) e de “Produto Interno Líquido Sustentável” (PILS), o Autor esclarece que, os recursos naturais são vitais para a maioria das economias ditas em crescimento, cujas exportações são, em geral, produtos intensivos deste tipo de recurso. Ressalta ainda, que para se avaliar o custo ambiental será necessário desenvolver técnicas e métodos capazes de realizar as medições necessárias.

Assim, a humanidade se encontra num momento histórico onde a busca da construção de novos paradigmas, novos pensares e novas atitudes é imprescindível, o que Diegues (1992) considera como passo inicial e fundamental para a construção de sociedades sustentáveis.

Neste contexto, Morin (2000), também, afirma haver a necessidade de os seres humanos tomarem conhecimento e consciência de sua identidade complexa e comum com relação a todos e a tudo. Acrescenta ainda que, é problemática a questão da necessidade de promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais.

Para ocorrer uma transformação efetiva da sociedade para um modelo de desenvolvimento viável tanto regional como local, deve haver solidariedade entre

grupos humanos dinâmicos e abertos, que defendam estratégias de *modus operandis* alternativos, contra-hegemônicos (SANTOS, 2002).

A União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), reforça este aspecto, considerando para que se possa ter uma gestão racional da utilização da biosfera, produzindo assim, o maior benefício sustentável para o homem, nenhum objetivo (econômico, social ou ambiental) pode ser alcançado sem avanços simultâneos inter-relacionados com os outros dois (IUCN, 1984).

Em face do modelo de produção e de consumo praticado nas últimas décadas, a humanidade defronta-se então, com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças, do analfabetismo e com a deterioração contínua dos ambientes naturais.

Em contraposição ao modelo de sociedade atualmente dominante, o qual produziu a ruptura nas relações sociais e nas relações do seres humanos com o ambiente: o novo modelo de desenvolvimento deve refazer o tecido social a partir das múltiplas potencialidades do ser humano e da própria sociedade.

Neste sentido, Boff (1996) ressalta a importância da prática da economia do suficiente, isto é, uma economia que não seja aquela orientada pela acumulação de capital e centrada no crescimento ilimitado.

Um dos grandes desafios para os governos e a sociedade, em geral, será o de desenvolver e utilizar sistemas de gestão, capazes de fomentar e conciliar os três objetivos do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico), numa realidade complexa, com critérios e modelos culturais distintos (DOUROJEANNI, 1991).

A implantação desse estilo de desenvolvimento é uma necessidade global, porém, segundo Sachs (1982), o enfoque deve estar centrado no comunitário, fundamentado no respeito das condições alternativas dos ecossistemas e no manejo sustentável dos recursos naturais.

Neste sentido, dois fenômenos específicos terão um efeito decisivo sobre o futuro da humanidade, no decorrer deste novo século, que se desenvolvem em rede e estão ligados a uma tecnologia radicalmente nova. O primeiro, o capitalismo global, é composto de redes eletrônicas de fluxos de finanças e de informação; o segundo, é a criação de comunidades sustentáveis baseadas na alfabetização ecológica e na prática

do projeto ecológico, compostas de redes ecológicas de fluxos de energia e matéria (SACHS, 1982).

Porém, atualmente, esses dois movimentos encontram-se em rota de colisão: ao passo que cada um dos elementos de um sistema vivo contribui para a sustentabilidade do todo, o capitalismo global baseia-se no princípio de que ganhar dinheiro deve ter precedência sobre todos os outros valores. Com isso, gera-se um ambiente econômico de exclusão social e cultural de grande parte da população. Um sistema que não apóia a vida, mas, a degrada, tanto no sentido social quanto no sentido ecológico (CAPRA, 2002).

Por fim, o grande desafio que se apresenta é o de promover a mudança do sistema de valores que atualmente determina a economia global e chegar-se a um sistema compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica. Pois, conforme Capra (2002) ressalta, os seres humanos estão, de forma inextricável, ligados à teia da vida em nosso planeta, o que mostra quão imperiosa é a necessidade de reorganizarmos o mundo segundo um conjunto de crenças e valores diferentes, não só para o bem-estar das organizações humanas, mas para a sobrevivência e sustentabilidade da humanidade como um todo.

#### **4.2 Desenvolvimento econômico alternativo**

*"... o desenvolvimento econômico e social deve significar uma melhoria substancial nas condições de vida e sustento da maioria das pessoas."*  
(FRIEDMAN, 1992).

Desde os primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, o objetivo declarado dos programas econômicos nacionais dos países e dos programas de ajuda internacional, empreendidos por países centrais e agências financeiras internacionais, tem sido a aceleração do crescimento econômico dos países em desenvolvimento, como meio para eliminar o fosso entre estes e os países desenvolvidos (CYPHER; DIETZ, 1997).

Em termos gerais, projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos e implementados a partir de esferas administrativas, com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades locais, afetadas por essas políticas. Além do mais, os planos de desenvolvimento estavam tradicionalmente centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente do setor industrial (CYPHER; DIETZ, 1997).

Esta ênfase evidente nos resultados macroeconômicos implicou na marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição eqüitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

No início dos anos 70, época em que, por todo o mundo, intelectuais, peritos em planejamento econômico e ativistas, todos eles críticos, começaram a formular reflexões e a organizar eventos, em torno dos quais se canalizou o descontentamento em face da abordagem tradicional do desenvolvimento convencional, surge a proposta de se buscar um desenvolvimento alternativo.

Os encontros fundadores da proposta de desenvolvimento alternativo foram: a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, que deu lugar à fundação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e; O seminário sobre "Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento", em Cocoyoc (México), realizado em 1974, organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

A idéia de um desenvolvimento alternativo foi impulsionada decisivamente, em 1975, pela fundação sueca Dag Hammarskjold, e deu ensejo à criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento, em 1976, cujos membros incluíam muitos dos participantes de eventos anteriores e cujas publicações sintetizaram os pilares da teoria. O debate sobre formas alternativas de desenvolvimento continuou nos anos 1980 e 1990 e hoje constitui uma das principais fontes de energia e idéias nas críticas à globalização neoliberal (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

O desenvolvimento alternativo foi formulado com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes (FRIEDMAN, 1992).

Contra a idéia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos, como: sociais (igualdade), políticos (participação democrática), culturais (diversidade étnica) e naturais (ambiente); o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

O desenvolvimento alternativo, portanto, inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto coletivo dos resultados do desenvolvimento. Todavia, esta linha de pensamento e ação não rejeita a idéia do crescimento econômico instituído, propõe apenas, limites bem como a subordiná-lo a imperativos que vão além dos econômicos. Em segundo lugar, contra o desenvolvimento a partir de cima, esta perspectiva propõe um desenvolvimento de base, ou de baixo para cima (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil. Em especial, em face dos efeitos desiguais e de exclusão do modelo convencional de desenvolvimento, os atores da busca de alternativas devem ser as comunidades marginalizadas, que têm sido os objetos, e não os sujeitos, declarados dos programas de desenvolvimento, destacando-se aqui os Catadores de materiais recicláveis.

A teoria propõe como atores centrais do desenvolvimento os sujeitos coletivos, isto é, as comunidades organizadas que procuram sua própria manutenção e reprodução, segue em frente. O caráter coletivo do desenvolvimento de baixo para cima gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da



marginalização. O que se propõe são formas de organizações econômicas alternativas, baseadas em iniciativas coletivas, geralmente centradas em empresas e organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

Quijano (1998) ressalta a importância de atividades de troca nas comunidades latino-americanas marginalizadas. Estas atividades (como a preparação coletiva de alimentos e o cultivo coletivo de subsistência) reforçam os mecanismos de reciprocidade nas comunidades e permitem que os seus membros tenham acesso a bens e serviços que a sua pobreza impede de adquirir no mercado.

Por fim, em concordância com a sua crítica ao paternalismo estatal, o desenvolvimento alternativo favorece estratégias econômicas autônomas. Nos setores populares, isso implica na promoção de iniciativas baseadas na autogestão das empresas populares e na construção do poder comunitário.

#### **4.2.1 Economia solidária**

A história tem mostrado que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança. Além disso, tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação parecem reduzir-se ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental e o social de uma atividade econômica (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2004).

Neste cenário, a economia solidária<sup>1</sup> tem propiciado práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. Mas seu horizonte vai mais além, suas práticas são fundadas em relações de colaboração solidária inspiradas por valores culturais, que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2004).

---

<sup>1</sup> Também chamada de economia social, sócio-economia solidária, humano-economia, economia popular, economia de proximidade (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2004);

As experiências que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos sócio-culturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de se expressarem (SINGER; SOUZA, 2000).

Apesar dessa diversidade de origem da dinâmica cultural, a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos, como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade parece ser pontos de convergência (FMS, 2004).

Com a comprovação de que o modelo de crescimento com base no imperativo econômico não alcançou os “objetivos” que pretendia, nascem as correntes de sustentabilidade como uma resposta aos resultados negativos até então apresentados (ESCOBAR, 1995).

Neste sentido, a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram, ou temem ficar, marginalizados pelo mercado de trabalho (SINGER; SOUZA, 2000).

Para compreender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista do capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude (SINGER; SOUZA, 2000).

A economia solidária é o projeto no qual, em inúmeros países, há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo (SINGER; SOUZA, 2000):

- homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas;

- pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles;
- assalariados se associam para adquirir em conjunto, bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
- pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários

Estas iniciativas são todas de não-capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios de produção e distribuição, pertencentes a duas classes distintas mas não antagônicas: ou são possuidores de meios individuais de produção e distribuição e, para ganhar a vida, dependem da venda de seus produtos ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida (SINGER; SOUZA, 2000).

A construção da economia solidária tem sido em muitos países, ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais.

A extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica. Não há, em princípio, um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário. Se houvesse um levantamento abrangente de todos os empreendimentos que fazem jus a esta qualificação, em todos os países, é bem possível que se constatasse que eles já se fazem presentes em todos os ramos de atividade (SINGER; SOUZA, 2000).

Este novo paradigma desponta, relacionando a economia com sua função original, a gestão da casa, referida aqui a todas as casas em que habitamos nesta existência, desde o nosso corpo até o planeta Terra, passando pelas comunidades que nos situam, o bairro, o município, o estado, a macro-região, o país, o continente, o planeta. O desenvolvimento humano<sup>2</sup> é visto como o objetivo maior da atividade

---

<sup>2</sup> Possibilidade de todos os cidadãos melhor desenvolverem o seu potencial, com menor grau possível de privação e de sofrimento e, também, como a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente o mais alto grau da capacidade humana (PIRACICABA, 2003).

produtiva e criativa. O novo paradigma, de uma economia solidária, propõe que a propriedade e a gestão dos bens produtivos sejam atribuídos aos que os trabalham (FMS, 2004).

#### **4.2.1.1 A economia solidária no Brasil contemporâneo**

A economia solidária começou a ressurgir no Brasil, de forma esparsa, na década de 1980, tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resultou de movimentos sociais que reagiram à crise de desemprego em massa, com início em 1981, que se agravou com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER; SOUZA, 2000).

Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária.

Outro movimento que também luta contra a exclusão, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se empenha na organização de trabalhadores rurais, que desejam se integrar à economia mediante a obtenção de terra improdutiva de latifúndios. O MST conseguiu ao longo dos últimos 15 anos que o governo assentasse centenas de milhares de famílias em terras expropriadas para a reforma agrária. Sua principal tática de luta é organizar as famílias dos “sem-terra” em acampamentos à beira de estradas, junto a propriedades improdutivas, que pela lei em vigor podem ser expropriadas e redistribuídas. Para viabilizar economicamente os assentamentos, o MST organiza diferentes tipos de cooperativas, contando com uma escola de formação de técnicos em cooperativismo (SINGER; SOUZA, 2000).

Em decorrência do grande movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que mobilizou milhões de pessoas entre 1992 e 1994, surgiram também, em meados da década de 1990, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). Estas Incubadoras pertencem a universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de

trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outros (SINGER; SOUZA, 2000).

Há hoje ITCP em 14 universidades brasileiras, desde Fortaleza, no Ceará, até Pelotas, no Rio Grande do Sul. Várias outras estão em processo de formação. Elas constituem uma rede que se reúne trimestralmente para trocar experiências e organizar atividades conjuntas. Estão integradas à UNITRABALHO, uma fundação voltada ao movimento operário, possuindo mais de oitenta universidades filiadas.

Outras entidades importantes de apoio à economia solidária foram formadas mais recentemente: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com a UNITRABALHO e o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos (DIEESE), que assessora todos os sindicatos brasileiros há mais de quarenta anos (SINGER; SOUZA, 2000).

A ADS mobiliza sindicatos em apoio à economia solidária e se empenha na construção de uma rede nacional de crédito solidário, formado por cooperativas locais de crédito que criarão um banco cooperativo para lhes dar apoio.

O caráter revolucionário da economia solidária abre a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão. Para os que desconhecem este caráter, as cooperativas são meros substitutos dos empregos com carteira assinada, que as recessões vêm aniquilando (SINGER; SOUZA, 2000).

Os meios de comunicação de massa começaram, finalmente, a tomar conhecimento desta movimentação e incluem em seus noticiários, esporadicamente, reportagens sobre cooperativas que conseguiram gerar trabalho e renda para os seus membros. Cada vez que reportagens como essas são exibidas na televisão, dezenas de grupos procuram as incubadoras universitárias e outras entidades que apóiam o cooperativismo.

Está claro que o número de cooperativas e associações de produção autogestionárias que estão se multiplicando em todo o país já é ponderável. O seu intenso crescimento está indubitavelmente associado ao desemprego, que vem atingindo níveis inéditos, e à precarização do trabalho, que está excluindo milhões do mercado formal de trabalho (SINGER; SOUZA, 2000).

A economia solidária surge, portanto, como um elemento a mais na viabilidade dos empreendimentos econômicos contemporâneos. Tratam-se agora de cooperativas urbanas que surgem em grande número, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais articulado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas. O mais notável é que este tipo de empreendimento, constituído por atores engajados e interessados em seu sucesso, freqüentemente é, por isso mesmo, não só viável como sustentável ao longo do tempo, promovendo, portanto o desenvolvimento econômico e social (TAUILE; RODRIGUES, 2005).

Para sociedades carentes de políticas públicas pertinentes e com elevados índices de desemprego e carência de renda para a maioria da população, cresce a importância de um elevado grau de apoio político e institucional para esses empreendimentos e suas respectivas bases de fomento (educação, crédito etc), enfim à Economia Popular Solidária.

#### **4.2.1.2 Cooperativismo: definição e princípios**

A palavra “cooperativa” vem do latim *cooperare*, que significa: operar simultaneamente, prestar colaboração, trabalhar em conjunto para um fim comum (CONCEIÇÃO, 2003).

É um movimento de cooperação mútua que se baseia na paz, na solidariedade e colaboração com o trabalho e não no domínio do lucro. O cooperativismo é uma forma de organização da sociedade que visa minimizar esforços individuais para alcançar objetivos comuns, coletivamente, ou seja, no princípio da cooperação. Amolda-se às classes sociais, às concepções políticas e econômicas, às crenças religiosas e à nação na qual se insere (JUVÊNCIO et al., 2000).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade não governamental que coordena o movimento cooperativista nos cinco continentes e alguns autores, definem cooperativa com sendo uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidade e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, por intermédio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada (CONCEIÇÃO, 2003).

Segundo Panzutti (2000), com a constituição da 1ª Cooperativa, em 1884, Rochdale (Inglaterra), os pioneiros estabeleceram alguns princípios, ou diretrizes orientadoras, por meio dos quais as cooperativas levam à prática os seus valores, que são observados até hoje. Em 1995, por ocasião do Congresso da ACI, em Manchester (Inglaterra), estes princípios foram ajustados na sua redação, e seus itens são:

1. livre e aberta a adesão de novos sócios;
2. gestão e controle democrático dos sócios;
3. participação econômica do sócio;
4. autonomia e independência;
5. educação, treinamento e informação;
6. cooperação entre cooperativas;
7. interesse para com a comunidade.

O cooperativismo é representado em nível mundial pela ACI, fundada em Londres (Inglaterra), em 1895, com sede em Genebra (Suíça). Nas Américas, pela Organização das Cooperativas da América (OCA), fundada em Montevideu, Uruguai, em 1963, com sede atualmente em Bogotá, na Colômbia. No Brasil, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fundada em 2 de dezembro de 1969 e no Estado de São Paulo, pela Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), fundada a 14 de outubro de 1970 (JUVÊNCIO et al., 2000).

#### **4.2.1.2.1 Sociedade cooperativa**

Hoje, diante da crise econômica e crescente desemprego, a cooperativa popular vem sendo apresentada como uma alternativa para trabalhadores marginalizados no mercado de trabalho. A forma organizacional da cooperativa “popular” ou “social” baseia-se em conceitos como participação popular e autogestão, tendência verificada no Brasil e em outros países. Mundialmente tem assumido diversos nomes, mas os conceitos permanecem os mesmos da cooperativa “popular”, alguns nomes encontrados são: sociedade de trabalhadores, empresas solidárias, empreendimentos sociais solidários, economia solidária e economia social.

A expressão “empresa social” surgiu na Bélgica em 1994, para designar empreendimentos com dinâmica empresarial, que utilizam diversos recursos (inclusive de mercado) para reinserir desempregados no mercado de trabalho. O significado expandiu-se e atualmente designa “organizações que tomam diferentes formas legais em diferentes países, que são organizadas e geridas empresarialmente, mas que perseguem metas, tanto sociais quanto econômicas” (MACIEL, 2003).

Para Maciel (2003), entre os diversos tipos de “empresas sociais” atualmente numerosas na Europa, encontram-se as cooperativas “populares”, ou “empreendimentos sociais solidários”. Na América Latina, estas, diversificam-se em formatos e objetivos para obter maior flexibilidade. Como exemplo, cita as “empresas comunitárias de sociedade anônima”, formadas no Peru, a partir de 1974, para criar uma fonte de trabalho coletivo e sustentado na cooperação, em geral são pequenas empresas, com 17 trabalhadores em média.

Segundo Maciel (2003), a economia mundial caracterizada pela globalização e desenvolvimento desigual tem gerado problemas sociais, tais como o “crescimento sem emprego”, o aumento da “economia informal” e a dificuldade de competir no “mercado globalizado”. Diante desta realidade, muitos programas de desenvolvimento do sistema cooperativo estão sendo estudados e resultam em diversas experiências, tanto internacionais como nacionais. Estes programas são desenvolvidos por governos<sup>3</sup>, organismos internacionais<sup>4</sup>, organizações de sociedade civis e, também, por iniciativas espontâneas ou por políticas deliberadas.

Apesar das diferenças, divergências e distinções inter e intra-nacionais, os empreendimentos cooperativos apresentam pontos consensuais. Destaca-se o papel exercido na redução da pobreza, na criação de emprego produtivo e no estímulo à integração social, sendo estes os três objetivos propostos pela ONU na discussão sobre apoio a cooperativas. Outro ponto de consenso é o estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico local (MACIEL, 2003).

A Tabela 1 sintetiza as concepções e a variedade de cooperativas populares, encontrada no panorama nacional e mundial.

---

<sup>3</sup> Nacionais, estaduais e municipais;

<sup>4</sup> Banco Mundial, PNUD, OIT, UNIDO e outros;



Tabela 1 – Tipos de cooperativas populares

<b>ORIGEM</b>	<b>IMPULSO</b>	<b>ATORES - INSTITUIÇÕES</b>	<b>RESULTADOS</b>
<b>Espontânea</b>	Economia em crise	trabalhadores desempregados assistidos ou não	sustentabilidade variável; expansão variável
	Economia em expansão	Indivíduos empreendedores	sustentáveis a longo prazo, com expansão
<b>Induzida</b>	Assistencialista	Agências Internacionais	eficiência e sustentabilidade limitadas, sem expansão
	Desenvolvimentista	Governo	sustentabilidade e expansão variáveis (políticas nacionais)
	Trabalhista	ONGs, Entidades e Sindicatos	sustentabilidade variável; sem expansão

Fonte: adaptado de Maciel (2003).

O Brasil segue a tendência européia nos debates sobre o tema “Cooperativas e Empreendimentos Solidários”, mas revê a função do Estado no bem-estar social. Ou seja, busca os meios pelos qual uma organização de trabalhadores pode assumir ou substituir a função do Estado. Há ainda duas questões que estão sendo discutidas: a primeira, de que as práticas cooperativas e de auto-gestão podem ser um embrião do desenvolvimento de um novo modo de produção e a segunda, de que a cooperativa social apresenta-se como uma forma de exploração capitalista, de terceirização e de precarização das relações trabalhistas (MACIEL, 2003).

A empresa cooperativa é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita à falência, e é constituída para prestar serviços a seus associados. É uma empresa que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é administrador da empresa e ao mesmo tempo é usuário (JUVÊNCIO et al., 2000).

O atual desenvolvimento econômico tem estimulado a criação de cooperativas de trabalho. As principais características de uma empresa cooperativa são comparadas, na tabela 2, com as de uma não cooperativa.

Tabela 2 – Características de empresas cooperativas e de empresas não cooperativas

<b>EMPRESA COOPERATIVA</b>	<b>EMPRESA NÃO COOPERATIVA</b>
Sociedade de pessoas	Sociedade de capital
Objetivo principal: prestação de serviços	Objetivo principal: lucro
Número ilimitado de associados	Número limitado de acionistas
Controle democrático. Um homem, um voto	Cada ação um voto
Assembléia: <i>quorum</i> baseado no número de associados	Assembléia: <i>quorum</i> baseado no capital
Não é permitida a transferência das quotas partes à terceiros	Transferência das ações a terceiros
Retorno proporcional ao valor das operações	Dividendo proporcional ao valor das ações

Fonte: adaptado de Juvêncio et al. (2000) e Maciel (2003).

Como observado, as cooperativas não se limitam à mão-de-obra operária, são formadas por trabalhadores autônomos, que se reúnem em cooperativas de trabalho, sendo juridicamente distintos de trabalhadores subordinados ou empregados. Como empresa organizacional tem por objetivo conquistar segmentos do mercado e obter melhores condições de trabalho e remuneração (JUVÊNCIO et al., 2000).

#### **4.2.1.2.2 Cooperativas: classificação, legislação e administração**

No Brasil, o cooperativismo apresenta-se em diversas formas diferentes: empresas autogeridas; pequenas e médias associações; cooperativas de produção ou comercialização; cooperativas agropecuárias, formadas pelo MST; cooperativas de trabalho e serviços, formadas pelo ITCP. São cooperativas de diversos tamanhos, boa

parte agrupadas nas Organizações Estaduais de Cooperativas de Trabalho (SINGER, 1999).

A legislação brasileira referente ao sistema cooperativista tem como marco jurídico inicial, o Decreto nº 979 de 1903, que fez referências à organização de cooperativas ao tratar dos Sindicatos Agrícolas. Com a Lei nº 1.637 de 1907, foi citado oficialmente junto às sociedades cooperativas, mas a sua consolidação jurídica data de 1932, com o Decreto nº 22.239. Surgiram ainda, outros decretos disciplinando o sistema cooperativista, mas somente com a promulgação da Lei 5.764/71 é que houve alterações, incorporando as reivindicações do setor agrícola, que se encontrava organizado (JUVÊNCIO et al., 2000).

O modelo de administração das sociedades cooperativas brasileiras, instituído pela Lei 5.764/71, define o regime jurídico, a constituição, o funcionamento, o sistema de representação e os órgãos de apoio desta sociedade. Como mostra a figura 1, para este tipo de sociedade, a assembléia geral é o órgão supremo, devendo a cooperativa ser administrada pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal, compostos exclusivamente de associados eleitos pela assembléia geral. Porém, o órgão de administração poderá contratar gerentes, técnicos que deverão constituir-se em empregados da categoria, sujeitos às normas da legislação trabalhista (JUVÊNCIO et al., 2000).

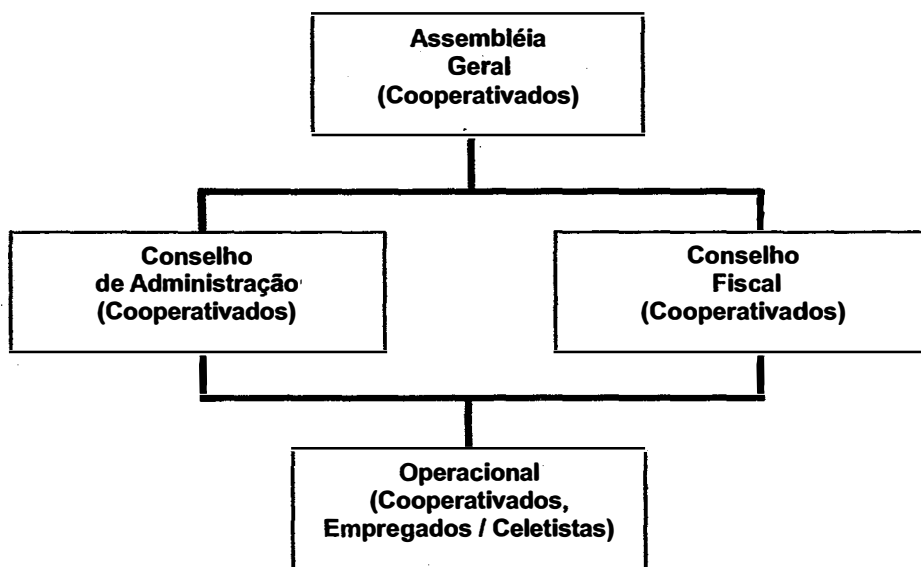


Figura 1 - Organograma simplificado de uma Cooperativa  
Fonte: adaptado de Juvêncio et al. (2000).

As cooperativas são classificadas, segundo Conceição (2003), quanto à sua forma e ramo ou tipo, de acordo com os objetivos dos associados e seguindo a legislação pertinente. Quanto à forma, pode ser “aberta”, que permite qualquer pessoa fazer parte dela ou, “fechada”, que permite apenas às pessoas de mesma profissão se associarem a elas, como é o caso do Sistema Cooperativo de Trabalho Médico (UNIMED).

Atualmente no Brasil, segundo a OCB, o cooperativismo abrange várias atividades, e é subdividido em ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, mineração, especial ou social, produção, saúde, trabalho.

#### **4.2.1.3 Ecomercado de trabalho**

Em 1996, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) passou a fomentar, em determinados países, o desenvolvimento do “Ecomercado de Trabalho”.

O ecomercado constitui-se numa área de atuação por meio da formação de redes locais, voltadas à melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida, promovendo o ingresso das comunidades no processo de resgate de valores sócio-ambientais de sua micro-região. O conceito de ecomercado surge justamente quando se torna cada vez mais evidente a necessidade de propostas, ou mesmo, de fortalecer ações já existentes, que busquem a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preocupação pela preservação ambiental (UNESCO 2000).

Diversas atividades se enquadram no Ecomercado: produção de objetos a partir da reutilização de materiais descartados; monitoria ambiental para o ecoturismo; produção de mudas para reflorestamento e arborização urbana; agricultura orgânica comunitária; e coleta de materiais recicláveis (UNESCO 2000).

Os princípios do ecomercado vêm ao encontro dos princípios do ecodesenvolvimento, tais como tratados por Strong, que preconiza uma gestão mais racional dos ecossistemas locais, propondo um desenvolvimento autônomo, independente e preocupado com os aspectos sócio-político e ambiental do desenvolvimento (MOREIRA, 2000).

O ecodesenvolvimento busca estabelecer relação de harmonia entre o homem e a natureza, baseado nas necessidades do conjunto de uma população e na conscientização dessas com respeito à dimensão ecológica (VIEIRA, 2001).

Segundo Boff (1996), o ecodesenvolvimento incorporou o argumento ecológico em sua concepção do desenvolvimento, pois considera que a natureza entra na composição do capital e não apenas nos meios de produção e de trabalho.

Desta maneira, pode-se considerar ecodesenvolvimento como estratégia para se promover a autonomia das populações, estimular a reflexão e a experimentação participativa de formas de crescimento econômico que priorizem o potencial de recursos naturais e sociais de cada *locus*, mesmo que este se faça de modo mais lento (SACHS, 1980).

Sachs (1986) aponta, ainda, o ecomercado como uma das estratégias para superar as barreiras impostas pela economia de mercado dominante. Defende que, para se obter sucesso nos empreendimentos, é fundamental que se desenvolvam tecnologias apropriadas, capazes de permitir a absorção do melhor da especificidade e da variabilidade, tanto humanas como naturais de cada ecossistema.

### **4.3 Panorama geral do mercado de trabalho**

Nenhum evento parece ter exercido tanto impacto sobre o planeta na última década quanto o da “globalização”. Ainda que seja prematuro inferir sobre os efeitos a médio e longo prazo, é possível, desde já constatar algumas das conseqüências desse processo, como o agravamento de desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais. Os ônus desses desequilíbrios recaem fortemente sobre os atores sociais e econômicos dos países ditos em “desenvolvimento”, dificultando o combate à pobreza, à miséria, a erradicação do analfabetismo e o acesso à saúde digna (UNESCO, 2000).

Assim, o mercado de trabalho é um dos setores que vêm sofrendo fortes efeitos desta globalização, principalmente no que tange aos níveis de desemprego e às mudanças no padrão de absorção de mão-de-obra.

A economia brasileira vem se caracterizando por um processo de reestruturação produtiva, aliado à diminuição do crescimento econômico, implicando numa baixa capacidade de geração de postos de trabalho (DIEESE, 2006a).

Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e pelo DIEESE, na região metropolitana de São Paulo, entre outubro e novembro de 2005, a taxa de desemprego, em relação à População Economicamente Ativa (PEA), foi de 16,4% (DIEESE, 2006b).

A alta taxa de desemprego observada, decorrente deste processo, vem suscitando por parte do governo a atenção devida que sua gravidade demanda. Para que em relação ao desemprego pudesse ocorrer uma inversão no movimento verificado, seria necessário que o ritmo de crescimento da produção de bens e serviços fosse associado a um crescimento vigoroso e sustentado da economia, o que não vem ocorrendo (DIEESE, 2006a).

A elevação do patamar do desemprego, nos últimos anos, deu-se, principalmente, pela eliminação de postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, tendência observada desde o ano de 1998 (DIEESE, 2006a).

A gravidade da situação do desemprego atual se expressa, também, na alta elevação das taxas de desemprego em praticamente todos os segmentos, atingindo principalmente as mulheres, homens acima de 40 anos de idade e aqueles sem experiência anterior de trabalho (DIEESE, 2006a).

Finalmente, é importante observar que dificilmente serão alterados os elevados patamares em que se encontram as taxas de desemprego, a menos que economia adquirisse um ritmo de crescimento sustentado, cenário pouco provável a curto prazo (DIEESE, 2006a).

#### **4.4 Exclusão social**

*“Vi ontem um bicho na imundície do pátio catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade. O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato.*

*O bicho, meu Deus, era um homem”.*

(O Bicho - Manoel Bandeira)

A intensificação na competição entre os agentes da economia local e transnacional faz com que ajustes no modo de gestão sejam cada vez mais urgentes. Porém, esses ajustes promovidos a partir de considerações estritamente econômicas vêm tendo altos custos sociais manifestados na desestruturação da “sociedade salarial” provocando restrições e perdas de direitos sociais básicos como, por exemplo, a seguridade, os benefícios trabalhistas, o direito a saúde, à educação e à moradia (PIRACICABA, 2003).

A perda do emprego formal, assalariado, pode ser vista como o início de uma cadeia de perdas sociais que pode ser entendida como um processo gradativo de exclusão social. Essas perdas de direitos básicos adquiridos, também são discutidas como processos de “desfiliação” que rompem os vínculos sociais e institucionais dos indivíduos instaurando formas de “desqualificação social” que redundam na apartação e isolamento sociais (PIRACICABA, 2003).

O desemprego, a precarização do trabalho, a vulnerabilidade social, a degradação das condições de vida, as diversas formas de violência são evidências de uma crise social que vem transformando as cidades brasileiras no retrato sem retoques das dimensões perversas dos rumos que vem assumindo a modernização econômica nos últimos anos (TELLES, 2005).

Um dos efeitos centrais do incremento acentuado da desigualdade em todas as escalas é a tendência à efetiva exclusão de grandes setores da população mundial, do processo de acumulação global de capital. O fato de a economia global contemporânea ter atingido patamares de crescimento sem precedentes, ao mesmo tempo em que há um aumento no número de pessoas condenadas a viverem excluídas<sup>5</sup>, leva a refletir que o capitalismo contemporâneo pode viver, sem essas pessoas, de tal forma que a mensagem enviada a estes setores é bem explícita: para todos os efeitos práticos, passaram a ser redundantes na acumulação global de capital; redundantes como

---

<sup>5</sup> Desempregados permanentes ou de longa duração, os produtores rurais sem terra ou os pequenos proprietários rurais que praticam uma agricultura de subsistência e os setores populares urbanos, dedicados às atividades informais de sobrevivência;

produtores na medida que desempenham atividades de baixa produtividade e reduzido valor agregado; redundantes como consumidores, na medida em que o seu poder aquisitivo é tão sumamente reduzido que, consiste fundamentalmente em sair à rua para ver vitrines (FRIEDMANN, 1992).

Do ponto de vista espacial, a exclusão de grandes setores da população é especialmente visível nas grandes cidades, divididas em zonas claramente demarcadas que separam ricos dos pobres. Esta segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas, onde opera o contrato social, constitui um verdadeiro fascismo de *apartheid* social (SANTOS, 1999).

Na melhor das hipóteses, enfatiza Telles (2005), a questão social fica reduzida a um problema de ética e de governabilidade no contexto de cidades em crise, na suposição hoje transformada em lugar comum de que é possível resolver a crise social engendrada por um mercado selvagem por meio da gestão pragmática de programas sociais compensatórios.

O fato é que estamos em face de um debate público em grande parte tomado por uma espécie de afirmação ritualística ou protocolar da exigência ética da cidadania, mas que apenas confunde política e bons sentimentos, embaralha as diferenças entre direito e ajuda humanitária, entre cidadania e filantropia (TELLES, 2005).

Topalov (1994) define este processo como a epistemologia da filantropia, que fragmenta a análise social na descrição cientificamente fundada das várias figuras dos excluídos, alvos de políticas focalizadas.

Na convergência entre a perda ou esvaziamento do poder estruturante do Estado e as circunstâncias da reestruturação produtiva nos circuitos de uma economia globalizada, parece que nada mais há a fazer senão a gestão da pobreza por meio de programas sociais diversos (TELLES, 2005).

A discussão sobre a exclusão social não é unilateral. Há diferentes posicionamentos teóricos e analíticos sobre esse tema que está presente nos debates em vários contextos, envolvendo desde militantes de movimentos sociais os mais diversos, até pesquisadores locados em universidades passando pelos formuladores de políticas públicas atuantes nos órgãos e instituições das prefeituras (PIRACICABA, 2003).



No contexto europeu, as discussões e denúncias da exclusão social referem-se principalmente à derrocada dos chamados *Welfare State*, “Estado do Bem-Estar Social”, ou ainda “Estado-Previdência”. O atual processo de transformações vem marcado principalmente por profundos ajustes estruturais exigidos pelos novos modelos de produção, comercialização e financiamento do desenvolvimento econômico em diferentes regiões do planeta (SPOSATI, 1996).

No Brasil, um dos aspectos mais importantes dessa discussão sobre a exclusão social é a demarcação de duas posições distintas. De um lado, entende-se a exclusão social como um processo amplo e multidimensional que aparta determinados grupos reduzindo as garantias dos direitos sociais, interditando e obstruindo os canais de acessos às riquezas produzidas coletivamente, como os benefícios e as qualidades de vida urbana. De outro lado, discute-se a necessidade de considerar os limites da noção de exclusão social na superação do sistema capitalista e das formações sociais de mercado (SPOSATI, 1996).

Na sociedade brasileira, dada a inexistência de garantias aos direitos sociais básicos e a falta de uma experiência ampla de democratização de acessos capazes de proporcionar condições de vida para todos nas quais se possibilite a realização de suas capacidades e do desenvolvimento humano, existe uma grande dificuldade em estabelecer parâmetros para a definição da “Inclusão Social”. No Brasil nunca se teve um Estado que garantisse tais direitos e provesse tais acessos. Em nossa história experimentamos exatamente o contrário: a não efetivação dos direitos sociais básicos e obstruções nos canais de acesso a melhores condições de vida (SPOSATI, 1996).

Contudo, o processo de exclusão social não avança sem encontrar resistência. Os excluídos resistem diariamente por meio de ações diversas, individuais e coletivas, que vão desde estratégias de sobrevivência a projetos nacionais e globais de oposição, passando por um grande número de iniciativas locais.

Como mostra Hirschman (1984), projetos e propostas sobre iniciativas econômicas populares na América Latina, vão desde os esforços de camponeses pobres para controlar a comercialização dos seus produtos por meio de cooperativas de venda, até o trabalho conjunto dos habitantes de bairros de ocupação para conseguir a propriedade dos lotes e construir habitações adequadas. Passando pela luta travada

dos pequenos artesãos para impedir, por meio de cooperativas de trabalhadores, o desaparecimento dos seus ofícios perante a concorrência de empresas dedicadas à fabricação maciça de artesanato.

Na ampla gama de movimentos sociais, que têm surgido ou persistido na América Latina em tempos de globalização, destacam-se os movimentos dos trabalhadores, como por exemplo, os Catadores de materiais recicláveis, os Agricultores sem terra e as Mulheres (ALVAREZ, 1998).

Esses membros das classes populares praticam, assim, uma economia urbana de baixo custo que lhes permite acesso a bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

De acordo com Santos (2002), os Catadores representam cidadãos excluídos, social e economicamente, estando presentes em quase todas as cidades. Dada a generalizada rejeição social à sua forma de vida, que com freqüência implica viver na rua e ao seu ofício, que requer estar em contato permanente com sobras e restos, a exclusão social da qual são vítimas é especialmente perversa e dramática. Os Catadores são vítimas do mais elevado grau de exclusão e estão relegados às zonas mais selvagens do espaço urbano, isto é, às lixeiras, às ruas e aos depósitos de sucatas, locais onde vendem os materiais a intermediários, que os exploram, e onde, em certas ocasiões, inclusive habitam.

O Catador, além de excluído, às vezes é também eliminável, pois operações de “limpeza social”, com a colaboração ou com a conivência do poder público, periodicamente, “eliminam” dos centros urbanos, estes trabalhadores e outros habitantes de rua (SANTOS, 2002).

#### **4.4.1 Exclusão social em Piracicaba**

Piracicaba, apesar de ser conhecida como um dos centros agroindustriais mais conceituados do país, com destaque para o setor da cana-de-açúcar, e de possuir um dos principais polos de fomento de pesquisa tecnológica e científica nacional, tem uma herança sócio-territorial marcada por altos graus de exclusão social, convivendo com

bairros marcados pela pobreza, precariedade territorial e vulnerabilidade social (PIRACICABA, 2003).

Fruto de um modelo de produção concentrador, Piracicaba apresenta um padrão de apropriação das riquezas sociais desiguais e excludentes. Em decorrência disso, constata-se pequenas porções da cidade que contam com as melhores oportunidades para o desenvolvimento humano e grandes extensões compostas por bairros populares onde essas oportunidades são mais escassas e as condições de vida são precárias (PIRACICABA, 2003).

De fato, o município apresenta uma realidade típica que marca as cidades brasileiras, onde se concentram grandes demandas por melhores condições habitacionais, empregos, serviços e equipamentos básicos de educação e saúde, dentre outras. Sem dúvida, as cidades trazem o lado mais terrível da atual realidade brasileira, caracterizada por traços profundos de desigualdades sócio-territoriais, com padrões injustos de apropriação das riquezas sociais produzidas coletivamente (PIRACICABA, 2003).

Segundo o Mapa de Exclusão-Inclusão do município, em termos populacionais, pode-se dizer que 30% dos habitantes vivem em bairros classificados como incluídos enquanto que 70% habitam aqueles classificados como excluídos. Localizados a sudoeste do centro da cidade, na região periférica, encontram-se os dois bairros, Novo Horizonte e Vila Cristina, que reúnem os piores indicadores socioeconômicos, apresentando uma população de 7.000 e 15.600 habitantes, respectivamente, contendo, ainda, uma das maiores concentrações de população jovem do município (PIRACICABA, 2003).

#### **4.5 Ecologia humana**

Enquanto que em “ecologia geral” as comunidades são estudadas somente em relação a seus fatores biológicos, em “ecologia humana” aborda-se também fatores políticos e sócio-culturais que levam espécies de uma comunidade a serem ameaçadas, além de serem estudados os efeitos dos fatores ambientais (DUBOS, 1981).

Segundo Begossi (1993), a ecologia humana, toma como base os conceitos de

ecologia, porém não é, necessariamente, uma das linhas desta ciência. Para muitos, estudar a "relação do homem com o ambiente" inclui tantos outros fatores<sup>6</sup> que a ecologia humana transcende a ecologia.

Moran (1994) considera que a verdadeira meta da ecologia humana é compreender e explicar as estratégias das populações humanas de sobrevivência, como os seres humanos são afetados pelo ambiente e como este, é modificado por eles.

Os conceitos de adaptação, nicho<sup>7</sup> e ambiente, são exemplos. Em relação ao conceito de adaptação, um dos problemas é entender o que isto significa para a espécie humana: sucesso reprodutivo? Adaptação do indivíduo ou do grupo? O conceito de nicho tem sido amplamente utilizado em ciências sociais como sinônimo de habitat (DIEGUES e SALES, 1988), quando sua definição é muito mais ampla e envolve uma gama de variáveis ambientais (PIANKA, 1983).

Para Kormondy e Brown (2002), os estudos em ecologia humana com enfoque ecológico contribuem para o entendimento das relações entre os seres humanos, pois estes seres se comportam e interagem com o ambiente, de modo semelhante às outras espécies.

De acordo com a revisão de Bruhn (1974), áreas como a antropologia, geografia, sociologia e psicologia apresentam desenvolvimentos próprios de ecologia humana. Na área de geografia, chegou-se a considerar que todo este campo deveria ser chamado de "ecologia humana".

A "ecologia social" é considerada por Evans e Jacobs (1981), como uma abordagem onde relações econômicas e sociais em conjunto com variáveis ambientais são estudadas. Há ainda a "psicologia ambiental", com enfoques na percepção ambiental ou nos efeitos de poluentes sobre o comportamento humano

Richerson (1977) sugere que pode ser desenvolvida uma teoria em ecologia

---

<sup>6</sup> Econômicos, sociais e psicológicos;

<sup>7</sup> Segundo Dubos (1981), nicho ecológico mais diretamente relacionado à espécie humana, tem como característica a vida social, a necessidade de se agrupar. As cidades são exemplos dessa característica. Mas as necessidades da humanidade vão mudando ao longo do tempo. Por exemplo, num dado período a comercialização favoreceu o surgimento das grandes cidades e hoje se pode perceber claramente a interdependência total entre o indivíduo e suas cidades e de tudo o que a cidade oferece. O aumento considerável no tamanho das cidades fez surgirem vários nichos dentro destas, os quais estão sujeitos a mudanças. E, muitos nichos são desmantelados em função do estabelecimento de novos nichos, semelhantes ou não, ocupados por outros segmentos sociais;

humana a partir de similaridades teóricas entre as ciências biológicas e sociais.

Neste trabalho, ao apresentar o modo de vida do Catador, serão utilizados alguns conceitos<sup>8</sup> da ecologia humana para uma maior compreensão das relações entre eles e entre os mesmos e seu território.

#### 4.5.1 Território

A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais e é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território (FERNANDES, 2000).

Território deriva do latim "terra" (terra) e "pertencente a" (torium), significando "terra pertencente a alguém" (CORRÊA, 2002).

O termo "pertencente", não se vincula à propriedade da terra, mas à sua apropriação, que, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado está associada ao controle de fato efetivo, por vezes legitimado, por instituições ou grupos sobre um determinado segmento do espaço. Por outro lado, apropriação pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos. Os dois significados podem, contudo, interagir-se, definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente (CORRÊA, 2002).

Fernandes (2000) ressalta que, diversas áreas do conhecimento, inclusive as ciências humanas, adotam o território como conceito essencial em suas análises.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque os territórios possuem limites, possuem fronteiras, são considerados espaços de conflitos (FERNANDES, 2000).

Para se definir território, é preciso considerar os sentimentos de pertencimento ("eu sou daqui") e de apropriação ("isto é meu", "esta é a minha terra", "este é meu domínio") (KAROL, 2000).

---

<sup>8</sup> Adaptabilidade, forrageio, subsistência humana e sistemas de parentesco;

Raffestin (1993) definiu território como constituído por sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa definição significa, também, que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são os mesmos. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território.

Para Santos (2000), o território não deve ser entendido apenas como um conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas, mas também como um território usado, não o território em si. O território usado é o chão somado à identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Então, o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício da vida.

Sposati (1996) considera, ainda, que um território urbano é produto social constituído coletivamente. No processo de produção e apropriação desse território tomam parte os vários segmentos sociais que acumulam investimentos e trabalhos materializados nos sistemas de objetos e lugares que se distribuem na extensão do espaço urbano.

Para Haesbaert (2002), o território é também visto antes de tudo como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais. Mas, visto dentro de uma dimensão simbólica, o território pode ser considerado fruto de uma apropriação simbólica, especialmente por meio das identidades territoriais, ou seja, da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem para com seus espaços vividos.

Faria (2001), assume que a concepção de território está ligada à idéia de domínio ou gestão de uma determinada área. Esta área recebe uma função, dependendo da forma de apropriação. A apropriação pode ser tanto do poder público estatal, de grupos sociais, como do poder das grandes empresas que lançam seus tentáculos por grandes áreas territoriais. Neste contexto, o conceito de território assume um duplo sentido, seja pelo controle de fato efetivo, legitimado pelo poder instituído, ou por outro lado, vinculando-se à dimensão afetiva e associando-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a *priori* e o território um a *posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas, vínculos que são indissociáveis (FERNANDES, 2000).

Movimento social e movimento socioterritorial possuem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social, que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”, existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (KAROL, 2000).

Conhecer um território abre uma perspectiva que permite apreender as desigualdades intra-urbanas identificando as apartações socioterritoriais entre os diferentes grupos. Assim, como os processos de exclusão-inclusão social são multidimensionais, considerando-se a privação de renda, o território desdobra cadeias de interferências. Nesse sentido, as questões sócio-ambientais estão ligadas aos problemas da geração de empregos, da mobilidade urbana e outras dimensões da vida urbana (SPOSATI, 1996).

Em face aos intensos processos de exclusão social, os territórios devem ser considerados como forma de compreender melhor os conflitos que se apresentam. Neste sentido, o presente trabalho busca compreender a forma de vida dos Catadores de materiais recicláveis, tomando como referência o seu território, lugar produzido por suas ações e relações sociais.

#### **4.5.2 Territorialidade**

A noção de territorialidade é complexa e a história deste conceito em geografia humana está por ser mais estudada. Ela nos veio dos naturalistas, que sempre abordaram a territorialidade animal e não a humana. Embora tenha sido sondada há mais ou menos três séculos, a noção de territorialidade só foi explicitada em 1920, por

Howard que a definiu como sendo a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie (RAFFESTIN,1993).

Já nas ciências humanas a noção de territorialidade foi tratada pelos autores que abordaram as relações humanas com o espaço ou com o território. Depois de uma ampla argumentação sistemática, Raffestin (1993) define a territorialidade como sendo um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, para uma carga demográfica, num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação.

Por sua vez, Brunet (1993), no dicionário crítico “Les mots de La Geographie” define territorialidade em duas acepções. A primeira, a define como aquilo que pertence propriamente ao território considerado politicamente, ao conjunto das leis e regulamentos<sup>9</sup> que se aplicam aos habitantes de um dado território e dos quais apenas ausentar-se do território permite fugir. A segunda acepção considera territorialidade como relação individual ou coletiva com um território considerado como “apropriado”, no sentido de “tornado propriedade”.

Bougney (1973) considera territorialidade como um dos mais interessantes padrões de comportamento social que é desenvolvido nos indivíduos jovens parcialmente como resultado de padrões de comportamento inato e parcialmente como resultado de reações aprendidas. Esse autor destaca três principais funções da territorialidade: a proteção de um ninho ou refúgio, a garantia de um adequado suprimento de alimento e um pré-estabelecimento de espaço para uma área de exibição. A segunda função, quando considerada sozinha, define não um território, mas uma área de residência, *home range*.

---

<sup>9</sup> Por exemplo: a territorialidade das leis, dos impostos e domínio de ação dos advogados;



A demarcação de um território pode ser efetuada de varias maneiras<sup>10</sup>, onde as relações de territorialidade são controladas por dominâncias hierárquicas ou *rank* social (BOUGNEY, 1973).

De acordo com Brunet (1993), a territorialidade contribui para a elaboração da identidade do grupo. Contrariamente ao que acontece com as “raízes”, estes princípios são “portáteis”, e permitiram aos migrantes, pioneiros e outros grupos, reconstituir seus horizontes e anseios em novos espaços, ao se apropriarem de novos territórios. Isto é o que permite, inclusive, a cada migrante que se desloca em novos espaços, no interior de uma mesma nação, de uma cidade para outra, refazer seu “território”.

Portanto, a territorialidade parece ser um elemento útil à coesão dos grupos sociais. Por outro lado, ela é uma fonte ou um apoio a hostilidades, exclusões. Ódios. Ainda, ressalta o autor, a territorialidade tem alguma coisa de animal e o progresso da humanidade consistiu notadamente em se despojar da territorialidade exacerbada, ou a relacioná-la a um campo na escala de todo o globo. Um pouco de territorialidade cria a socialidade e a solidariedade, muita territorialidade as assassina. Estudar os territórios é um bom modo de lutar contra o terrorismo do territorialismo (BRUNET, 1993).

Existem alguns aspectos territoriais do comportamento humano, tais como o imperativo da propriedade particular e as leis e costumes que tornam inviolável a “casa” de cada um, a ser defendida contra intrusos, até mesmo com armas, se for necessário (ODUM, 1988).

Sabe-se que os bandos de caçadores-coletores<sup>11</sup> espalhados pelo mundo, geralmente, eram e são agressivos na defesa da terra que contém os recursos confiáveis. Uma invasão no território, ainda que acidental, pode vir a ser considerada uma declaração de guerra. A defesa do território pode ocorrer por meio de sanções sociais, eventualmente, reforçadas por ameaças e ataques (WILSON, 1981).

---

<sup>10</sup> O canto de pássaros, meios químicos ou feromônios (os mais comuns), podendo também os feromônios serem misturados à urina, como nos cães ou às fezes como nos rinocerontes;

<sup>11</sup> Os Catadores são coletores;

## **4.8 Sobras e restos da sociedade: o lixo**

Para que se possa compreender adequadamente o contexto<sup>12</sup> em que se inserem os principais atores do presente trabalho, os Catadores, faz-se necessário uma breve revisão sobre o lixo: sua produção; composição; problemática associada a sua geração e disposição final; soluções adotadas e propostas, bem como os impactos sobre a sociedade e o ambiente.

### **4.8.1 O conceito de lixo**

Segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Lixo é normalmente conhecido como tudo aquilo que não presta mais. Tecnicamente, é composto de restos das atividades humanas, considerados inúteis, indesejáveis ou descartáveis por seus geradores, apresentando-se sob o estado sólido ou semi-sólido (IPT/SEBRAE, 2003).

Essa noção varia no espaço e no tempo, de acordo com as diversas culturas. Na China antiga, por exemplo, qualquer pedaço de papel contendo alguma escrita era considerado valioso e não deveria ser jogado fora, embora pudesse ser queimado como ritual de respeito. Já para os antigos romanos, lixo, ou "lix", significava cinzas, ou seja, a própria denominação recomendando sua queima (IPT/SEBRAE, 2003).

A dimensão do problema do lixo, que passará a se conceituado, no presente trabalho, como Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), foi sendo percebida ao longo dos processos de urbanização e industrialização. No campo, sobras de alimentos podiam ser enterradas, decompondo-se no solo, enquanto outros resíduos eram eventualmente queimados. Mas o que fazer com resíduos de plástico, vidro e metal, ainda mais nas cidades, com muita área construída e grande densidade populacional? Esta questão, foi se agravando com a inexistência de planos de gestão adequados, associados à intensificação dos hábitos de consumo (IPT/SEBRAE, 2003).

---

<sup>12</sup> No ANEXO A encontra-se uma revisão complementar sobre: coleta seletiva, técnicas de informação para um programa de coleta seletiva; Usinas de triagem e (ou) Compostagem; Central de triagem; o fluxo dos materiais recicláveis dentro de uma central de triagem; Reciclagem e Segurança do trabalhador;

#### 4.8.2 Quantidade produzida

Os padrões de produção e consumo no mundo, hoje, estão 20% acima da capacidade de suporte da biosfera (NOVAES, 2003).

Essa cifra não é, ainda, maior porque hoje existe mais de 1 bilhão de pessoas passando fome, na miséria total (NOVAES, 2003).

Se essas pessoas saírem da linha da miséria, tomando como base o nível de vida social e econômica dos países desenvolvidos, seriam necessários mais dois ou três planetas para atender às “necessidades” de todos. Quanto à produção dos RSU, no mundo os números são assustadores, entre RSU domiciliares e comerciais são produzidos, por dia, 2 milhões de toneladas (ton), o que equivale a 0,70 quilo de RSU, por habitante, em apenas um dia ( $0,70 \text{ kg.hab}^{-1}$ ) (NOVAES, 2003).

Em países desenvolvidos, de acordo com Hinrichs (1991), a taxa média diária de geração RSU, pode chegar a  $2,0 \text{ kg.hab}^{-1}$ ; nos Estados Unidos, a taxa chega a ser de  $1,8 \text{ kg.hab}^{-1}$ . Já em países em desenvolvimento, a taxa é reduzida para aproximadamente  $0,5 \text{ kg.hab}^{-1}$ .

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que, no ano de 2000, no Brasil, eram produzidas cerca de  $240 \text{ mil ton.dia}^{-1}$  de RSU, o que representava uma média diária maior do que  $1 \text{ kg.hab}^{-1}$  (IBGE, 2000).

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), a densidade populacional, o poder aquisitivo e, principalmente os hábitos de consumo são fatores que interferem na produção dos RSU (Tabela 3).

Tabela 3 – Produção *per capita* de RSU nos municípios, em função do tamanho da população

Habitantes (mil)	Produção diária <i>per capita</i> ( kg)
<100	0,40
> 100 a 200	0,50
> 200 a 500	0,60
> 500	0,70

Fonte: CETESB (2004).

Nota: Sinal convencional utilizado: < menor que; > maior que.

Estudos realizados pelo IPT e pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), mostraram que o desenvolvimento de novas tecnologias, o grau de urbanização e o padrão de consumo são fatores que influenciam na composição e na quantidade dos RSU, diferindo entre países, cidades e dentro destas, entre os seus bairros (IPT/CEMPRE, 2000).

A variação das composições dos RSU gerados em alguns países é evidenciada na tabela 4.

Tabela 4 – Composição (%) dos RSU em alguns países

Componente	País			
	Alemanha	Brasil	EUA	Holanda
Matéria orgânica	61,2	65,0	35,6	50,3
Vidro	10,4	3,0	8,2	14,5
Metal	3,8	4,0	8,7	6,7
Plástico	5,8	3,0	6,5	6,0
Papel	18,8	25,0	41,0	22,5

Fonte: Rio de Janeiro (2001).

#### 4.8.3 Problemas causados pelos RSU

Manejar os RSU de forma a não ter conseqüências negativas, talvez seja um dos maiores desafios da sociedade moderna. O acúmulo de materiais não degradáveis e a pressão exercida pelo contínuo despejo destes no ambiente, mostra a necessidade do assunto ser tratado com seriedade pelo governo e a sociedade (HERINGER, 2004).

A maioria dos municípios tem dificuldades em seus sistemas de limpeza urbana e na gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos que produz, desde a coleta até sua disposição final. Grande parte dos RSU gerados no país não é regularmente coletada, permanecendo junto às habitações, logradouros públicos, terrenos baldios, encostas e cursos d'água. A disposição final dos RSU apresenta-se como um problema sócio-ambiental, dado que mais de 80% dos municípios brasileiros depositam os resíduos coletados em locais inadequados, lixões a céu aberto, em cursos d'água ou em áreas ambientalmente protegidas, agravando-se essa problemática pela a presença de Catadores nestes locais, inclusive crianças (RIO DE JANEIRO, 2001).

A PNSB, de 2000, demonstrou que 64% dos municípios depositam seus resíduos em lixões (Figura 2 – ANEXO B), 18% utilizam como destino final aterros controlados e apenas 14% utilizam aterros sanitários (BRASIL, 2002).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), é ainda bastante reduzido o número de municípios que possuem sistema adequado de coleta seletiva, manejo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, e ainda não são todos os Estados brasileiros que possuem leis para regulamentar o tema. No plano Federal, existem resoluções de órgãos como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que obrigam os fabricantes de certos produtos (pneus, baterias e lâmpadas fluorescentes, por exemplo) a dar destino ambientalmente adequado após o uso e descarte. No final do ano de 2002, tramitavam, no Congresso Nacional, vários projetos de lei sobre o tema (BRASIL, 2002).

A maioria das cidades brasileiras ainda mantém a prática dos "lixões", depositando os RSU a céu aberto, ou se seja, simplesmente jogando os mesmos sobre o solo. Nestes locais, como resultado da decomposição dos resíduos orgânicos, ocorre a produção de chorume, um líquido, escuro com odor forte e desagradável e alto poder de poluição, contaminando o solo e as águas, tanto as superficiais quanto as subterrâneas. Os aterros, com a designação de controlados, também têm conseqüências negativas para a saúde pública, porque constituem um ambiente propício para a proliferação de vetores de doenças (HERINGER, 2004).

Muitos impactos estão associados aos RSU, variando em função das práticas da população, das características do município, do volume coletado e tratado e das formas de destinação. Em linhas gerais, a disposição inadequada dos RSU em lugares públicos e em lixões, a céu aberto, acarreta impacto sanitário e estético, como (IPT/SEBRAE, 2003):

- a decomposição da matéria orgânica atrai vetores de doenças, como baratas, moscas e ratos;
- embalagens podem acumular água, favorecendo a criação de pernilongos e outros insetos transmissores de doenças, como o da Dengue;
- embalagens e outros objetos, lançados nas ruas, podem entupir bueiros e canais, favorecendo enchentes;

- a paisagem é afetada pelo acúmulo de RSU em terrenos baldios e lixões e
- gasta-se muito na limpeza pública e no atendimento a problemas de saúde, resultante dessas situações.

O contato direto com os RSU domiciliares, especialmente os materiais orgânicos em decomposição, expõe as pessoas, principalmente os Catadores de materiais recicláveis, a riscos de contraírem diversos tipos de doenças (BRASIL, 2002).

Algumas enfermidades, que podem ser veiculadas através do lixo, estão representadas na tabela 5.

Tabela 5 – Doenças transmitidas através dos RSU, seus vetores e modo de transmissão

<b>Enfermidades</b>	<b>Vetores</b>	<b>Transmissão</b>
Leptospirose, Peste Bubônica e Tifo	Rato e Pulga	Mordida, Fezes e Urina
Febre Tifóide, Cólera, Amebíase, Giardíase e Ascaridíase	Mosca e Barata	Corpo e Fezes
Malária, Febre Amarela, Dengue e Leishmaniose	Mosquito	Picada

Fonte: adaptado de Brasil (2002) e Heringer (2004).

Por outro lado, dispendo os RSU em um aterro sanitário, mesmo seguindo todas as normas técnicas, diversos problemas e impactos tendem a ocorrer, destacando-se (IPT/SEBRAE, 2003):

- a decomposição da matéria orgânica gera gases que intensificam o efeito estufa e produz um líquido escuro, altamente poluente, o chorume, que infiltra no solo, podendo contaminar a água subterrânea. Esses gases e o chorume, portanto, precisam ser drenados e tratados no aterro;
- necessidade de material de cobertura (aterramento), muitas vezes retirado de cortes de morros, deteriorando a paisagem;
- a medida que um aterro vai ficando saturado, novos terrenos precisam ser desapropriados - o investimento em novos aterros é grande, exigindo infraestrutura especial;

- a inexistência de espaços disponíveis para novos aterros, às vezes, faz com que os RSU de um município tenha que ser levado a outro, exigindo negociações políticas, além de elevar os custos financeiros;
- considerando o potencial de materiais recicláveis, presentes nos RSU, enterrá-los é desperdiçar dinheiro; e
- desvalorização imobiliária do entorno pela simples presença do aterro, bem como pelos problemas causados por sua operação, como a intensificação do tráfego e RSU derramados pelo caminho.

Além destes impactos, resíduos industriais e alguns domésticos, como restos de tintas, solventes, aerossóis, produtos de limpeza, lâmpadas fluorescentes, medicamentos vencidos, pilhas e outros comumente dispostos em aterros, contém significativa quantidade de substâncias químicas nocivas ao ambiente. Estima-se que existam de 70 a 100 mil produtos químicos sintéticos, utilizados de forma comercial na agricultura, na indústria e nos produtos domésticos (BRASIL, 2002).

As conseqüências que eles acarretam só são percebidas depois de muito tempo. Exemplo disso é o clorofluorcarbono (CFC), pois até se descobrir, há pouco tempo atrás, que a liberação deste gás na atmosfera vinha contribuindo para a diminuição da camada de ozônio, ele foi amplamente usado, em aerossóis, isopores, espumas, sistemas de ar condicionado e refrigeradores (BRASIL, 2002).

Muitos produtos contêm, ainda, metais pesados (mercúrio, chumbo, cádmio e níquel) que quando não são adequadamente manejados, vão, de alguma forma, contaminar o solo, a água e o ar, podendo atingir níveis perigosos para a saúde de todas as formas de vida. Os efeitos da ação prolongada, dessas substâncias, no homem, ainda não são totalmente conhecidos, no entanto, testes em animais mostraram que metais pesados provocam sérias alterações no organismo, como o aparecimento de câncer, deficiência no sistema imunológico e distúrbios no sistema nervoso (BRASIL, 2002).

Com se não fosse o bastante, um novo tipo de RSU, o eletrônico, já vem contribuindo, em muito, para aumentar estes problemas. Computadores, telefones celulares e televisores contêm em suas peças, metais pesados, que por falta de destino

apropriado, com certeza, acabarão sendo depositados inadequadamente em aterros ou lixões.

#### 4.8.4 Fluxo “convencional” dos RSU

O serviço sistemático de limpeza urbana no Brasil iniciou-se, em 25 de novembro de 1880, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, capital do Império. O imperador Dom Pedro II, por meio do Decreto nº 3024, aprovou o contrato de limpeza e irrigação da cidade, que foi executado por Aleixo Gary, mais tarde por Luciano Francisco Gary, de cujo sobrenome originou-se a palavra “gari”, hoje utilizada para denominar trabalhadores da limpeza urbana em muitas cidades brasileiras (RIO DE JANEIRO, 2001).

Atualmente, o manejo dos RSU é considerado um dos setores do saneamento básico. Entende-se que há interdependência entre os conceitos de ambiente, saúde e saneamento, o que reforça a necessidade de ações integradas desses setores para garantir qualidade de vida à população. No Brasil é competência do município a gestão dos RSU, incluindo os provenientes dos serviços de saúde, já a gestão dos resíduos industriais, cabe aos seus geradores (RIO DE JANEIRO, 2001).

O manejo ou gestão dos resíduos sólidos urbanos constitui-se em um conjunto de práticas administrativas combinadas, seguindo-se um fluxo (Figura 3) onde todos os componentes trabalham juntos para formar um sistema adequado, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental Norte Americana (US EPA) (OLIVEIRA, 1997).

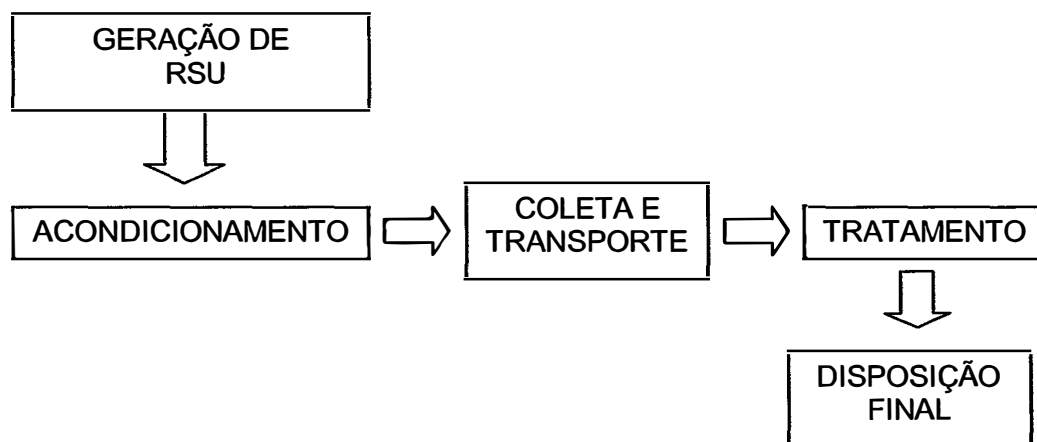


Figura 3 - Fluxo de resíduos sólidos urbanos  
Fonte: adaptado de Oliveira (1997).



#### 4.8.4.1 Outros caminhos

A US EPA (1989) considera que, um Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU) eficaz, consiste naquele que associa o uso de práticas administrativas de resíduos, com manejo seguro e efetivo do fluxo de resíduos sólidos urbanos, com o mínimo de impactos sobre a saúde pública e o ambiente. Este sistema de gerenciamento integrado de resíduos deverá conter alguns ou todos os seguintes componentes:

- redução de resíduos, incluindo reuso dos produtos;
- reciclagem de materiais, incluindo compostagem;
- recuperação de energia (biogás); e
- disposição final em aterros sanitários.

No Brasil, a destinação que, ainda está sendo dada aos RSU, os “lixões”, está longe da legalidade e do que é recomendado por tratados internacionais. Estudos e documentos ambientais ressaltam que é muito mais fácil gerenciar o lixo quanto menos lixo houver. E apontam como diretriz a minimização de resíduos, baseada nos procedimentos conhecidos como os 3 "Rs" (IPT/SEBRAE, 2003):

- Redução no consumo, na fonte geradora;
- Reutilização direta dos produtos e
- Reciclagem de materiais.

A ordem dos "Rs" segue o princípio de causar menor impacto, evitando a geração de resíduos e diminuindo a quantidade de materiais para reciclagem após seu descarte. Melhor do que fazer adubo (compostagem) de sobras de comida, por exemplo, é reduzir o desperdício (IPT/SEBRAE, 2003).

A adoção desses procedimentos diminui significativamente a quantidade de RSU a ser disposta. Todos os esforços devem ser feitos para se reduzir a produção dos RSU, por meio de uma profunda revisão de nossos padrões de produção, distribuição e consumo. Um outro esforço, também que se faz necessário, já que a geração, mesmo que mínima, é inevitável, é o de separar os materiais recicláveis dos outros RSU gerados e disponibilizá-los à programas de coleta seletiva, ou, mesmo, doá-los aos

Catadores, o que contribuirá com a renda familiar destes trabalhadores (IPT/SEBRAE, 2003).

Campos et al. (2002), que desenvolveram diversos estudos para a seleção de alternativas de tratamento e disposição de RSU, esclarecem que a seleção destas alternativas depende de fatores da política municipal e do esclarecimento técnico ao poder público das implicações de se adotar cada tipo de solução. Sugerem, que o Plano Diretor Municipal adote o GRSU, considerando que para a implantação da melhor forma de tratamento e disposição final dos RSU, devem ser realizados estudos preliminares para:

- conhecimento do problema (visitas técnicas de inspeção nos locais de disposição final);
- levantamento de dados dos municípios (lei de uso e ocupação do solo, população urbana, comércio de recicláveis e utilização na região, orçamento municipal, áreas disponíveis para tratamento e disposição dos resíduos, etc.) e
- levantamento dos dados históricos e atuais da limpeza urbana; entre outros.

Ferreira (1994) verificou que a maioria dos municípios brasileiros apresenta as mesmas características no fluxo de RSU, da geração à disposição final, desenvolvem simplesmente atividades de coleta, transporte e descarga em áreas ou locais quase sempre selecionados em função da disponibilidade, da distância em relação ao centro urbano e da via de acesso e, geralmente, ocorrendo a céu aberto, formando os lixões.

Para o IPT/CEMPRE (2000), coletar todos os RSU gerados, dispor de forma adequada, buscar formas de tratamento para os RSU com resultados ambientais e econômicos e implantar programas de educação ambiental, devem ser as prioridades de um GRSU. Entretanto, para seu início, recomenda-se efetuar o levantamento das características dos RSU gerados e os fatores que influenciam sua geração, tais como: número de habitantes; poder aquisitivo; condições climáticas; hábitos e costumes e nível educacional da população.

A Agenda 21, documento elaborado e assinado por mais de 170 países, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92), apresenta como proposições básicas para o gerenciamento adequado dos RSU, as seguintes ações (GODIM, 2003):

- minimização da geração de resíduos;
- maximização de práticas de reutilização e reciclagem;
- implementação de sistemas de tratamento e disposição dos RSU, compatíveis com a preservação ambiental e
- extensão da cobertura dos serviços de coleta e destino final adequado dos RSU.

Vários países europeus como Alemanha, Holanda, Áustria, Espanha e Suécia, introduziram nos últimos anos leis para reduzir a geração dos resíduos, vasilhames e embalagens. Na Suécia, por exemplo, as empresas são responsáveis pelo recolhimento de suas embalagens (alumínio, papel, papelão, plástico, aço e vidro). O mesmo ocorre com jornais, folhetos publicitários, revistas e catálogos, além de pneus. E para racionalizar esse processo e tornar mais econômico o manejo da reciclagem, os produtores uniram esforços e se organizaram (BRASIL, 2002).

Ainda, naquele país, onde o próprio rei faz a compostagem do material orgânico dentro da sua propriedade, a reciclagem de veículos é obrigatória. Para tanto, o usuário, já na compra, paga a taxa de reciclagem, o proprietário do veículo, ao decidir levá-lo para a reciclagem, recebe de volta a taxa paga na compra, com o rendimento acumulado no período (NOVAES, 2003).

A Noruega, país de pequena área territorial, exporta os seus RSU para a Suécia. Na Alemanha, a legislação responsabiliza os produtores de embalagem por todo o ciclo do produto, a coleta seletiva é obrigatória em todo o país e o gerador de entulho paga pelo recolhimento e reciclagem dos mesmos (NOVAES, 2003).

No Brasil, país onde a maioria dos RSU acabam sendo dispostos em terrenos baldios, as ações ainda estão longe de serem razoáveis. Uma das tendências, é que os fabricantes sejam responsabilizados por receber equipamentos descartados e dar-lhes destinação final ambientalmente correta. Fornecedores de telefones celulares já se responsabilizam em receber e dar um destino ambientalmente correto às baterias e aos aparelhos fora de uso (BRASIL, 2002).

A geração excessiva dos RSU, a demanda por novas áreas para aterrjá-los e ou sua disposição final indevida, agravam a problemática ambiental, porém, parte dos RSU é composta por materiais que podem e devem ser reaproveitados e (ou) reciclados (HERINGER, 2004).

No Brasil, aproximadamente, 30% dos RSU gerados é constituído por de materiais recicláveis<sup>13</sup>. Estes materiais, se coletados previamente na fonte geradora, podem contribuir tanto para geração de trabalho e renda aos Catadores, como para a preservação dos recursos naturais, constituindo-se em matéria-prima para novos produtos (IPT/CEMPRE, 2000).

Assim, a coleta seletiva (Figuras 4, 5 e 6 – ANEXO B) e posteriormente a reciclagem de materiais se apresentam como parte da solução para esta questão, contribuindo também, além do exposto, para a diminuição do volume de RSU destinados aos aterros (RUBERG, 1999).

#### 4.8.5 Piracicaba e os RSU

Piracicaba localiza-se entre as coordenadas geográficas latitude S22°42'30" e longitude W47°38'01" a 554m de altitude (Figura 7). Possui uma área territorial de 1.368,40 km<sup>2</sup>, sendo que 165,33 km<sup>2</sup> são de área urbana e 1.203,07 km<sup>2</sup> de área rural; é o 19º município do Estado em extensão (IBGE, 2000; PIRACICABA, 2004a).

Encontra-se no centro do Estado de São Paulo, a 165 km da Capital, São Paulo e a 73 km de Campinas.



Figura 7 – Localização do município de Piracicaba  
Fonte: SEBRAE (2001).

<sup>13</sup> Papel, papelão, plástico, metal e vidro;

De acordo com senso demográfico de 2000, o município apresenta uma população total de 329.158 habitantes, onde 317.374 habitantes residem na área urbana e os outros 11.784 na área rural (IBGE, 2000).

Possue características<sup>14</sup> favoráveis quanto à infra-estrutura e qualidade de vida em condições iguais ou superiores às maiores cidades do Brasil, com um comércio atuante, bairros estruturados com áreas de lazer, clubes de serviços e esportivos (SEBRAE, 2001).

A situação econômica no município é estável, favorecendo a instalação de grandes indústrias. Essa estrutura tem atraído e motivado a instalação de grandes empresas de porte nacional e internacional, ressaltando a indústria metalúrgica.

A cidade desfruta de condições favoráveis para se viver, com qualidade de vida, devido aos seguintes fatores, (SEBRAE, 2001):

- prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, a apenas 20 km de Piracicaba, aproximando-a mais da capital do Estado;
- disponibilidade de energia elétrica e inclusão do gasoduto Bolívia – Brasil, derivado da tubulação principal a apenas de 19 km do município;
- proximidade de 65 km com a Refinaria de Paulínia (REPLAN), através da malha rodoviária mais moderna do Brasil.

Estes fatores são relevantes, pois contribuirão para posicionar a cidade na rota do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, visando alcançar uma cidade sustentável, um grupo de pessoas dos diversos setores da sociedade piracicabana, utilizando a metodologia de planejamento estratégico e os conceitos da Agenda 21, criou o projeto “PIRACICABA 2010” – Realizando o Futuro, que já está atuando em diversos setores, contribuindo para a qualidade de vida no município.

---

<sup>14</sup> Saneamento básico, número estabelecimentos de ensino (ensino fundamental, superior e técnico), leitos hospitalares, meios de transportes, meios de comunicação;

#### 4.8.5.1 Produção de RSU em Piracicaba

Em relação à questão dos resíduos, de acordo com Benevides (2004), a produção diária em Piracicaba é de, aproximadamente, 890 ton.dia<sup>-1</sup> (toneladas por dia), que, de acordo com a sua origem, são classificados em: domiciliar (residências e comércio), dos serviços de saúde (hospitais; clínicas odontológicas, clínicas veterinárias e farmácias), da construção civil e outros resíduos (volumosos e não definidos). A quantidade gerada, de cada tipo de resíduo, está representada na Tabela 6.

Tabela 6 – Tipos de RSU produzidos em Piracicaba e suas respectivas massas diárias

<b>Tipo de Resíduo</b>	<b>Massa (ton.dia<sup>-1</sup>)*</b>	<b>%</b>
Domiciliar	218,48	24,57
Serviços de Saúde	1,51	0,17
Construção Civil	620,00	69,74
Outros (não definidos)	49,00	5,52

Fonte: adaptado de Benevides (2004).

Nota: \*Valores de massa aproximados.

Segundo informações de profissionais técnicos, que atuam na área de gestão de RSU na Secretaria Municipal de Defesa de Meio Ambiente (SEDEMA), na área urbana do município, o serviço de coleta dos RSU domiciliares é integral, apresentando uma taxa de 99,80% para este serviço. Cabe ressaltar que, os resíduos dos serviços de saúde são coletados, de forma diferenciada, conforme as Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Normas Regulamentadoras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Após a coleta, esses resíduos são transportados até Paulínia – SP, onde são incinerados e, após tornarem inertes, são devidamente aterrados (BENEVIDES, 2004),

Ainda, segundo os técnicos da SEDEMA, a grande maioria dos resíduos da construção civil é transportada até uma unidade recicladora da Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba (EMDHAP), onde, é transformada em produtos para a construção civil, que, atualmente, subsidiam a construção de moradias populares.

Os chamados entulhos, resíduos inertes que não servem para a reciclagem, são destinados em áreas apropriadas<sup>15</sup> para o descarte destes resíduos.

Em relação à produção de RSU, segundo Benevides (2004), dependendo da época do ano, a quantidade coletada apresenta variações, destacando-se os meses de dezembro e janeiro, épocas festivas, com as em que a população mais produz resíduos (Tabela 7). Esse autor ainda afirma que, em Piracicaba, para se coletar, transportar e aterrar 1 ton de RSU domiciliares, são necessários aproximadamente R\$ 36,00.

Tabela 7- Quantidade, em massa (ton), de RSU domiciliares coletados em Piracicaba

	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Anual	78.651,32	80.547,08	79.932,64
Mensal	6.554,28	6.712,25	6.661,05
Diário	218,48	223,74	222,03
ton.hab <sup>-1*</sup>	0,00069	0,00070	0,00070

Fonte: adaptado de Piracicaba (2006a).

Nota: \* Cada habitante produz, em média, 0,69 kg por dia de RSU.

A média municipal de produção diária de RSU por habitante (0,69 kg), se aproxima mais da média nacional (0,70 kg), citada por Novaes (2003), que da estadual (0,60 kg), apresentada pela CETESB (2004), para os municípios com mais de 200 mil habitantes.

De acordo com Benevides (2004), os dados em relação à quantidade coletada destes resíduos, para o ano de 2003 e, conseqüentemente, os investimentos necessários para coletar, transportar e aterrar os mesmos, deveriam ser maiores neste período. Não são, devido a contribuição dos Catadores que, com seus carrinhos realizam a coleta de materiais recicláveis pelas ruas, antes que o serviço de coleta municipal os recolha, reduzindo, significativamente a quantidade de RSU que deveriam ser coletados e aterrados pelo serviço municipal.

Destaca-se, também, realizando a coleta seletiva no município o Programa Reciclar 2000 – Regional – Nosso Futuro Sustentável (PR2000R), desenvolvido pelo

<sup>15</sup> Regularizadas pela SEDEMA e pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);

Centro de Reabilitação Piracicaba (CRP) e pelo Programa Reciclador Solidário, desenvolvido pela Prefeitura Municipal.

A tabela 8 mostra o quanto, cada um destes três segmentos, contribuíram, coletando materiais recicláveis no ano de 2003.

Tabela 8 – Atores do sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis e suas respectivas contribuições

<b>Atores</b>	<b>Massa Coletada (ton.mês<sup>-1</sup>)*</b>
Catadores nas ruas**	300
PR2000R	160
Reciclador Solidário	41
<b>Total Coletado</b>	<b>501</b>

Fonte: adaptado de Benevides (2004).

Nota: \*Valores aproximados, referentes à média mensal no ano de 2003.

\*\*Estima-se que 300 Catadores estejam atuando nas ruas do município.

Piracicaba destaca-se como polo reciclador. Em 2003 apresentava 13 indústrias recicladoras que utilizam, além dos materiais recicláveis que sobram nas indústrias, também aqueles de origem da coleta seletiva dos atores citados. Com este desempenho, Piracicaba ocupa a 8ª posição no Estado em relação a coleta seletiva de materiais recicláveis (CETESB, 2003).

Destaca-se, ainda, que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEMA), orienta os agricultores a efetuarem a tríplex lavagem das embalagens de agrotóxicos, antes de as levarem à Coplacana (Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo). Após a recepção, estas embalagens serão prensadas e, posteriormente, encaminhadas para a reciclagem, no município de Louveira-SP.

Embora os índices de coleta seletiva apresentados sejam significativos quando comparados com os de outros municípios brasileiros, Piracicaba tem ainda, grandes desafios a superar.

De acordo com os técnicos da SEDEMA, o aterro municipal, localizado no Bairro do Pau Queimado, já deveria estar fechado, pois não tem mais espaço para aterrar os RSU domiciliares. Esclarecem também que, no “novo aterro” municipal, deverá ser construída uma Usina de Triagem para que os Catadores, organizados em uma Cooperativa, possam coletar os materiais recicláveis, antes que todos os RSU sejam



colocados na área de aterramento, o que propiciará melhores condições aos mesmos (BENEVIDES, 2004).

#### **4.9 Panorama geral dos Catadores**

O crescimento das cidades e o modelo de consumo instituído alteraram significativamente a quantidade dos RSU gerados, havendo um excesso de materiais descartados. Por outro lado, o aumento do nível de desemprego e maiores exigências para acesso ao mercado de trabalho restringiram dramaticamente, as possibilidades de sobrevivência para importantes contingentes sociais, como as pessoas que vivem do comércio de materiais recicláveis descartados, os Catadores.

Estima-se que na Colômbia cerca de 300 mil pessoas, isto é, cerca de 1 % da população, vivam da recuperação de materiais recicláveis nas cidades. A população de Catadores, no México e Egito é ainda mais elevada em termos percentuais, 2% do total nacional. Já em Manila (Filipinas), aproximadamente 1% da população total, cerca de 12 mil pessoas, dependem diretamente da catação de materiais recicláveis e em Beijing (China), aproximadamente 0,5% de sua população, cerca de 82 mil camponeses imigrantes, trabalham como Catadores informais (RODRÍGUEZ, 2002).

De acordo com o IPT/CEMPRE (2000), no Brasil, estima-se a atuação de mais de 200 mil Catadores<sup>16</sup>, que organizados ou não, são responsáveis pela coleta de vários tipos de materiais pelas ruas, lixões e aterros.

Os Catadores estão presentes em mais de 3.800 municípios brasileiros, 37% das capitais brasileiras e em 68% das cidades com mais de 50 mil habitantes, atuando informalmente e reciclam 20% dos resíduos sólidos urbanos, segundo o Fundo das Nações Unidas (CONCEIÇÃO, 2003).

Novaes (2003) ressalta que a situação brasileira, em relação a solucionar a problemática dos RSU, só não é pior porque conta-se com os Catadores, que organizados estão reivindicando o reconhecimento da profissão .

Em São Paulo, início do século XX, imigrantes espanhóis já trabalhavam com os compradores de sucata, no bairro do Brás. O antigo “garrafeiro”, pessoa conhecida nos

---

<sup>16</sup> Que representa, aproximadamente, 0,1% da população nacional;

bairros e vilas das cidades, foi substituído pelo Catador (Figura 8), que recolhe os materiais recicláveis sem pagar ou trocar por algo (IPT/SEBRAE, 2003).



Figura 8 – Catador de materiais recicláveis na década de 40 (século XX)  
Fonte: IPT/SEBRAE (2003).

Há mais de 50 anos, portanto, a sobrevivência dos Catadores e de suas famílias, está na catação e venda de materiais recicláveis que separam dos RSU descartados pela comunidade.

De acordo com Maciel (2003), no Brasil, as organizações de Catadores são estabelecidas em torno da gestão da coleta seletiva de materiais recicláveis. Podem ser constituídas por meio de empresas sociais que trabalham na linha do cooperativismo, geralmente, ligadas às Secretarias Municipais de Promoção Social. Diversas são as experiências desenvolvidas no Brasil.

Existem programas e ou projetos que contam com o apoio governamental, outros, com o de ONG's, alguns recebem assessoria de Universidades, que atuam como mentores ou incubadoras tecnológicas, propondo-se a organizar os Catadores de materiais recicláveis como forma de geração de trabalho e renda, e de qualidade ambiental (MACIEL, 2003).

O processo de organização dos Catadores iniciou-se no final dos anos 80, a partir da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), com a experiência da Cooperativa

de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), em São Paulo. Esta organização serviu de modelo para a criação da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (ASMARE), em Belo Horizonte (MG); hoje também é referência para outras organizações (IPT/SEBRAE, 2003).

Nos anos 90, com a realização do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, através das reuniões e encontros promovidos em diversos locais do país, novos parceiros foram incorporados, como a Cáritas Brasileira e a Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul (IPT/SEBRAE, 2003).

Ainda, segundo o IPT/SEBRAE (2003), os Catadores conquistaram seu reconhecimento como categoria profissional, oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e, também, ao participarem do “1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis”, se fizeram presentes no debate da Política Nacional de Resíduos Sólidos, garantindo seus direitos como categoria trabalhadora, resultando na criação de um movimento nacional de Catadores.

A ASMARE, após muitas lutas com o poder público, em 1992 conseguiu seu primeiro galpão de reciclagem e a sua manutenção, por meio de um convênio de parceria entre a Prefeitura e a Mitra<sup>17</sup> Arquidiocesana. A experiência da ASMARE pode ser verificada através de suas publicações, “Experiências de Coleta Seletiva” e “Metodologia para a organização social dos Catadores”, que demonstram novas possibilidades sociais por meio de programas municipais de Coleta Seletiva, reconhecendo o Catador de materiais recicláveis como agente ambiental e a população como co-responsável pelo ambiente urbano. Sua experiência tornou-se modelo para outras iniciativas no país (GONÇALVES, 2002).

O IPT/CEMPRE (2000) também vem apoiando essas ações. Um dos incentivos tem sido o desenvolvimento de diversas publicações, guias e (ou) manuais destinados à orientação de Municípios e organizações que visam à implantação de um gerenciamento adequado de resíduos sólidos.

---

<sup>17</sup> Jurisdição de um Bispo ou Arcebispo;

O IPT/SEBRAE (2003) publicaram um Guia para Implantação de Cooperativas de materiais recicláveis, para orientar a formação de grupos de Catadores, de forma independente ou em parceria, por agentes como ONG's, igrejas, sindicatos e Administrações Municipais. Esta publicação esclarece que deve ser utilizada como um instrumento de auxílio aos agentes e lideranças locais para consolidar a organização e capacitação de Catadores, estabelecendo vínculos com a sociedade local e com o apoio do poder público.

É importante destacar que vários municípios têm procurado desenvolver programas de gerenciamento de RSU, onde priorizam a organização de Catadores em associações ou cooperativas, para atuarem na coleta seletiva e na separação e triagem de materiais recicláveis. Por outro lado, algumas experiências e modelos implantados que aparecem como alternativa de inserção dos Catadores no mercado de trabalho, principalmente os organizados no conceito da economia solidária, necessitam, atualmente, de verificação, monitoramento e avaliação, para que falhas possam ser corrigidos e acertos implementados em outras organizações com o mesmo objetivo (IPT/SEBRAE, 2003).

Aqueles que não estão inseridos em empreendimentos solidários, como uma cooperativa, estão coletando os materiais recicláveis pelas ruas com seus carrinhos, “garimpam” em aterros ou lixões, locais onde se concentra grande quantidade RSU, incluindo materiais recicláveis (Figura 2 – ANEXO B).

Nestes locais, os Catadores não precisam andar, subir ladeiras, ou mesmo empurram seus carrinhos pesados pelas ruas, porém, “garimpando” os materiais recicláveis, enfrentam condições bastantes desumanas, como a convivência diária com o mau cheiro, com seres<sup>18</sup> que transmitem doenças. Baseados em uma racionalidade econômica assustadora, ainda que firmados no imediatismo próprio dos miseráveis, alguns Catadores afirmam ganhar mais catando materiais na aterro que nas ruas (CARON et al., 2005).

Os Catadores além de coletar materiais para vender, às vezes, se alimentam de restos de comida estragada ou contaminada. Há, também, os riscos de acidentes, pois lidam com cacos de vidro, ferros retorcidos, resíduos químicos e tóxicos. Além disso,

---

<sup>18</sup> Microrganismos, ratos, moscas, baratas;

nesses locais, verdadeiras “terra de ninguém”, prevalece a “lógica do mais forte”. O conflito pelos melhores materiais é constante e as pessoas se organizam numa estrutura extremamente verticalizada onde são comuns as brigas e, até mesmo, mortes (CARON et al., 2005).

A falta de controle nos lixões faz com que, mesmo quando são envidados esforços para a retirada dos catadores, o que não se faz sem grandes conflitos, permite que eles voltem, após algum tempo. Ou seja, os lixões, pela sua própria constituição, estimulam a presença de catadores no seu interior. Para o catador, a disposição dos resíduos no lixão é extremamente eficaz do ponto de vista da coleta do material (CARON et al., 2005).

Este autor acrescenta ainda, que existe nos lixões e aterros a figura do “dono do lixo”, que “oferece” uma estrutura de compra dos materiais baseada na exploração, na dominação, na força e no medo. É possível se identificar verdadeiros cartéis de compradores, que fixam o preço dos materiais, explorando ainda mais, aquelas pessoas que não encontram outra alternativa para comercialização (Figura 9 – ANEXO B).

#### **4.10 Pesquisa qualitativa**

Do ponto de vista antropológico podemos dizer que sempre existiu preocupação do Homo sapiens sapiens com o conhecimento da realidade. As tribos primitivas, através dos mitos, explicaram e explicam os fenômenos que cercam a vida, o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e reprodução.

Segundo Deslandes et al. (1998), pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É ela que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. A pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas.

Dentro das dimensões históricas imemoriais até os dias atuais, as religiões e filosofias têm sido poderosos instrumentos explicativos dos significados da existência individual e coletiva. A arte continua a desvendar lógicas profundas e insuspeitadas do inconsciente coletivo, do cotidiano e do destino humano. A ciência é apenas uma forma de expressão desta busca não exclusiva, não conclusiva e não definitiva (DESLANDES et al., 1998).

A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. É o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (DESLANDES et al., 1998).

O método é a alma da teoria, distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência (LÊNIN, 1965).

Entretanto, seguir, exclusivamente, as técnicas produzem ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Desprezá-las, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis (DESLANDES et al., 1998).

O método, segundo Dilthey (1956), é necessário por causa de nossa "mediocridade", este autor ainda, considera que como não somos gênios, precisamos de parâmetros para caminhar no conhecimento. Porém, ainda que simples mortais, a marca de criatividade é nossa *griffe* em qualquer trabalho de investigação.

Nada pode substituir a criatividade do pesquisador; o progresso da ciência está associado mais à violação das regras do que à sua obediência. Dada uma regra qualquer, por mais fundamental e necessária que se afigure para a ciência, sempre haverá circunstâncias em que se torna conveniente não apenas ignorá-la como adotar a regra oposta (FEYERABEND, 1989).

Kuhn (1975), em "Estrutura das Revoluções Científicas", reconhece que nos diversos momentos históricos e nos diferentes ramos da ciência há um conjunto de crenças, visões de mundo e de formas de trabalhar reconhecidas pela comunidade científica, configurando o que ele denomina "paradigma". Embora se possa caminhar

no conhecimento seguindo um dado paradigma, grandes progressos científicos se deram a partir da colocação em discussão de teorias e métodos, quebrando paradigmas, acontecendo assim uma verdadeira revolução.

A ciência deve ser repensada como uma idéia reguladora da alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos, pois a história de ciência revela o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo do conhecimento (DESLANDES et al., 1998).

Nesse sentido, a ciência caminha em duas direções: numa, elabora suas teorias, princípios e métodos; noutra, reinventa, ratifica seu caminho e abandona certas vias, encaminhando-se para outras. Ao fazerem tal percurso os pesquisadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído.

Se existe a idéia de um processo contínuo de mudanças no conceito de cientificidade; não se pode trabalhar, especialmente em ciências humanas, com a norma da cientificidade já construída. Neste campo da ciência, a pesquisa é sempre tateante. Mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos (DESLANDES et al., 1998).

Segundo Bruyne et al. (1977), na realidade histórica de sua própria mudança, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia e elaboração de uma norma.

A sociedade humana existe num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vive o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de teorias sociais (DESLANDES et al., 1998).

Pesquisas em ciências humanas lidam com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e

comprometidos. Como lembra Lévi-Strauss (1975), numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação.

Outro aspecto distintivo das ciências humanas é o fato de que ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica. Ninguém hoje ousa negar que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos, teóricos e técnicos, ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. No entanto, as ciências exatas e biológicas participam de forma diferente do comprometimento social, pela natureza mesma do objeto que coloca ao investigador. Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e à sua aplicação (DESLANDES et al., 1998).

Ainda, segundo Deslandes et al. (1998), em ciências humanas, a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que se possa elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de contê-la.

Instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da complexidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória, estão contidos nas ciências humanas. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (DESLANDES et al., 1998).

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares, preocupa-se, nas ciências humanas, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha, por tanto, com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES et al., 1998).



A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas que trabalham com dados matemáticos e estatísticos, apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, morfológica e concreta", na abordagem qualitativa, a "intuição", a "exploração" e o "subjetivismo" permitem ao pesquisador aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um aspecto não perceptível e não captável por equações, médias e estatísticas (DESLANDES et al., 1998).

A Ecologia Humana, interface entre ciências humanas e biológicas no estudo dos seres humanos, freqüentemente apresenta a necessidade da incorporação e prática de metodologias típicas das ciências humanas, como é o caso do presente trabalho.

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 Objeto e área de estudo**

O objeto central deste estudo é o principal ator envolvido no processo da coleta seletiva de materiais recicláveis, o Catador.

Em algumas situações o Catador, é apresentado atuando em grupo. Neste sentido, será considerado também a Organização da qual ele faz parte.

Foram realizadas visitas técnicas a diversos municípios do Estado de São Paulo (Americana, Batatais, Cajuru, Campinas, Charqueada, Cordeirópolis, Iracemápolis, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio das Pedras, Santa Bárbara D'Oeste, Santo André e Sumaré), onde acompanhou-se, em diversas fases de desenvolvimento, vários programas de coleta seletiva que envolviam a participação do Catador.

Porém, o município de Piracicaba foi considerado como área de estudo, em decorrência de ter sido neste local onde o pesquisador conviveu<sup>19</sup> diretamente com os Catadores.

### **5.2 O trabalho de campo**

A interação entre pesquisador e Catadores, aconteceu em todos os momentos de convívio, por um período de 3 anos. Nesse processo, mesmo partindo de planos desiguais, ambas as partes buscaram uma compreensão mútua.

Nesse interagir, não se fez o uso de questionários e (ou) entrevistas formais. Baseado no pressuposto de que os Catadores não são ingênuos espectadores, ou atores não-críticos, e por meio de observações e conversas informais constantes, consequência de uma convivência diária, o pesquisador pôde ler e compreender a fala dos Catadores, seus aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os costumes.

Durante este convívio, foi necessário elaborar registros das observações dos momentos ou situações (reuniões, festas, encontros...) e as falas dos Catadores, que

---

<sup>19</sup> Com será visto posteriormente, o pesquisador atuou num Programa de Coleta Seletiva em Piracicaba, primeiro como voluntário e, depois, como Coordenador, o que permitiu a realização deste trabalho utilizando esta metodologia de pesquisa;

ilustravam o cotidiano vivenciado. Para tanto, utilizou-se um caderno de campo; neste caso, o “semanário de campo”, pois as anotações foram registradas semanalmente.

Houve, pode-se assim dizer, uma dinâmica investigativa, onde o pesquisador se tornou agente de mediação entre a produção de informações e a análise das mesmas.

Uma vez que nada deve substituir o olhar atento do pesquisador ao evasivo próprio da realidade das relações sociais, o “semanário de campo”, foi o instrumento ao qual, em todos os momentos da rotina do trabalho, se recorreu.

Na verdade, o semanário de campo foi como “um amigo silencioso” não devendo, portanto, ser subestimada sua importância. Angústias, percepções, questionamentos e informações, que não são captados por meio da utilização de outras técnicas, foram nele registrados.

As inquietações, que levaram ao desenvolvimento deste trabalho, nasceram no universo do convívio com os Catadores; em síntese, o trabalho de campo, foi o momento relacional prático.

### **5.3 Observação participante**

O pesquisador esteve em contato direto com o fenômeno a ser estudado, obtendo as informações sobre a realidade dos Catadores em seus próprios contextos. Como parte do contexto de observação, o pesquisador estabeleceu uma relação face a face com os observados. Esse processo propiciou ao pesquisador ao mesmo tempo modificar e ser modificado pelo contexto.

A importância de uma observação participante, reside no fato de se poder captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, no dia-a-dia, os atores transmitem o que há de mais imponderável na vida real.

As questões centrais da “observação participante”, nome que se dá a esta metodologia, estão relacionadas aos principais momentos da realização da pesquisa, sendo um deles a entrada em campo, onde as capacidades de empatia e de observação por parte do pesquisador e a aceitação dele por parte do grupo são fatores decisivos (CICOUREL, 1980).

Devido às diferentes situações encontradas, variações nesta técnica foram necessárias. Na maioria das vezes, a participação do pesquisador foi caracterizada por um envolvimento por inteiro nas diversas dimensões da vida dos Catadores. Em algumas vezes, devido ao fato de o pesquisador ser um “estranho”, como no caso de encontros com Catadores individuais, ocorria certo distanciamento na participação, destacando-se, como prioridade, somente a observação.

#### **5.4 Discussão em grupo e história de vida**

As discussões em grupo ocorreram por meio de várias reuniões e encontros com os Catadores, onde o papel do pesquisador não se restringiu apenas ao aspecto técnico. Para que a interatividade e discussões fossem de forma espontânea, o pesquisador, que também atuava como coordenador, utilizou, como catalisador do processo, diversas atividades embasadas na pedagogia da cooperação, nos jogos cooperativos e no Programa Vivendo Valores, elaborado pela Organização Brahma Kumaris.

Convivendo diariamente com os Catadores, o pesquisador pôde interagir e observar o seu modo de Ser e de Estar, enfim, o modo de vida e as relações praticadas pelos Catadores.

No presente trabalho, sob alguns aspectos, serão retratadas as experiências vividas pelo pesquisador num convívio próximo com os Catadores. Neste sentido, utilizou-se também, como referencial metodológico, a “história de vida tópica” (MINAYO, 1992). Por meio deste método, foi possível focalizar as diversas etapas da experiência em questão.

Nesse procedimento metodológico, destaca-se a noção de profundidade, onde se pode encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual, possibilitando também, a liberação do pensamento crítico. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato, fornecendo um material extremamente rico para análises do vivido e experimentado (MINAYO, 1992).

## **5.5 Análise dos resultados**

Foram três as etapas na fase de análise dos dados: estabelecer uma compreensão dos dados; confirmar ou não as hipóteses previamente formuladas e ampliar o conhecimento sobre o tema estudado.

### **5.5.1 Organização e classificação dos dados**

Para uma boa compreensão dos dados, todo o material, anotações feitas no “semanário de campo”, os registros da observação participante, foram reorganizados e relidos, destacando-se trechos significativos o que permitiu a identificação de algumas categorias.

### **5.5.2 Interpretação**

Com o intuito de promover relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática, neste momento do trabalho, articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa foram estabelecidas, respondendo-se às questões da pesquisa com base em seus objetivos.

O primeiro nível da interpretação baseou-se nos fatos vividos e identificados, sendo aqui considerados, as comunicações individuais, as observações de condutas e costumes.

O segundo nível da interpretação foi a respeito da conjuntura e social da qual faz parte o Catador, o que propiciou formular categorias.

### **5.5.3 Análise final**

Procurando constituir sempre uma aproximação da realidade social, o que não pode ser reduzida a um dado ou outro da pesquisa, neste trabalho, as discussões e considerações foram elaboradas tomando-se como referência e método de análise, a dialética.

Segundo Deslandes et al. (1998), esta metodologia se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, e também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. Para tanto, trabalha-se pensando a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos, buscando encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo, bem como a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos.

Esta metodologia assume que o produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa. Afirmarções podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras (MINAYO, 1992).

Destaca-se, neste método, dois pressupostos: o primeiro diz respeito à idéia de que não há consenso e nem ponto de chegada no processo de conhecimento; o segundo, refere-se ao fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta. Permite também, que a fala dos atores envolvidos situada em seu contexto seja mantida; seu ponto de partida está no interior da fala (MINAYO, 1992).

Assim sendo, este método se apresenta como apropriado para uma melhor compreensão e discussão das informações obtidas no presente trabalho.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 Caminhos trilhados

#### 6.1.1 Primeiro Momento: o encantamento

Em 1997, a Entidade Centro de Reabilitação Piracicaba (CRP), por meio dos profissionais da sua Oficina de Trabalho Abrigado de Piracicaba (OTAP), buscava alternativas para inserir algumas Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PPNE<sup>20</sup>) no mercado de trabalho. Na mesma época, a CETESB, Regional Piracicaba, estava empenhada em orientar e contribuir para que o município encontrasse meios de aumentar a vida útil de seu aterro, colocando, apenas, naquele local, os RSU que não fossem constituídos por materiais recicláveis.

Surgiu então, no ano de 1997, o Projeto Reciclar 2000 - Nosso Futuro Sustentável (PR2000<sup>21</sup>). Elaborado com o apoio técnico da CETESB, teve como referência, a Agenda 21, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

A proposta, através da coleta seletiva, além de contribuir para o aumento da vida útil do aterro municipal, que já se apresentava saturado, se tornaria também mais um espaço para o desenvolvimento de atividades ocupacionais para alguns Jovens, gerando renda aos mesmos, por meio da venda dos materiais recicláveis.

Para a recepção e processamento dos materiais recicláveis, uma área de aproximadamente 300 m<sup>2</sup>, nos fundos da Entidade, foi improvisada, se tornando uma “central de triagem”.

Para coordenar as ações do PR2000 um profissional foi contratado<sup>22</sup>, para a recepção e processamento<sup>23</sup> dos materiais recicláveis, doze Jovens<sup>24</sup>, integrantes da OTAP<sup>25</sup>, passaram a compor a equipe.

---

<sup>20</sup> Serão, a partir de agora, denominados de Jovens;

<sup>21</sup> A partir de agora, será considerado como Programa;

<sup>22</sup> Custeado pela Entidade;

<sup>23</sup> Recepção, triagem (separação), enfardamento e estoque;

<sup>24</sup> Este foram selecionados pelos profissionais (terapeutas) da OTAP;

<sup>25</sup> Esta oficina já desenvolvia terapias ocupacionais com os Jovens, antes do PR2000 iniciar;

Por desenvolver ações de políticas públicas<sup>26</sup>, sociais e ambientais, esta, proposta, passou a receber o apoio da Prefeitura Municipal. A Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA) disponibilizou um pequeno caminhão<sup>27</sup> para a coleta dos materiais recicláveis, para a sensibilização, informação e orientação a toda comunidade piracicabana, a FM Municipal<sup>28</sup> veiculava, aos sábados, um programa<sup>29</sup>, ao vivo, que levava o mesmo nome da proposta, Reciclar 2000-Nosso Futuro Sustentável.

Sensibilizado pela proposta<sup>30</sup>, no final de 1998, o pesquisador procurou conhecer o PR2000, onde a partir de então, através de ações voluntárias, passou também a contribuir.

Duas vezes por semana, o pesquisador visitava a Entidade, onde organizava o banco de dados<sup>31</sup> do PR2000, após o término destas atividades, contribuía também, na central de triagem<sup>32</sup>.

Os resultados positivos, trazidos pela constante informação e sensibilização. Por meio do programa da rádio, eram evidentes. Os pedidos de coleta aumentavam cada vez mais, a comunidade contribuía, separando os materiais recicláveis em suas casas e ligavam, pedindo para que a retirada fosse feita.

Realmente a sensibilização, feita através da rádio estava sendo positiva, a população se dispunha a colaborar. Com isso, houve um considerável aumento na quantidade de materiais, a ser coletada e, conseqüentemente, processada. A máxima de que "quanto maior a quantidade de materiais, maior a receita", somente seria verdadeira neste momento, se as Equipes de coleta e de processamento conseguissem atender a demanda.

Neste ritmo, grande parte dos cidadãos, doadores de materiais, passou a reclamar e até mesmo desacreditar da proposta.

---

<sup>26</sup> Sociais e ambientais;

<sup>27</sup> Com motorista e um ajudante;

<sup>28</sup> Atual Educativa FM;

<sup>29</sup> Neste programa, questões ambientais, sociais e econômicas, eram discutidas entre autoridades convidadas e um mediador, que na época, era gerente da CESTESB;

<sup>30</sup> Acompanhando o programa da rádio;

<sup>31</sup> Coletas a serem feitas, rotas para as coletas, quantidade coletada e processada; registros de pontos de coleta, registro de compradores;

<sup>32</sup> Recepcionando doadores de materiais recicláveis, agendando coletas a serem realizadas, orientando e ajudando os Jovens;



*"...fui estimulado a participar, estou fazendo a separação dos materiais em minha casa e vocês [o PR2000] não vêm recolher! Antes, quando não separava o lixo, eu não tinha nenhum problema..."*

(Depoimento de um Cidadão colaborador).

O atendimento era precário, não se conseguia dar conta de todos os pedidos de coleta. Além disso, o período em que os Jovens realizavam as atividades era muito reduzido<sup>33</sup> e, por ser composto por PPNE, apresentavam um ritmo lento e limitado. Não porque eles não conseguiam realizar as atividades de triagem e preparação dos materiais, pelo contrário, faziam tudo corretamente<sup>34</sup> e estavam sempre dispostos a trabalhar, se empenhavam ao máximo.

Os materiais iam chegando, pouco era processado e vendido, neste ritmo, o acúmulo dos materiais era inevitável, os materiais, de forma totalmente desordenada, iam se amontoando na improvisada central de triagem.

O ambiente se tornou insalubre<sup>35</sup>, os jovens estavam expostos a vários riscos, como os de acidentes, devido ao acondicionamento indevido de tantos materiais e também os de contraírem doenças infecto-contagiosas, pois, naquelas condições, vetores transmissores de doenças, cada vez mais, proliferavam-se e, com isso, também, o mau cheiro tornava-se insuportável.

Apesar das dificuldades, a convivência com essas Jovens Pessoas "Especiais" encantava o pesquisador. Às vezes, o encantamento vinha ao ouvir depoimentos espontâneos, que evidenciavam a prática diária de valores como o respeito, a humildade, a cooperação, a responsabilidade e o amor.

---

<sup>33</sup> Começavam às 7:30 h, tinham um intervalo de 20 minutos para um lanche às 9:30 h, a pausa para o almoço era das 11:30 h às 12:30 h, no período da tarde, as atividades terminavam as 14:30 h. Quando tinham que participar de outras atividades no período da tarde, e geralmente tinham (educação física, dança, artesanato, escola, ensaio para festas e eventos), eles não voltavam para a central de triagem, após o almoço;

<sup>34</sup> Apesar das limitações mentais e físicas que apresentavam, seguiam a risca as orientações transmitidas no treinamento recebido;

<sup>35</sup> Primeiro trimestre de 1999;

*"...tem que ajudar a mãe, né?...chegando em casa, eu ajudo a mãe! ...o dinheiro daqui<sup>36</sup>, eu dou pra mãe! ...tem que ajudar a mãe, né? Se não!!..."*

(M.P.<sup>37</sup> – Jovem inserido no PR2000).

*"...me sinto importante trabalhando aqui...sou útil ajudando...consigo ganhar o meu dinheiro...além de fazer uma coisa muito importante para o ambiente...a reciclagem"*

(P. – Jovem inserido no PR2000).

Os Jovens faziam questão de demonstrar o quanto, aquela atividade, estava sendo importante, tanto para eles, quanto para suas famílias.

O fato de estarem contribuindo em suas casas com o dinheiro adquirido através de seu trabalho, propiciava que o entusiasmo e a auto-estima estivessem sempre evidentes em suas expressões.

No espaço externo da Entidade, "lá fora", na central de triagem, desenvolvendo as atividades de processamento dos materiais, eles demonstravam se sentirem muito mais à vontade que quando "lá dentro", na OTAP, onde eles consideravam não haver espaço ou oportunidade para se expressarem.

Ficavam tensos "lá dentro", pois, freqüentemente, recebiam advertências verbais dos "profissionais" que os "orientavam", que muitas vezes vinham sob a forma de gritos.

Pela manhã, quando não havia algum "profissional" por perto, os Jovens, cumprimentavam todos com um bom dia espontâneo e alegre. Porém, quando havia algum "profissional" no ambiente, eles se retraíam.

Percebia-se um ambiente de tensão, que gerava medo e insegurança nos Jovens. Sob o ponto de vista do pesquisador, os "profissionais" responsáveis, não os tratavam com amor e o devido respeito, eles eram austeros e impacientes.

---

<sup>36</sup> Após a comercialização dos materiais processados, aproximadamente 30%, da receita obtida, era rateado entre os Jovens do PR2000, a outra parte, ficava para a Entidade;

<sup>37</sup> Ao citar uma pessoa, será utilizado nome fictício, preservando, assim, suas identidades;

*“não pode ficar conversando não, a Dona taí!...hum, ela é  
brava!”<sup>38</sup>*

(A. – Jovem da OTAP).

Já os Jovens do PR2000, atuando “lá fora”, se expressavam de uma maneira mais descontraída, talvez por que na maioria do tempo eles estavam trabalhando “sozinhos”<sup>39</sup>, sentiam-se `a vontade, aquele espaço lhes pertencia.

Era diferente trabalhar “lá fora”, percebia-se isto nos comportamentos dos Jovens. Nos momentos em que todos se reuniam, almoço ou lanche da tarde, os Jovens que não participavam do PR2000 relatavam o quanto queriam sair de “lá de dentro”, passando a ficar conosco, “lá fora”.

*“cê não vai me chamar para trabalhar lá fora?...quando eu vou  
pra lá? Meis que vem eu quero começar a trabalhar lá fora,  
viu?...eu vou lá pra fora, tá?”*

(J. - Jovem da OTAP – não incluída no PR2000).

Sem tensões, “lá fora”, uma maior interação ocorria entre os Jovens e, entre eles e as visitas.

Havia a oportunidade de estar em um ambiente terapêutico, pois, aqueles Jovens, Especialmente Sábios, através de muita simplicidade em Ser, ensinavam a enxergar e a seguir, cada vez mais, melhorando nossas deficiências morais e conceituais.

Inspirado pelos Jovens, o Profissional, responsável pela coordenação do PR2000, se empenhava em formalizar parcerias. Dedicção, perseverança e ética eram valores, que, diariamente, esta Pessoa praticava.

Porém, ter uma visão empreendedora ia de encontro com a forma de gestão praticada pela a Entidade<sup>40</sup>. Neste sentido, após várias investidas e propostas não atendidas, o Profissional pede seu desligamento do cargo.

---

<sup>38</sup> Os jovens avisavam quando um “profissional” da OTAP estava por perto, portanto tínhamos que cumprir as “regras”.

<sup>39</sup> Os “profissionais” da OTAP, eventualmente, acompanhavam as atividades “lá fora”;

### 6.1.2 Segundo momento: a experiência se amplia

Por se tratar de uma proposta com o objetivo de desenvolver ações de políticas públicas na área social, gerando trabalho e renda, a excluídos e na tentativa de superar as dificuldades relatadas, a CESTESB e a Entidade apresentaram<sup>41</sup> o PR2000 à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS).

A SEADS, também se alia a esta proposta, porém, havia uma condicional para a formalização da parceria, a de que o PR2000 fosse implantado em todos os municípios atendidos pela Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS - Agência Piracicaba).

De acordo com a condição imposta, outras três Entidades Assistenciais, que se destacavam, na região, por já desenvolverem ações parecidas com a proposta do PR2000, foram convidadas para se tornarem parceiras e Coordenadoras de suas regiões.

Assim, após assinatura do Termo de parceria entre as partes, o PR2000 passa a ter abrangência regional, sendo agora, denominado "Programa Reciclar 2000 - Regional - Nosso Futuro Sustentável" (PR2000R<sup>42</sup>).

Sendo assim, a partir deste momento, mais 29 municípios, estrategicamente divididos em quatro micro-regiões, passariam a fazer parte do PR2000R (SILVA, 2002):

- Micro-região I, coordenada pelo CRP, com sete municípios: Águas de São Pedro, Charqueada, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra e São Pedro;

---

<sup>40</sup> A postura que a Entidade mantinha frente à comunidade, era a de, apenas, ser beneficiária. Na captação de recursos, havia claro o apelo social, acreditavam que a comunidade deveria ajudar sempre, pois, um nobre trabalho era desenvolvido por Ela. Porém, os tempos, já eram outros, as empresas não mais doavam recursos, por caridade, às Entidades, buscavam, agora, uma relação de reciprocidade, de parceria. Esta nova tendência mostrava que a Entidade deveria investir em pessoal capacitado da área de gestão (projetos e marketing). Mas, manter uma cômoda postura de pedinte não despendia esforços de seus atuais "profissionais", assim, a postura que o coordenador do PR2000, tinha ao se relacionar com os doadores, não pedindo, mas procurando tomar-se parceiro, passou a incomodar;

<sup>41</sup> No final de 1998;

<sup>42</sup> A abrangência regional se iniciou a partir de junho de 1999. Logomarca do PR2000R no ANEXO C;

- Micro-região II, coordenada pela Associação de Reabilitação Infantil Limeirense (ARIL), com seis municípios: Araras, Iracemópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição;
- Micro-região III, coordenada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Rio Claro, com sete municípios: Analândia, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Rio Claro e Santa Gertrudes;
- Micro-região IV, coordenada pela APAE de Sumaré, com dez municípios: Americana, Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Mombuca, Monte Mor, Nova Odessa, Rafard, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré.

Nesta fase<sup>43</sup>, o objetivo de gerar trabalho e renda para as PPNE, se estenderia também às pessoas que tivessem na catação de materiais recicláveis a sua principal atividade. Surge então, neste processo, o Catador.

Uma vez que o PR2000R tem como objetivo a erradicação de uma situação social de extrema vulnerabilidade, como as das pessoas que sobrevivem da catação de materiais recicláveis, coube ao governo do Estado, por meio da SEADS, disponibilizar e manter um recurso financeiro para o desenvolvimento das ações. Este financiamento estaria disponível até que todos os municípios da região estivessem com os seus programas de coleta seletiva implantados e uma rede regional estivesse sistematizada<sup>44</sup>.

As Entidades parceiras passaram, então, a receber e a gerenciar recurso financeiro. Parte do recurso seria destinado para cada Entidade contratar uma Equipe Técnica<sup>45</sup>, para assessorar sua micro-região; outra parte, deveria subsidiar o desenvolvimento<sup>46</sup> do PR2000R e uma outra e, última parte, destinada a subsidiar os Catadores.

Como o recurso destinado aos Catadores não daria para ser utilizado por todas as regiões, ao mesmo tempo, ficou estabelecido que um sistema de rodízio entre as quatro micro-regiões, seria realizado.

---

<sup>43</sup> Terceiro trimestre de 1999;

<sup>44</sup> Venda conjunta entre os municípios, padrão de qualidade instituído e unidades industriais implantadas;

<sup>45</sup> Cada Equipe Técnica foi composta por uma Assistente Social e um Profissional da Área Ambiental;

<sup>46</sup> Compras de materiais de consumo; realizar cursos de qualificação e, também, eventuais contratações de assessoria especializada;

Cada Entidade, uma de cada vez, repassaria mensalmente para o Catador<sup>47</sup> inserido no PR2000R, aproximadamente meio salário mínimo, por no máximo doze meses. A primeira micro-região a utilizar esta verba seria a de Piracicaba.

Buscando-se, fortalecer os programas de coleta seletiva de cada Entidade e a retirada de 100% dos Catadores dos aterros, a cada Equipe Técnica foi atribuída à responsabilidade de:

- Executar o PR2000R na Entidade;
- Assessorar a elaboração, implantação e monitoramento do PR2000R nos municípios da micro-região de abrangência;
- Contribuir no processo de inclusão e emancipação dos Catadores como trabalhadores e cidadãos;
- Orientar tecnicamente os Catadores, de cada município, para a constituição de empresas sociais, tendo como referência a economia solidária e os princípios do cooperativismo;
- Orientar os Catadores para que estes se tornassem agentes multiplicadores de educação ambiental, para a sensibilização e orientação da comunidade;

#### **6.1.2.1 Sistema de gestão do PR2000R**

Para ser a instância máxima de planejamento, avaliação, monitoramento e deliberação do PR2000R, foi instituído o Conselho de Gerenciamento Regional (CGR), onde, os vários setores e instituições participantes<sup>48</sup>, estavam representados.

Em encontros mensais<sup>49</sup> eram discutidas e socializadas as ações do PR2000R, como: mobilização e capacitação dos recursos humanos; educação ambiental; coleta seletiva de materiais recicláveis; implantação de centrais de triagem; formação e instituição de cooperativas de Catadores; formação de

---

<sup>47</sup> A verba, de aproximadamente meio salário mínimo, era suficiente para o pagamento de, apenas, 4 Catadores;

<sup>48</sup> DRADS, Escritórios Regionais de Assistência Social (ERAS); CETESB; Membros das Entidades Coordenadoras e Equipes Técnicas de cada micro-região;

<sup>49</sup> Cada encontro deveria ser realizado em uma das Entidades, num sistema de rodízio;

conselhos de gerenciamento micro-regionais<sup>50</sup> e Municipais<sup>51</sup> (CGMR) e comercialização dos materiais recicláveis em rede.

### **6.1.3 Terceiro momento: convívio com os Catadores e novos desafios**

A Diretoria da Entidade, procurando compor sua Equipe Técnica, contrata alguns profissionais<sup>52</sup>, neste momento, o pesquisador é convidado a assumir as responsabilidades pelas ações voltadas a área ambiental e também para ser o coordenador do PR2000R.

Encantado com a proposta de contribuir, para que pessoas excluídas possam ser promovidas, através de seu próprio trabalho, o pesquisador aceita o desafio passando<sup>53</sup>, também, a integrar a Equipe Técnica<sup>54</sup> do PR2000R.

#### **6.1.3.1 A aproximação**

Com o objetivo de identificar se haviam pais, das crianças e Jovens assistidos pela Entidade, que tinham a catação de materiais recicláveis como sua principal atividade geradora de renda, a Equipe Técnica do PR2000R, com o apoio de profissionais da área social da Entidade, realizou um estudo do perfil social dos mesmos.

Apresentando o perfil de Catador, seis pessoas, representando quatro famílias, foram selecionadas para ser integradas ao PR2000R, sendo elas: o Sr. Antônio e a Dona Joana (casal); o Sr. Manoel e a Dona Josefa (casal); a Dona Rosalina e a Dona Santinha.

---

<sup>50</sup> Cada Entidade Coordenadora deveria instituir o CGMR, que, deveria ser composto por membros representantes das diversas Instituições e instâncias, como: ERAS da região, CETESB, Entidade Coordenadora no município correspondente, Governos Municipais, ONG's em geral, Clubes de Serviços, Equipe Técnica da micro-região do PR2000 e demais interessados do setor privado;

<sup>51</sup> Este Conselho não foi instituído na região e, nem no município, de Piracicaba;

<sup>52</sup> Uma Assistente Social e um outro profissional, para ser o encarregado de produção;

<sup>53</sup> Início do segundo semestre de 1999;

<sup>54</sup> A partir de agora, quando a Equipe Técnica do PR2000R for citada, estaremos nos referindo ao Profissional da área ambiental (o pesquisador) e ao Profissional da área social;

Num primeiro encontro, a Equipe Técnica apresentou a proposta, explicando como deveria ser a participação deles, suas responsabilidades e os benefícios que teriam se vinculando a este programa social.

Os Catadores, explicaram como realizavam todo o processo de catação dos materiais recicláveis, da coleta, até a sua venda.

Com exceção do Sr. Manoel e Dona Josefa, casal que possui uma velha perua kombi e, assim, coletavam materiais recicláveis em locais mais distantes, os outros, utilizavam um carrinho de mão<sup>55</sup> improvisado, puxado por eles próprios, catando os materiais, somente, pelas ruas mais próximas às suas moradias.

Todos, porém, após a coleta, estocavam os seus materiais em suas moradias, para uma venda posterior.

Até a vinda de um sucateiro<sup>56</sup>, os materiais eram estocados nos quintais, sem nenhum cuidado com a segurança e higiene. Talvez pela falta de um local adequado, informação ou mesmo de orientação, os quintais, ou pequenos espaços logo à frente da moradia, se tornavam ambientes de alto risco a saúde das pessoas.

Ao visitar as moradias dos Catadores, a Equipe Técnica, pode ter uma, maior, noção de como realmente é o processo de catação e as condições de vida<sup>57</sup> destes trabalhadores.

No próximo encontro com os Catadores, discutiu-se a necessidade de se ter um carrinho mais adequado para se realizar a coleta e um local organizado, limpo e seguro, para se estocar os materiais.

Sobre este aspecto, de forma simples, um dos Catadores, colocou seu ponto de vista:

*“...sim! era mais fácil e melhor, concordo!...mais nós não temos  
condição de fazer isso não!”*

*(Sr. Antônio, 57 anos).*

---

<sup>55</sup> Do tipo utilizado na construção civil (carriola) ou, daquele para se fazer feira;

<sup>56</sup> Sr. que compra os materiais recicláveis. Pequeno empresário, o Atravessador;

<sup>57</sup> Serão retratadas posteriormente;



Naquele momento, propor, para pessoas que não tem nem o mínimo, necessário, para alimentar sua família, melhorar o seu ambiente, ter organização e cuidados com a higiene, não fazia muito sentido.

Porém, como fator positivo, havia uma pré-disposição aparente dos Catadores em melhorar suas condições de trabalho, mas, o como fazer para mudar e com que recurso, eram as dificuldades.

Assim, a Equipe Técnica, consultou a DRADS, sobre a possibilidade de utilização de parte do recurso, destinado à manutenção do programa local, para este fim.

Autorizado o desembolso, no próximo encontro<sup>58</sup>, a Equipe Técnica esclareceu aos Catadores, que, para as melhorias necessárias, o PR2000R poderia se responsabilizar pelas despesas. Porém, por parte deles, o comprometimento em participar da construção dos carrinhos e abrigos, seria necessário.

Após acordo firmado, a Equipe Técnica, visando assessorar tecnicamente a empreitada, pede a Entidade a colaboração de seu Engenheiro<sup>59</sup> e a disponibilização de sua oficina<sup>60</sup>, para que lá pudesse ser feita a construção dos carrinhos.

Após a aquisição dos materiais<sup>61</sup>, o Sr. Manoel e o Sr. Antônio de imediato se prontificaram a construírem os 4 carrinhos.

E lá foram eles! Colocaram as “mãos na massa”!

Este momento foi muito interessante, pois os dois Catadores, pessoas de poucas palavras, ar de desconfiança e expressão de “poucos amigos”, passaram a trabalharem juntos.

Neste convívio, de empenho, motivação e entusiasmo, onde a idéia era cooperar para que pudessem ter seu próprio recurso, as expressões em suas faces

---

<sup>58</sup> Todo encontro se iniciava com uma atividade cooperativa para se dizer o BOA TARDE e, também, para promover a aproximação de cada um dos participantes. A seguir, tínhamos a Memória do último encontro, onde cada um contribuía para lembrar o que foi discutido (acordos, sabores e dessabores). Após o cumprimento da pauta, antes do lanche, definíamos a data para o próximo encontro e os compromissos e responsabilidades pertinentes. Nesta fase, os encontros ocorriam uma vez por semana;

<sup>59</sup> Este profissional, voluntariamente, desenhou um modelo de carrinho para o uso dos Catadores;

<sup>60</sup> Com suas ferramentas e, também, apoio do funcionário responsável pelo setor;

<sup>61</sup> Madeiras, telhas, placas de metais, rodas, pregos, parafusos e outros;

foram se alterando, dia-a-dia, para melhor. Após os primeiros dias de trabalho, os Srs. já se apresentavam mais alegres, abertos e comunicativos.

Logo que tiveram o primeiro carrinho construído, se orgulharam de si próprios, sabiam que haviam dado um importante passo no processo de construção da melhoria de suas condições.

Mas, quando colocados alguns materiais recicláveis no carrinho, descobriram que seria impossível alguém deslocá-lo, ficava muito pesado, e como se não bastasse, era muito largo também. Sendo assim, não poderiam trafegar, com segurança, pelas ruas e, até mesmo, passar no estreito corredor que havia na moradia do Sr. Manoel.

Esta surpresa, ao invés de desmotivá-los, só fez com que os dois Srs. se empenhassem mais ainda. Não eram Engenheiros e nem tinham conhecimentos técnicos apurados, porém, eram Catadores, tinham, portanto, as informações necessárias para superar as suas próprias dificuldades.

Motivados e recomeçar, trocaram idéias, discutiram e sugeriram mudanças e, de maneira bem simples, redesenharam o modelo. O novo modelo teria rodas de bicicleta no lugar das de automóvel, seria menor e, acima de tudo, mais estreito e leve.

Ao terminarem a construção do carrinho, realizaram outro *test drive* e, o Catador, aprovou o modelo. Assim, partir deste primeiro modelo, eles construíram, também, os outros três carrinhos.

Paralelamente à construção dos carrinhos, a Equipe Técnica e Catadores, pesquisavam se membros de suas famílias e amigos próximos tinham conhecimentos e habilidades em marcenaria e construção civil. Em todos os casos, encontramos pessoas aptas e, o mais importante, dispostas a ajudar.

Com a orientação do Engenheiro da Entidade, e num sistema de mutirão, entre familiares, amigos e vizinhos, os abrigos foram construídos.

Visando a segurança e a preservação da saúde do Catador, eles receberam: boné, capa de chuva, luvas e botinas, além, de camisetas estampadas com o nome do PR2000R.

Para se organizar melhor ainda, a estocagem dos materiais coletados, praticidade no transporte e na pesagem<sup>62</sup>, grandes sacos, conhecidos por *big bags*, foram entregues aos Catadores.

Os encontros com os Catadores seguiam acontecendo, onde, através palestras sobre higiene e saúde<sup>63</sup>, economia doméstica e de prática de atividades cooperativas<sup>64</sup>, contribuíamos para o bem estar daquelas pessoas.

Em visitas posteriores aos Catadores já se percebia melhoras significativas. O espaço de estocagem dos materiais estava limpo e arrumado. Entretanto, o que despertou grande contentamento na Equipe Técnica, foram as melhorias que, também, ocorreram, tanto na área interna de suas moradias, quanto nas próprias pessoas. Posturas saudáveis que podem ter sido estimuladas pelo bem estar que a arrumação do quintal trouxe, num primeiro momento.

Com as orientações e estímulos, recebidos nos encontros, a auto-estima e o auto-respeito afloravam em suas faces e corpos. A aparência das pessoas havia sido transformada, não se apresentavam mais com o mau cheiro característico de quem não se banhava, vestiam roupas mais limpas, passaram a cuidar mais de si próprios.

Semanalmente, através de sua equipe de coleta, o PR2000R recolhia os materiais estocados nas moradias dos Catadores. Os *big bags*, identificados, como o nome do Catador e o tipo de material, eram transportados até a central de triagem, onde, posteriormente, a pesagem era feita.

Aos Catadores, era repassado aproximadamente 60% do valor<sup>65</sup> que os materiais recicláveis seriam, posteriormente, vendidos ao atravessador<sup>66</sup>.

Os encontros, as palestras, as orientações, o trabalho em grupo e o subsídio mensal, estavam sendo muito importantes, nesta fase. Não somente para que o grupo fosse formado e orientado, mas, também, para que ele se mantivesse na proposta.

---

<sup>62</sup> Tecnicamente, o correto seria: *aférir a massa* em kg;

<sup>63</sup> Do corpo e da mente;

<sup>64</sup> Onde, de forma lúdica, experimentavam virtudes e valores como: amor, respeito, cooperação, solidariedade e auto-estima;

<sup>65</sup> Em Reais (R\$);

<sup>66</sup> Grandes sucateiros que em uma escala maior, após certo beneficiamento, vende os materiais às indústrias recicladoras;

Os Catadores, entusiasmados, aumentaram suas coletas, o que, consecutivamente, contribuía para o aumento de suas rendas e, esta nova condição, lhes proporcionava bem estar<sup>67</sup>. Constituía-se, aos poucos, um “ciclo virtuoso”, onde o trabalho propiciava melhoria na qualidade de vida, que por sua vez estimulava ao trabalho.

Vivenciávamos um momento tão positivo, que as ações de coleta seletiva, desenvolvida pelo PR2000R, foram reconhecidas pelo Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente (COMDEMA), como uma ação que muito contribuía para a preservação ambiental. Neste sentido, no final do ano de 1999, o PR2000R é condecorado com o Prêmio Destaque Ambiental.

### **6.1.3.2 Trocando experiências**

Visando o fortalecimento e a ampliação do PR2000R, por meio de trocas de experiências entre Equipes Técnicas e Catadores, das quatro micro-regiões, realizou-se<sup>68</sup>, no município de Americana, o “1º Encontro das Cooperativas e Catadores do PR2000R”.

Este evento, idealizado e organizado pelo CGMR de Sumaré, contou com a participação de Catadores<sup>69</sup>, de representantes de todas as micro-regiões e do Presidente da Comissão Nacional dos Catadores, o Sr. Roberto<sup>70</sup>.

Cada Grupo teve a oportunidade de se apresentar, contar e ouvir um pouco das caminhadas e trajetórias<sup>71</sup> percorridas, proporcionando uma valiosa troca de experiências entre eles. Uns já se encontravam avançados dentro do processo de organização e constituição da cooperativa<sup>72</sup>, outros, como os do nosso grupo, estavam apenas iniciando a caminhada.

---

<sup>67</sup> Eles se apresentavam mais animados, sorridentes e dispostos;

<sup>68</sup> No final do ano de 1999;

<sup>69</sup> Todos estavam uniformizados, com camisetas e bonés dos seus programas locais;

<sup>70</sup> Um dos fundadores da COOPAMRE;

<sup>71</sup> Desafios, dificuldades e as conquistas;

<sup>72</sup> O grupo de Catadores da Americana era o que se apresentava como o mais avançado no processo de se instituir uma Cooperativa.

Ao retornar, num próximo encontro com os Catadores, teve-se a oportunidade de ouvir deles próprios, o quanto havia sido importante participar daquele evento.

Relataram que conheceram muitas pessoas, de várias cidades e que perceberam que outros grupos, hoje numerosos, começaram assim, como eles estavam começando.

Os Catadores, por estarem participando na construção de melhorias em suas próprias vidas e terem visto, que outros grupos já haviam tido grandes avanços no caminho de instituir suas cooperativas, ficaram mais animados.

Este entusiasmo, demonstrado pelos Catadores, sem dúvida, servia como uma fonte de inspiração para a Equipe Técnica, que já estava empenhada em inscrever os Catadores num Seminário sobre Cooperativismo, quem em breve ocorreria em Piracicaba. Assim, em menos de quinze dias, estavam todos<sup>73</sup>, novamente, participando de outro evento que poderia contribuir na caminhada.

Durante o seminário, tivemos a oportunidade, assim como todos os outros presentes, de nos apresentarmos e esclarecer que o PR2000R pretendia constituir uma Cooperativa de Catadores no município. Assim, após o término do encontro, representantes de duas Cooperativas<sup>74</sup> de prestação de serviços, instituídas legalmente em Piracicaba, mostravam-se interessados em “contribuir” com nossa proposta.

O interesse também foi recíproco, pois, se duas Cooperativas já instituídas, e do mesmo ramo<sup>75</sup> que uma de Catadores, pudessem nos orientar no processo, é claro que havia interesse em receber contribuições.

Agendou-se então, um encontro, para que se pudesse conhecer melhor suas propostas e identificar como poderia ocorrer uma parceria.

No encontro, a Equipe Técnica do PR2000R expôs quais eram os objetivos e metas<sup>76</sup> em relação aos Catadores e em que fase se encontrava. Após, os

---

<sup>73</sup> Catadores e Equipe Técnica;

<sup>74</sup> Os nomes das Organizações serão preservados. Elas serão chamadas de Cooperativa A e Cooperativa B;

<sup>75</sup> Cooperativa de Trabalho;

<sup>76</sup> Mobilizar e orientar os Catadores da rua e do aterro, para que, em um ano, uma Cooperativa esteja instituída;

representantes das duas Cooperativas relataram suas experiências, discutiu-se como a parceria poderia ser firmada.

A legislação vigente<sup>77</sup> dizia que, o número mínimo de trabalhadores, para se constituir uma cooperativa, deveria ser 20, tinha, apenas, 6 Catadores inseridos no PR2000R. Entretanto, os representantes das Cooperativas A e B explicaram que não seria necessário esperar, até, se formar um grupo de 20 trabalhadores e nem, mesmo, se preocupar com todo o trâmite legal e burocrático<sup>78</sup> para se instituir a Cooperativa de Catadores. Poderia se fazer todo um atalho no processo, filiando os Catadores em uma das Cooperativas.

Eles sugeriram instituir um Comitê<sup>79</sup>, sendo necessário, primeiramente, o cadastramento dos trabalhadores na Cooperativa Matriz e, posteriormente, se elaborar o regimento específico<sup>80</sup>, que orientaria as atividades a serem desenvolvidas pelos Catadores incluídos.

Na tentativa de decidir em qual das duas Cooperativas o Comitê dos Catadores seria filiado, outros encontros foram necessários.

Nesta situação, se verificava uma verdadeira “competição” entre as duas Cooperativas. Ambas tinham interesse em se tornar parceira do PR2000R, pois, além de ampliar o seu capital social<sup>81</sup>, viam possibilidades de novas parcerias e financiamentos.

Desta forma, após algumas divergências de opiniões e de pontos de vista, em um dos encontros, a Cooperativa A decidiu retirar sua proposta de parceria, sendo assim, o PR2000R se tornaria parceiro da Cooperativa B.

Entretanto, a Diretoria da Entidade oficializaria a parceria, após a Cooperativa B, se comprometer a cumprir os seguintes termos<sup>82</sup>:

- todos os materiais recicláveis coletados pelos Catadores, serão comercializados pelo PR2000R<sup>83</sup>;

---

<sup>77</sup> Lei nº 5764/71;

<sup>78</sup> Registrar em Cartório o Contrato, fazer registro na Junta Comercial e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

<sup>79</sup> Com se fossem uma filial de uma outra Cooperativa já instituída;

<sup>80</sup> Elaborado, em assembléia, com a participação dos Catadores, onde se definiria o modo de funcionamento, assim como, os direitos e deveres de cada membro;

<sup>81</sup> A princípio 6 Catadores do PR2000R e posteriormente os das ruas e do aterro;

<sup>82</sup> Foi elaborado um Termo de Contrato, que, de comum acordo, as partes assinariam;

- 70%<sup>84</sup> do valor arrecadado com a venda dos materiais recicláveis será repassado a Cooperativa B;
- o repasse do valor à Cooperativa B será realizado mensalmente, após encerramento da contabilidade do PR2000R;
- do valor total recebido, a Cooperativa B deverá repassar, mensalmente, aos Catadores, 86%, no mínimo;
- haverá encontros mensais para apresentação do relatório (social, econômico), referente às ações desenvolvidas no período;
- a Equipe Técnica do PR2000R participará de todo o processo de tomada de decisões.

#### 6.1.4 Quarto momento: acreditando na proposta

Após a Cooperativa B aceitar os termos considerados, a parceria foi, então, formalizada.

Para dar prosseguimento à proposta, um plano de ação foi elaborado<sup>85</sup>, onde, o primeiro passo a ser dado, seria sair às ruas abordando os Catadores, convidando-os a participar de um encontro, onde a proposta de se instituir uma Cooperativa no município seria apresentada.

Por se tratar de um assunto de grande interesse<sup>86</sup>, os Catadores, durante a semana, ficaram muito curiosos para saber o que seria tratado na reunião. O Interesse foi tanto, que a maior divulgação do encontro, acabou sendo realizada por eles mesmos, pois, já no final da semana de divulgação, quando se abordava um Catador, ele nos afirmava que já estava sabendo.

*“...então são voceis que vão dá emprego pros catado?...pode  
esperá que eu vou lá para gente conversá!  
(Sr. Luis, 57 anos - Catador da região central).*

---

<sup>83</sup> O atual Estatuto da Cooperativa B, não considerava comercialização, somente prestação de serviços;

<sup>84</sup> Ficando 30% no PR2000R;

<sup>85</sup> Com a participação da Equipe Técnica e do Presidente da Cooperativa B;

<sup>86</sup> Formalizar a sua atividade;

Mesmo que de forma distorcida, a notícia corria por toda cidade e, enfim, o encontro se realizou no barracão da Cooperativa B, situado na região central do município.

Na hora marcada, estavam todos lá, Equipe Técnica do PR2000R, Membros da Cooperativa B, uma Técnica, da área social, representando a gestão pública municipal<sup>87</sup>, toda a imprensa<sup>88</sup> e, também, os mais esperados, os Catadores.

Cerca de 30<sup>89</sup> Catadores apareceram, estavam todos muito ansiosos, queriam, logo, saber qual seria a proposta.

Iniciado o encontro, os Catadores, atenciosamente, receberam informações e esclarecimentos sobre a proposta, dentre eles:

- as diferenças entre uma empresa cooperativista e sociedade mercantil;
- quais os benefícios de se trabalhar cooperando, uns com os outros;
- o que cada Catador precisaria realizar para se tornar sócio da Cooperativa; o que mudaria no modo atual de trabalho deles.

Feitos os esclarecimentos, os ânimos estavam mais acalmados, porém muitas dúvidas ainda incomodavam os Catadores. Dentre as falas e discussões que se seguiram, uma se destacou no encontro:

*“...eu não sei de voçeis, mais eu tô dentro...Cêis querem continuá dando dinheiro prus sucateiro que não tá nem aí com voçeis?...Pensa bem, se todo mundo coletá junto e vende junto, nós vamo vendê direto pra indústria...vamo ganhá mais....pode colocá meu nome aí!”*

(Sr. Lourival, 57 anos).

O depoimento deste Catador foi, na verdade, um grito de desabafo de quem não suportava mais ser explorado e, também, de chamamento aos colegas presentes a aderirem a proposta.

---

<sup>87</sup> Estávamos iniciando o ano 2000, provavelmente, último ano da atual gestão pública. Era ano eleitoral. Talvez, este fator tenha influenciado na interação nula da SEMDES com o PR2000R;

<sup>88</sup> Escrita, falada e televisiva;

<sup>89</sup> Sem contar os 6 Catadores que já estavam participando desde o início.



Reforçou-se ainda, que em vários outros municípios a tendência estava sendo aquela e por que não cooperar se todos realizam uma atividade com o mesmo propósito e objetivo? Por que não melhorar suas condições de trabalho e de renda?

Assim, para que os Catadores pensassem na proposta e, logo, fizessem sua adesão, estrategicamente, marcou-se um novo encontro, já para a semana seguinte.

Acostumados a sempre serem discriminados, a não terem nenhuma atenção, principalmente de Organizações com Equipe técnica, não estavam muitos confiantes. Dentro da realidade que viviam, era de mais para eles acreditar que suas condições de trabalho, renda e qualidade de vida poderiam ser melhoradas.

Sendo um ano “político”, de eleições municipais, um Catador revelou o que pensava sobre a proposta:

*“eu desconfio que este trabalho é de algum candidato nesta eleição ...eu hein!..isto aí é só promessa...é politicagem para ganhar voto”*

(Sr. Augusto, 32 anos, Catador da região central).

Durante o período que se seguiu, novamente toda a equipe voltou às ruas para reforçar o convite. Porém, devido a uma onda de desconfiança ter se espalhado entre eles, poucos apareceram ao encontro agendado.

Porém, dos 15 Catadores presentes, 8 aderiram a proposta, resultado considerado positivo. Acreditava-se que ao se iniciar as atividades, na qual os Catadores estariam com uniformes e carrinhos padronizados<sup>90</sup>, circulando pelas ruas, seria a melhor forma de divulgar e trazer outros para se cadastrarem.

---

<sup>90</sup> Todos na cor verde (de tom abacate) com adesivo da cooperativa;

### 6.1.4.1 Formando alianças

No sistema de trabalho, definido em assembléia<sup>91</sup>, ficou acordado que os Catadores pegariam os carrinhos pela manhã, saíam para realizar as coletas pelas ruas do centro da cidade e, assim que seus carrinhos estivessem cheios, retornariam ao barracão da Cooperativa, onde, juntamente com o gestor<sup>92</sup> do barracão, pesariam os materiais, preencheriam uma planilha<sup>93</sup>, retornando para as ruas novamente.

Para a organização interna do barracão e carregamento do caminhão do PR2000R, alguns Catadores deveriam ajudar quando necessário<sup>94</sup>. Uma vez por semana, o PR2000R iria buscar materiais, levando-os para a sua central de triagem, onde, os mesmos, seriam enfardados, estocados e, posteriormente, vendidos.

Para disponibilizar novos carrinhos, a própria Cooperativa B buscou financiamento, que, posteriormente, seria pago com a receita das vendas dos materiais. Uma empresa, que produz carrinhos<sup>95</sup> utilizados na construção civil, aceitou a encomenda e o desafio de montar os carrinhos para os Catadores, utilizando como caçamba, a caixa metálica de geladeiras descartadas.

Após, orientações aos Catadores e acordos firmados todos estavam prontos para iniciar.

O primeiro dia foi especial para todos<sup>96</sup>, a imagem de um a um descendo a rampa para a rua, ficou marcada, os trabalhadores irradiavam contentamento, partiam, uniformizados, para o primeiro dia de trabalho na Cooperativa.

*“agora eu faço parte de uma cooperativa...nossa vida vai  
melhorá bastante!*

(Sr. Pereira, 58 anos).

---

<sup>91</sup> Reunião realizada em um dos encontros posteriores. Contou com a presença dos membros de todos os segmentos (Catadores, Conselho Administrativo e Fiscal da Cooperativa e Equipe Técnica do PR2000R);

<sup>92</sup> Sr. que não era Catador, e sim membro do conselho fiscal da Cooperativa B;

<sup>93</sup> Na ficha do Catador, marcava-se cada tipo de material coletado e seus respectivos pesos (kg);

<sup>94</sup> Junto com os Catadores, foi elaborada uma escala de trabalho. Eles, portanto, sabiam que período do dia e que dia da semana deveriam desenvolver estas atividades no barracão;

<sup>95</sup> Conhecidos como girica;

<sup>96</sup> Catadores e Equipe Técnica;

A localização do barracão era estratégica, o que permitia aos Catadores fazer até quatro viagens, em um só dia. Porém, se ter uma “base de apoio” próxima<sup>97</sup>, permitia ao Catador, também, utilizar suas dependências, sempre que necessário<sup>98</sup>.

O Sr. Lourival, um dos Catadores mais animados, que dormia pelas ruas da cidade, passou a utilizar as dependências do barracão. Agora, além de Catador ele já se nomeava, também, o vigia do barracão:

*“nem vai precisá de vigia...posso tomá conta do barracão toda a noite”*

(Sr. Lourival, 57 anos).

Eles mostravam que com oportunidades, uma pessoa pode redirecionar seus caminhos. O Sr. Lourival, que apresentava uma condição de morador de rua, passava, agora, a utilizar o seu próprio local de trabalho para dormir, o que contribui para elevar sua auto-estima.

#### **6.1.4.2 Empreendedores em curso**

Por meio de seu CGMR e em parceria com a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), o PR2000R da Região de Sumaré, promoveu o Curso intitulado “Formação de Formadores”<sup>99</sup>. Nesta capacitação técnica<sup>100</sup>, o pesquisador teve a oportunidade de aprender mais sobre Cooperativismo.

Posteriormente, em parceria com o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT)<sup>101</sup>, além, de palestras<sup>102</sup> e orientações sobre higiene e saúde, segurança no

---

<sup>97</sup> O barracão possuía banheiros, cozinha ampla, área que permite descanso e telefone;

<sup>98</sup> Usar o banheiro; fazer a refeição em lugar mais apropriado; descansar e tomar banho;

<sup>99</sup> Sobre o cooperativismo;

<sup>100</sup> Participaram os Catadores dos municípios e a Equipe Técnica daquela região (Sumaré);

<sup>101</sup> Cedendo uma sala para os encontros (palestras e aulas);

<sup>102</sup> Com o objetivo de propiciar maior envolvimento e, também, integrar os participantes, em todos os encontros, através de atividades cooperativas, desenvolvíamos vivências em virtudes e valores (amor, respeito, auto-estima, cooperação, responsabilidade);

trabalho, primeiros socorros, os Catadores tiveram, também, o curso sobre “cooperativismo<sup>103</sup> e empreendedorismo”.

Com as orientações, os Catadores, cada vez mais, tomavam consciência de que eles seriam os principais responsáveis para se conquistar melhores condições de trabalho e vida.

Alguns resultados eram evidentes, nos encontros, por exemplo, começaram a se apresentar com uma melhor aparência, de banho tomado e com o uniforme limpo<sup>104</sup>. Além de mudanças na forma de apresentação, o comportamento e as posturas também estavam se alterando para melhor. Estes fatores contribuíam muito para avançarmos no processo, pois, já eram vistos com outros olhos e estavam sendo mais respeitados pelas pessoas.

Em um dos encontros, quando o tema “Conquistando e Mantendo Clientes” foi abordado, um deles, compartilhou:

*“...eu tô muito contente...as pessoas estão colaborando mais...sabe que até outro dia, um polícia pediu prum carro pará pra eu podê atravessá com o carrinho pesado...isto nunca que acontecia...”*

(Sr. Pereira, 58 anos).

De Ser “invisível”, ignorado e sem importância, o Catador passava à condição de um cidadão “Trabalhador”, respeitado.

#### **6.1.4.3 Outros Desafios**

Tudo parecia caminhar para cada vez mais, melhorar. Já havia 20 Catadores, todos trabalhando e recebendo conforme acordado e, também, como era de se esperar, a quantidade de materiais, no galpão, aumentava consideravelmente.

---

<sup>103</sup> Utilizou-se como referência o kit de Capacitação do Catador: *Cooperar Reciclando Reciclar Cooperando*, elaborado pelo CEMPRE;

<sup>104</sup> Tendo recebido dois uniformes, enquanto usavam um, o outro era lavado;

Precisavam-se organizar os materiais, no galpão, de uma maneira que não ocupasse tanto espaço e que, ao mesmo tempo, a sua retirada pudesse ser feita de uma maneira bastante prática.

Neste sentido, em assembléia, foi consenso que não daria para continuar estocando, daquela forma e que uma máquina que prensasse os materiais, reduzindo o volume, seria necessária. Assim, a Cooperativa conseguiu financiamento, novamente, e adquiriu uma prensa hidráulica.

Desta maneira, no sistema de escala, enquanto alguns Catadores estavam coletando pelas ruas, outros ficavam e prensavam os materiais e, também, organizavam o barracão, que passou a ser considerado, pela atual estrutura apresentada, como central de triagem.

Em relação à venda dos materiais, a partir deste momento, seria mais economicamente viável e prático, que os compradores passassem a retirar os materiais recicláveis direto da Cooperativa B e não da central de triagem do PR2000R, pois os mesmos, agora, estariam prensados e prontos para a venda.

Devido às responsabilidades da Equipe Técnica (ANEXO C), as visitas na central de triagem da Cooperativa B, para acompanhamento e orientações aos Catadores, se restringiram a apenas uma, por semana.

#### **6.1.4.3.1 Ampliações e mudanças necessárias**

O PR2000R, já comercializava cerca de 30 ton.mês<sup>-1</sup> e com a receita gerada, após pagar os gastos de manutenção e repassar os devidos valores aos Jovens e Catadores, não sobrava nada para ser revertido à Entidade. Em muitas ocasiões, era comum a Entidade ter que investir recursos para cobrir despesas do PR2000R.

Para a Diretoria da Entidade, o objetivo maior do PR2000R, era que o mesmo fosse além de sua auto-sustentabilidade, gerando um “superávit”, que pudesse contribuir para melhorias de infra-estrutura da Entidade<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> A Entidade necessitava realizar reformas e adequações em seu prédio, assim como terminar a construção do ginásio;

A nova ordem era:

*“...devemos aumentar as coletas...assim, aumentaremos a receita...a Equipe Técnica, a partir de então, deve focar, suas ações apenas no PR2000 local...vocês são funcionários da Entidade e não do Estado<sup>106</sup>”*

(Depoimento da Diretoria da Entidade).

Porém, para se ampliar as coletas, primeiramente, deveria ser ampliada a equipe de coleta (veículos e equipe), ampliar a central de triagem (espaço físico, máquinas e funcionários) e tudo isto implicaria em investir.

Entretanto, o verbo investir, a Entidade não poderia conjugar naquele presente, pois, seu objetivo principal era o atendimento as PPNE, portanto, outros programas eram prioritários.

Buscando solucionar as dificuldades com a coleta, por meio de negociações com a SEDEMA, conseguiu-se que a equipe disponibilizada, passasse a ser exclusiva do PR2000R e, também, que fosse ampliada. Passou-se, então, a ter um caminhão grande e, além do motorista, dois ajudantes.

Em relação à central de triagem do PR2000R, o espaço físico tornava-se, definitivamente, cada vez mais reduzido para a quantidade de materiais a ser triada e estocada.

Após ser convencida de que as atividades não deveriam continuar sendo desenvolvidas naquele espaço improvisado e visualizando que o PR2000R apresentava-se como uma proposta com grande potencial para a geração de recursos<sup>107</sup> para a Entidade, a Diretoria decidiu então, investir na locação de um imóvel mais amplo.

---

<sup>106</sup> Apesar de, no Termo de Parceria assinado entre DRADS e a Entidade, estar claro quais seriam as responsabilidades da Equipe Técnica contratada (ANEXO D), a Diretoria não concordava com o fato de os mesmos terem que atender os Municípios da região e até mesmo participar de encontros do CGR. Assim, contrariando o Termo, a Diretoria definiu que o profissional da área ambiental, principalmente naquele momento, se ocupasse, apenas, com ações voltadas a aumentar os pontos de coletas de materiais recicláveis e a profissional da área social, por vez, deveria desenvolver o trabalho com os Catadores. Tudo visava, apenas, o aumento de materiais recicláveis na central de triagem;

<sup>107</sup> A Diretoria acreditava que o PR2000R poderia ser transformado no único e exclusivo Programa de coleta seletiva do município e, posteriormente, em uma unidade industrial recicladora. Porém, como

Além da mudança de espaço físico, outras mudanças, também, ocorriam, naquele momento, os Profissionais da área social e da de produção, deixavam o PR2000R. Dos 12 Jovens que participavam do PR2000R, 4 foram promovidos a trabalhadores contratados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passando a cumprir 44 horas semanais. Os outros Jovens continuaram, em regime de estágio monitorado, desenvolvendo suas atividades de separação e organização dos materiais, apenas pelas manhãs, somente em dias que não tinham atividades na Entidade.

A central de triagem foi então transferida para um barracão de 800 m<sup>2</sup>, localizado em um bairro periférico, onde as áreas de pátio e construída, se apresentavam como ideais.

O PR2000R, já contava, neste momento, com a participação de dois novos profissionais, um da área social e outro da de produção, além de mais 5 funcionários, para os serviços de triagem, enfardamento e organização da central.

#### **6.1.4.4 O início de um retrocesso**

Em relação a parceria firmada com a Cooperativa B, num próximo encontro, o Sr. Arnaldo<sup>108</sup>, relata que já haviam se regularizado e, sendo assim, a partir de então, eles próprios realizariam as vendas, não necessitando mais da intermediação do PR2000R. Porém, sugeriram que a “parceria” fosse mantida, em relação à capacitação dos Catadores e, também, para as vendas em conjunto<sup>109</sup>.

Em relação aos cursos de capacitação para os Catadores, a Equipe Técnica do PR2000R, não tinha disponibilidade, naquele momento, para ministrar os cursos ou palestras. Neste sentido, o Sr. Arnaldo justificou que, não haveria necessidade de cursos, pois, desde o início das atividades, somente 5 novos Catadores, haviam

---

desenvolvem um nobre serviço de atendimento as PPNE, mantinham como única estratégia para formalizar parcerias e obter recursos, o apelo social: AJUDEM esta Entidade! A Diretoria não mostrava nenhuma preocupação em profissionalizar sua captação de recursos. Era mais prático pedir, porém nenhum pouco eficaz;

<sup>108</sup> Presidente da Cooperativa B;

<sup>109</sup> Ofereceríamos aos compradores, as cargas de materiais juntas (uma do PR2000R e a outra da Cooperativa B), com o intuito de conseguirmos um melhor valor na venda; .

ingressado na Cooperativa e que, sendo assim, esperaria formar um grupo maior, de no mínimo 10 Catadores, para realizar outro curso<sup>110</sup>.

Tentou-se, no período seguinte, vender alguns materiais juntos, mas, quando se buscava saber qual seria a quantidade que a Cooperativa B disponibilizaria para a venda, as informações, quando passadas, não eram precisas e, sendo assim, a partir de então, o PR2000R resolveu realizar suas vendas separadas.

Outros termos, do acordo firmado, já não estavam, também, sendo praticados, como por exemplo, os encontros para apresentação do relatório, referente às ações desenvolvidas no período e a participação<sup>111</sup> da Equipe Técnica do PR2000R em todo o processo de decisões.

Ao transitar pelas ruas do centro, ao encontrar com os Catadores da Cooperativa B, eles faziam questão de cumprimentar e contar como as coisas estavam caminhando.

*“...íchi rapaiz!...as coisas não tão nada boa...há mais de um  
meis que não recebo um tostão...eles [se referindo à  
Cooperativa B] não tão mais marcando na folhinha [planilha] o  
quanto que coletamo...agora eles falaro que o pagamento vai  
ser por carrinho...tem que chegá lá com o carrinho por aqui  
ó<sup>112</sup>...tô contente não!...”*  
(Dona Maria do Carmo, 50 anos).

Foi uma situação de surpresa e, também, de tristeza, pois, para uma pessoa, que sustenta todos os seus familiares, com a catação de materiais recicláveis, não receber pelo trabalho realizado, é doloroso de mais.

Era também, no mínimo, falta de respeito por parte da Cooperativa B por não estar cumprindo com o acordo, não estava repassando os devidos valores aos Catadores.

---

<sup>110</sup> Onde ele mesmo seria o ministrante;

<sup>111</sup> Com relatado, devido a pouca disponibilidade da Equipe Técnica, visitava-se a Cooperativa B, uma vez por semana. Este “afastamento” deu margens para que as decisões fossem sendo tomadas sem o parecer técnico dos Profissionais do PR2000R;

<sup>112</sup> Com a mão no seu próprio ombro, indicou a altura que os materiais deveriam chegar para que carrinhos fossem contados como cheios;



Em outra oportunidade, outro Catador contou como estava fazendo para conseguir os alimentos para família:

*“faço conta [comprava fiado] no mercadinho perto de casa...o Sr. Arnaldo [Presidente da Cooperativa B] disse que assim que vende os papelão ele vai paga...tenho bastante pra recebe...vamo torce, né?...se Deus quizé, vai dá certo!”*  
(Sr. Pereira, 58 anos).

Não havia participação direta no dia-a-dia destes Catadores, os encontros mensais com o Presidente da Cooperativa B e Membros do Conselho, onde discutíamos as ocorrências do período, também não mais ocorriam<sup>113</sup>.

Mas, a partir do momento que se soube que os Catadores, não estavam recebendo pelo seu trabalho e, por se ter a responsabilidade pelos primeiros passos destes trabalhadores na proposta, havia o compromisso, naquele momento difícil, de assessorá-los. Assim, imediatamente, procurou-se o Sr. Arnaldo para uma explicação sobre o que estava ocorrendo, qual o motivo de os pagamentos não terem sido feitos.

O Sr. Arnaldo justificou-se, esclarecendo que devido não terem recebido por algumas vendas efetuadas, não tiveram como pagar os Catadores e, assim que possível, a situação seria regularizada.

Com estes acontecimentos, que não vinham ao encontro da proposta inicial e, nem, do acordo firmado, a Equipe Técnica do PR2000R e Diretoria da Entidade, decidiram romper definitivamente<sup>114</sup>, esta parceria.

#### **6.1.4.4.1 Da crença à revolta**

Os relatos eram bem desanimadores, tudo que se havia acordado com os Catadores, todas as premissas que uma empresa cooperativa deveria seguir não

---

<sup>113</sup> A dinâmica para os encontros se seguia da seguinte forma: Se aproximando o encontro, ligávamos para confirmar e Eles, sempre, alegavam estar sobrecarregados. Desta forma, o encontro não ocorria; Para se marcar um encontro, era extremamente complicado, pois o Presidente de Cooperativa B, segundo Ele, não encontrava disponibilidade;

<sup>114</sup> Estávamos no primeiro trimestre de 2000.

estava sendo praticado. Os Catadores não recebiam há dois meses e, motivados por mais promessas eles iam mantendo o compromisso com a coleta.

Neste cenário, percebeu-se que estes trabalhadores eram realmente virtuosos, pois, apesar da outra parte não estar cumprindo com os acordos firmados, eles ainda continuavam na lida diária, perseveravam, mantinham a sua palavra e, acreditavam sim, que a situação seria resolvida.

Ver aqueles trabalhadores, passarem por aquela experiência, era muito triste e, por ter participado dos primeiros momentos onde se havia alimentado sonhos de prosperidade, esta tristeza se misturava com um sentimento de cumplicidade.

Os Catadores, apesar das dificuldades que estavam passando, tinham consigo a esperança, dignidade, honestidade e perseverança, virtudes que os nutriam para continuar sua caminhada.

Por terem acreditado na proposta, visualizavam possibilidades e, assim, decidiram, sim, investir na melhoria de suas condições de trabalho e vida, era também, este sentimento que, os movia.

Assim, como não se conseguia, por meio do diálogo, resolver esta situação, partiu-se, então, para os trâmites legais.

Em uma consulta com um advogado, que voluntariamente passou a contribuir, recebemos a orientação que, para num primeiro momento, deveríamos registrar queixa no posto fiscal do Ministério do Trabalho.

Foi então o que se fez, o que restava, agora, era esperar os fiscais realizarem a visita a Cooperativa B, para constatar as denúncias.

Esperou-se, esperou-se e quase um mês se passou, porém, nada ainda havia sido resolvido.

A expectativa de melhorar suas condições e os depoimentos de satisfação, passara a dar lugar ao descontentamento e a injúria.

A revolta era tanta, que alguns Catadores queriam resolver a questão na base da força física:

*“amanhã eu vou lá...se ele não pagá o que deve, eu dou uma surra de corrente nele”*  
(Sr. Ramiro, 37 anos).

Já não suportando mais ser humilhado e enganado, um dos Catadores, chegou, de fato, a agredir fisicamente<sup>115</sup> o Sr. Arnaldo.

Por fim, conseguiu-se agendar uma reunião com o Sr. Arnaldo, para que todas as pendências pudessem ser acertadas.

No encontro, os Catadores, mais uma vez, ouviram promessas e mais propostas.

O que eles queriam não eram mais ouvir promessas e, sim, receber o que era devido. Porém, em relação às pendências de pagamentos, apenas alguns Catadores receberam e, ainda assim, apenas parte do total que deveriam receber.

Sendo assim, não mais querendo continuar a serem enganados e explorados, os Catadores decidiram, sair da Cooperativa B e voltar a trabalhar como antes.

*“pelo menos o sucateiro paga na hora...ele não te promete nada...a gente leva o papelão, ele pesa e paga a gente...Cê trabalha e recebe...não é assim que tem que sê?”*

(Dona Esperança, 58 anos).

#### **6.1.4.4.2 Algumas surpresas**

Por intermédio dos Catadores, as novidades sempre chegavam até a Equipe Técnica do PR2000R. Assim, logo, foi notificado que a Cooperativa B havia fechado a central de triagem no centro da cidade. Mas, o Sr. Arnaldo, não havia desistido da idéia de explorar Catadores, pois, um outro barracão, agora, em um bairro periférico<sup>116</sup>, já estava sendo estruturado, por ele, para ser a NOVA COOPERATIVA.

Aos poucós, percebia-se que eles estavam investindo mesmo, na nova empreitada, contrataram até uma Profissional, da área social para assessorá-los. O fato mais surpreendente foi saber que a “profissional” contratada era a mesma que havia participado do PR2000R, no seu início.

---

<sup>115</sup> Ressalta-se que este Catador não foi o Sr. Ramiro (37 anos);

<sup>116</sup> Próximo a central de triagem do PR2000R

Entre todos estes acontecimentos, tentava-se entender o que de fato havia ocorrido, buscando respostas para algumas questões, como por exemplo: aquelas pessoas, “profissionais”, queriam realmente melhorar as condições de vida dos Catadores, ou queriam apenas ter lucro, explorando aqueles trabalhadores humildes?

Entretanto, encontrar resposta para esta questão não era importante<sup>117</sup>, o que realmente importava, naquele momento, era que o processo de recomeço com os Catadores estava indo muito bem.

### **6.1.5 Quinto momento: o recomeço**

A central de triagem se localizava próxima a bairros com alto índice de exclusão social, que, em consequência desse fator, apresentavam um elevado número de Catadores.

Aos poucos, eles iam aparecendo. A princípio, apenas para saber se materiais recicláveis eram comprados e quanto era pago. Nestas oportunidades, com o intuito maior de se apresentar a proposta do PR2000R, fazer o cadastro e, posteriormente, trazê-los para serem membros de “Nossa Cooperativa<sup>118</sup>”, os Catadores eram encaminhados para serem atendidos pela Profissional da área social.

Paralelamente, como havia determinado a Diretoria da Entidade, havia o empenho, também, em aumentar os parceiros doadores de materiais recicláveis, assim, um Programa de Implantação da coleta seletiva em escolas, empresas e condomínios, foi elaborado pela Equipe Técnica.

Cabe aqui, ressaltar que este momento pode ser considerado como o melhor, em relação aos avanços sociais.

---

<sup>117</sup> As investidas dos “profissionais” da “Cooperativa B” não foram muito longe. Logo, ficamos sabendo que eles não estavam mais atuando, haviam fechado a central de triagem. Deixando de pagar o devido, a vários Catadores e credores;

<sup>118</sup> Ressalta-se que, neste momento o PR2000R estava empenhado em superar a experiência negativa da parceria firmada com a Cooperativa B, já contávamos com outra Profissional - Assistente Social e estávamos dispostos a instituir uma Cooperativa de Catadores do PR2000R;

O entusiasmo, o envolvimento, a perseverança e, principalmente, o amor expressado em tudo o que a nova Profissional, realizava, contagiava todos os envolvidos na proposta.

Nosso ambiente de trabalho transbordava harmonia, cooperação, empatia e reciprocidade.

#### **6.1.5.1 A herança: outros desafios**

Precisava-se de mais carrinhos para a coleta seletiva. Assim, ao entrar em contato com a empresa que havia fornecido os carrinhos para os Catadores da Cooperativa B, a mesma informou que, por não ser o foco da sua linha de produção e, principalmente, por não ter recebido ainda, nenhuma parcela, referente ao pagamento da encomenda feita pela Cooperativa B, eles não tinham nenhum interesse em nos atender.

A Empresa, naquele momento, não via com bons olhos o nosso pedido, pois achava que o PR2000R fazia parte da Cooperativa B. Ao se explicar que a parceria havia sido desfeita, devido ao não cumprimento de acordos firmados, o representante da empresa, acrescentou que, havia, além dele, outros credores que estavam recorrendo à justiça para poder receber as dívidas contraídas pela Cooperativa B.

Percebia-se que os caminhos percorridos pela Cooperativa B, contribuíam, cada vez mais, para que a proposta de organizar os Catadores e instituir uma Cooperativa ganhasse descrédito no município.

Enfim, conseguiu-se, com uma outra empresa, fornecimento de novos carrinhos.

### 6.1.5.2 | Fórum do PR2000R: diretrizes para o fortalecimento regional

Com o objetivo de avaliar, trocar experiências e de se construir padrões e propostas de melhorias para todas as ações desenvolvidas<sup>119</sup>, O PR2000R, através do seu CGR, promove, com a participação de todos<sup>120</sup> os segmentos envolvidos com a proposta, o I Fórum do PR2000R.

Como resultado deste evento, foi produzido um Documento<sup>121</sup>, que passou a ser considerado referência, mínima, para que as Equipes Técnicas desenvolvessem suas ações locais e regionais.

Porém, como já relatado, a Diretoria da Entidade, não se dispunha a compor com as ações regionais, segunda Ela:

*“se dedicar a estas ações, não trará benefícios para a Entidade...temos que nos dedicar às ações locais...fazer novas parcerias...”*

(Diretoria da Entidade).

Quando participando dos encontros do CGR, a Equipe Técnica, não tinha nenhum poder de decisão, tudo, após o encontro deveria ser levado para a Diretoria de Entidade avaliar e, posteriormente, decidir.

Como se não bastasse, uma outra enorme dificuldade era a Equipe Técnica se encontrar com o Diretor<sup>122</sup> da Entidade, responsável pelo PR2000R. Havia um acordo de um encontro semanal, mas, rara<sup>123</sup> era a semana que o encontro ocorria.

---

<sup>119</sup> Tópicos discutidos: Organização de Catadores, cooperativa como opção; O caráter educacional e o perfil de educadores ambientais; As Parceiras locais e micro-regionais, processo de aprimoramento da interlocução; Qualidade e classificação dos resíduos; Sensibilizar e informar a comunidade; Infra-estrutura nas centrais de triagem; Treinamento; Mercado consumidor; Higiene e segurança no trabalho; Comissão de prevenção a acidentes; Sistema de inspeção e acompanhamento;

<sup>120</sup> Equipes técnicas, Diretoria das quatro Entidades coordenadoras e Representantes das organizações e de instituições parceiras (DRADS, SMA, CETESB, ONG's, Empresas., Municípios);

<sup>121</sup> Relatório Síntese do I Fórum do PR2000R se encontra no ANEXO E;

<sup>122</sup> Para encaminhamentos, deliberações, requisitar autorizações;

<sup>123</sup> “Sou voluntário...Venho quando posso!” – O Depoimento do Diretor, justificando suas ausências, evidencia que não havia um compromisso assumido com a proposta;

Havia uma postura de sentar<sup>124</sup> para assistir a tudo. Não concordamos, não aceitamos, não participaremos, eram os verbos mais praticados pela Diretoria, em relação as deliberações regionais.

O CGR deveria ser a instância máxima para deliberações. Porém, como as decisões por parte da Diretoria da Entidade eram lentas, os processos, local e regional, iam sendo prejudicados.

Por outro lado, outras Entidades<sup>125</sup>, por apresentarem um sistema de gestão embasado no compromisso, na participação, na ética e no respeito, destacavam-se no desenvolvimento do PR2000R.

### **6.1.5.3 Grandes avanços: “nosso melhor momento”**

Os Catadores, das quatro famílias, que desde o início ingressaram no PR2000R, continuavam coletando seus materiais e participando dos encontros.

Por outro lado, a região onde a central de triagem se localizava, favorecia que outros Catadores viessem a se cadastrar. Aos poucos, os novos Catadores iam sendo informados sobre os benefícios que poderiam ter, se efetivamente passassem a fazer parte do Grupo e, assim, logo já haviam 30 Catadores cadastrados.

Os Catadores passaram a participar efetivamente dos encontros, por meio das novas parcerias, o PR2000R podia oferecer-lhes vários benefícios e atrativos, como:

- passes de ônibus para aqueles que moravam distante da central de triagem, em parceria com a SEMDES;
- curso de alfabetização para as pessoas interessadas em aprender a ler e escrever, através do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE);
- substanciosa sopa aos Catadores, preparada<sup>126</sup> por Voluntários da Igreja do Bairro;

---

<sup>124</sup> Como a proposta do PR200R surgir da iniciativa da Entidade local (CRP), esta se sentia proprietária da idéia. Porém o dinamismo das outras Entidades e do CGR incomodava a cômoda posição, até então ocupada por ela;

<sup>125</sup> A Apae de Sumaré e a de Rio Claro;

- participação dos Catadores do PR2000R na Festa das Nações, coletando de materiais recicláveis. Através de um acordado com o Fundo Social do Município;
- consulta médica<sup>127</sup> e exames de saúde. Através do Projeto “Catador Cidadão”, elaborado pela Equipe Técnica do PR2000R, tendo o apoio da UNIMED Piracicaba<sup>128</sup> e Secretaria Municipal de Saúde;
- atendimento clínico e ortodôntico (próteses), pela Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP)<sup>129</sup> ;
- orientação aos Catadores sobre práticas de segurança no trabalho e primeiros socorros, pela empresa SOS Pira;
- ambiente alegre e colorido. Pois, sob a orientação da Professora de educação artística, Estudantes da “Escola Estadual Luciano Guidotti” pintaram várias paisagens e mensagens nos muros e paredes da central de triagem;
- cursos de artesanato em papel, tecido, parafina, sabonete e sucatas diversas, passaram a ser oferecidos por Artesões Voluntários, visando uma complementação da renda familiar dos Catadores.

O relacionamento que os sucateiros<sup>130</sup>, mantinham com os Catadores se limitava à comercialização, ou seja, um vendia e o outro comprava, nada mais que isto.

Para o sucateiro, o Catador existia, somente, no momento em que o mesmo aparecia no seu estabelecimento para negociar os materiais coletados.

*“fiquei um tempo sem aparecer lá no depósito do Seu Cláudio...estive doente uns dias, fiquei até internado!...quando apareci por lá de novo, ele não quis nem saber por onde eu tinha andado...eles [sucateiros] não se importam não com a*

---

<sup>126</sup> Oferecida toda quarta-feira após o encontro. Os Legumes, verduras e pães eram doados por comerciantes do bairro;

<sup>127</sup> Um médico (voluntário), realizava consultas e quando necessário exames, os Catadores eram encaminhados ao Serviço Municipal de Saúde;

<sup>128</sup> Através da UNIMED Cidadã. – Setor responsável pelos Projetos Sociais da UNIMED;

<sup>129</sup> Universidade de Campinas (UNICAMP);

<sup>130</sup> Pequenos empresários que compram materiais recicláveis dos Catadores;



*gente não!... se a gente cai doente, ninguém lembra d'ocê...ninguém pergunta se você precisa de alguma coisa”*

(Sr. Pedro, 54 anos).

Por outro lado, o PR2000R se relacionava com os Catadores de uma forma diferenciada, não apenas comprava os materiais, a proposta era bem maior, os Catadores estavam sendo reconhecidos e respeitados como trabalhadores. Isto, de fato, os atraía, e, também, era reconhecido por eles:

*“obrigado à vocês que estão dando esta oportunidade pra nós...Deus abençoe”*

(Dona Carmem, 55 anos).

Pode-se considerar que as ações sociais, nesta fase, propiciaram para que o PR2000R desse um grande salto de qualidade e eficiência, apesar da prática do assistencialismo tutelar<sup>131</sup> ainda ocorrer em alguns momentos, onde se cuidava dos Catadores e, ou se fazia por eles.

Sabia-se que a maioria deles participava, devido aos benefícios oferecidos, porém, estava-se atento para não criar uma relação permanente de total dependência. Essas ações eram vistas como estratégicas para que, posteriormente, a Cooperativa fosse instituída.

Quando os Catadores, interessados em participar, apareciam, palestras<sup>132</sup> eram ministradas<sup>133</sup> e, somente, após estas primeiras orientações é que eles recebiam o uniforme, equipamentos de proteção individual, panfletos informativos para entregar aos clientes e, também, o carrinho<sup>134</sup>.

<sup>131</sup> Além dos benefícios citados, assistíamos o Catador para: regularizar documentos; ser atendido (emergência) no posto de saúde; conseguir vagas em creches para os filhos menores; receber cestas básicas; incluir membros da família em programas assistenciais do governo (Bolsa Escola, Renda Cidadã, Renda Mínima, Agente Jovem/Geração XXI, Programa de Erradicação do trabalho Infantil);

<sup>132</sup> Dois encontros, onde os temas abordados eram: Os objetivos do PR2000R; A importância do trabalho do Catador; Auto-estima, solidariedade e cooperação (Vivendo Valores); Como abordar o cliente e apresentar-se como membro do PR2000R e Segurança no trabalho;

<sup>133</sup> Esperava-se, até se ter um grupo de, no mínimo, 5 novos Catadores para se iniciar o primeiro ciclo de palestras;

<sup>134</sup> Todos eram padronizados (tamanho, identificação por adesivos, cor verde bandeira);

Porém, alguns Catadores faziam de sua condição de vida, um meio de convencimento e sensibilização para conseguir benefícios. Ressalta-se o exemplo de um Catador, que certo dia se apresentou como interessado em participar, relatando muitas necessidades:

*“lá em casa a luz foi cortada...não tenho dinheiro nem pra compra comida pra minha família,...será que vocês não poderiam me adianta cinqüenta reais?...assim que eu for entregano os material, a gente vai acertano!”*

(Sr. Ramiro, 37 anos).

Apesar de ser um pedido que ninguém, até então, havia feito e, também, fugir das estratégias que seguidas<sup>135</sup>, porém, sensibilizados pelo discurso deste Catador, resolveu-se atender a este pedido em particular. Porém, um acordo foi firmado<sup>136</sup>.

Passaram-se alguns dias e nada do Catador aparecer novamente. Visitou-se sua casa, mas, no endereço informado, as pessoas que lá moravam, não o conheciam.

Num próximo encontro com o grupo, um dos Catadores relatou que um havia um Senhor oferecendo pela cidade um carrinho semelhante aos do grupo, pelas características físicas relatadas, era, sem dúvida<sup>137</sup> o Sr. Ramiro. Ele não mais apareceu, levou o dinheiro e o carrinho do PR2000R.

Alguns Catadores tinham consigo que o importante era o ganho de hoje: *“amanhã, um outro dia, a gente consegue de novo!”*. Por um lado, o Catador poderia se beneficiar muito mais, se participasse do PR2000R, porém, por outro, continuar a levar a vida que estava acostumado a ter, a de pedir, era muito mais cômodo, mais “fácil”.

Ocorreram outras experiências, também, com Catadores alcoólatras, que em momentos de total embriaguez, “permitiam” que o carrinho fosse levado por outras

---

<sup>135</sup> Propiciar condições para que o Catador conquiste benefícios, não apenas doar;

<sup>136</sup> O Catador se dispôs a participar dos encontros do grupo e, semanalmente, repassar, no mínimo, cinco reais para que o empréstimo fosse quitado;

<sup>137</sup> O Sr. Ramiro era ruivo. Cabelo na cor de fogo e cheio de sardas pelos braços e rosto;

pessoas. Quando sóbrios, precisando, do mesmo, para coletar os materiais, novamente retornavam ao PR2000R para pedir outro.

Estas experiências foram positivas, pois mostraram que se poderia sim assistir o Catador, mas que a doação de recursos e benefícios não estava sendo o caminho para a promoção. Permitia, sim, que algumas destas pessoas continuassem a levar o modo de vida baseado no pedir.

Neste sentido, a relação de doar e de cuidar deles, deu lugar à de orientá-los a como conseguir seus benefícios e recursos, através de seu próprio empenho e trabalho.

O primeiro passo dado foi fazer com que eles passassem a ser proprietários de seus carrinhos. Assim, os Catadores foram orientados a procurarem o Banco do Povo<sup>138</sup> do município, com o qual, conseguiram um financiamento.

Agora, os carrinhos que antes eram “emprestados ou doados” pelo PR2000R, passariam a pertencer aos Catadores. Eles, a cada semana reservavam cerca de cinco reais<sup>139</sup> para que, num final do mês, o pagamento referente à parcela do financiamento fosse realizado.

Eles não mais ganhavam aquele benefício, não mais o recebiam por apenas ser pessoas que necessitavam, estavam a partir de agora, conquistando o benefício (Figura 10 – ANEXO B).

Era evidente a satisfação e a auto-estima do Catador ao expressar que estava conseguindo pelo seu trabalho, um benefício:

*“estou pagando o meu carrinho...faltam apenas duas prestações...não estou devendo nada...eu consegui comprar meu carrinho”*

(Sr. Pedro, 54 anos).

---

<sup>138</sup> Especializado a financiar micro-crédito a pequenos empreendedores;

<sup>139</sup> Quantia que seria suficiente para pagar a mensalidade de R\$ 25,00 (financiamento de 5 parcelas);

### **6.1.5.3.1 Integrante integrado: auto-estima e cidadania se manifestando**

Os Catadores continuavam sendo assistidos, mas, de uma forma diferente e, também, muito positiva, eles estavam sendo orientados para que se tornarem os principais responsáveis pela sua própria promoção.

Alguns Catadores, que antes não expressavam suas opiniões e sempre quando a palavra era direcionada a eles, tinham vergonha de falar, ou mesmo em situações de total descontração, escondiam o sorriso banguela, já estavam dando sugestões, opinavam e, agora, faziam questão de mostrar seus “novos dentes”, não tinham mais vergonha, estavam com a auto-estima elevada, estavam todos contentes e sorridentes.

O movimento destes trabalhadores ganhava, os poucos, reconhecimento e força em todo o país, neste sentido, considerava-se que a participação dos Catadores em eventos que abordassem temas voltados aos seus interesses, era de extrema importância.

Ao buscar novas informações sobre cursos e eventos nas áreas social e ambiental, obteve-se a informação que um Congresso de Catadores de Materiais Recicláveis ocorria naquele ano. Assim, com o apoio de algumas empresas, um grupo de Catadores do PR2000R local e regional foi enviado ao Congresso.

Este evento, o 1º Congresso de Catadores de Materiais Recicláveis<sup>140</sup>, contou com a participação de cerca de 1.700 Catadores de todo o país e, através de debates, discussões em plenárias, palestras, manifestações culturais, estes trabalhadores trocaram experiências e mostraram a força política e social da classe, contribuindo para que sua invisibilidade começasse a dar lugar à condição de trabalhadores reconhecidos.

Naquela oportunidade, entre os Catadores e as diversas lideranças presentes, foram firmados compromissos como: a erradicação dos lixões; a construção de alternativas de trabalho de forma autônoma; não permitir maus tratos aos Catadores; combater às drogas e a violência; direito à cultura e lazer e aumentar os apoios e incentivos às Organizações de Catadores.

---

<sup>140</sup> Realizado em Junho de 2001 no Distrito Federal (Brasília);

Participando da elaboração de propostas de políticas públicas para a gestão dos RSU, da manutenção do espaço político em órgãos estratégicos<sup>141</sup> e elegendo representantes<sup>142</sup> da classe para a Comissão Nacional dos Catadores<sup>143</sup>, neste evento, estes trabalhadores exercitaram a democracia.

Ao retornarem do evento, a pauta do próximo encontro foi a troca das experiências vividas com aqueles que não puderam ir:

*“Foi uma enorme satisfação viajá pra conhecê a capital brasileira representano o PR2000R...acho que nunca teria esta oportunidade na vida se não estivesse participano do grupo!”*

(Dona Esperança, 49 anos).

*“lá eu vi que se quisermos, nós também podemo ser reconhecidos montano nossa própria cooperativa...conheci muitas pessoa como a gente, que melhoraro suas condições de trabalho só dispois de muita luta...ninguém ficou esperano os ôtro pra faze pra eles, não! [dizia em tom de chamada]...é claro que tivero ajuda, assim como nós tamo teno...mais, se a gente não tiver união, se não tiver cooperação entre nós, a gente nunca que vai conseguí”*

(Dona Joana, 42 anos).

Em seu depoimento, Dona Joana fala de luta, de cooperação e de muito trabalho no caminho destes trabalhadores. Ações e valores, que, sem dúvida, são indispensáveis para aqueles que objetivam melhor suas condições de vida.

Após o depoimento da Dona Joana, outra Catadora que, também, foi ao evento pediu a palavra:

---

<sup>141</sup> Como, por exemplo, o conquistado no CONAMA;

<sup>142</sup> Uma Catadora do PR2000R da região de Sumaré, foi eleita representante dos Catadores do interior do Estado de São Paulo na Comissão Nacional;

<sup>143</sup> Que juntamente com o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, teriam a importante missão de defender seus direitos, participando na implantação da coleta seletiva nos municípios, lutar contra a privatização destes serviços, formar redes de informação além de planejar e articular novos apoios,

*“lá em Brasília foi tudo muito bom...teve as reunião,  
aprendemo muito...passeamo também!...Eu queria ensiná  
procêis uma das música, que a gente cantava nos baile que  
tinha e quando a multidão de catadô caminhava pelas  
rua...Cêis me ajuda a canta? [Convidando os outros que  
também aprenderam a música]”  
(Dona Esperança, 49 anos).*

E lá foram elas, em tom estridente, porém com muita alegria e entusiasmo,  
começaram a cantoria:

*“Oh Deus salve o Catadô (bis)  
Que essa luta abraçô, oiá meu Deus, que essa luta abraçô,  
oiá.  
Pra Brasília nós iremos (bis)  
Conquistar nosso valô, oiá meu Deus, conquistar nosso valô,  
oiá.  
Leste oeste, norte a sul (bis)  
Em Brasília somos um, oiá meu Deus, em Brasília somos um,  
oiá.  
Somos povo em movimento (bis)  
Nesta marcha sem pará, oiá meu Deus, nesta marcha sem  
pará, oiá.  
Pois marchamos todos juntos (bis)  
Por trabalho e moradia, oiá meu Deus, por trabalho e moradia,  
oiá.”  
(Canto dos Catadores - Comissão Nacional dos Catadores).*

Sem dúvida, a participação dos Catadores no evento, foi de grande  
importância para todo o grupo, pois os relatos compartilhados encheram à todos de

entusiasmo. No final do encontro todo o grupo estava ansioso em saber logo o que deveria ser feito para que a cooperativa deles também fosse instituída.

#### **6.1.5.3.2 Empreendedores em ação**

Nos próximos encontros, o curso sobre “Cooperativismo e Empreendedorismo” foi retomado, assim as inquietações e ansiedades foram sendo eliminadas ao passo que eles percebiam que tínhamos alguns caminhos, ainda, a percorrer para que a cooperativa fosse instituída.

Durante este período, eles logo tiveram o primeiro exercício prático, participaram da “Festa das Nações”, onde, apenas, Catadores cadastrados no 2000R<sup>144</sup> foram autorizados a fazer a coleta de materiais recicláveis produzidos no evento.

Os catadores receberam, dos organizadores e da Equipe Técnica, os uniformes, os EPI's e todas as orientações necessárias para coletarem os materiais recicláveis durante o evento, receberam, ainda, refeições e transporte subsidiados pela Prefeitura e UNIMED.

As pessoas enxergaram os Catadores e, até mesmo, algumas contribuíram, respeitaram e, também, elogiaram o trabalho desenvolvido por eles:

*“uma noite, teve um Senhô [um Catador] que estava catano latinha...aí, eu fui fala pro guarda que ele não podia catá...ele não fazia parte do nosso Grupo...logo que o guarda foi lá e tirou aquele Senhô da festa...Achei isso muito bom...nosso serviço foi respeitado”*

(Dona Maria do Carmo, 50 anos).

---

<sup>144</sup> E outros Catadores, não poderiam catar materiais naquele evento? Não. A principio parece ser excludente, mas visualizávamos com uma estratégia de marketing (divulgação) da proposta, pois se outros Catadores vissem seus Colegas inseridos, eles, também, viriam buscar informações de como participar;

*“várias pessoa vinha conversá com a gente...alguns queria saber se nós era funcionário da prefeitura, e quando a gente explicava que nós era catadô do PR2000R, eles falava que nós estava de parabéns... fiquei muito contente!”*

(Dona Joana, 42 anos).

*“foi bastante diferente de que trabalhá na rua...teve umas pessoa que quando a gente tava passano por perto, não jogava as latinha no chão, não!...Vinha dá as latinha na nossa mão.....via que a gente tava trabalhano e até ajudava a gente...a gente tava com os uniforme, com crachá com o nome...isso foi muito bom pra nós e nosso trabalho...o pessoal reparava bastante na gente...eu me senti bem e respeitada”*

(Dona Carmem, 55 anos).

Após o evento, todos os Catadores se reuniram para, juntos, pesar os materiais coletados e decidir como seria feita a divisão do valor equivalente. A princípio, alguns sugeriram dividir tudo em partes iguais, porém, percebia-se que outros expressavam certo descontentamento em relação à proposta e quando estimulados a falar, outras sugestões surgiam:

*“não acho justo dividir em parte igual, não!...teve gente que trabalhô mais que otros...acho que quem trabalhô mais deve receber mais”*

(Sr. José, 30 anos).

Durante este encontro, ocorreram discussões entre alguns Catadores, uns eram acusados de terem trabalhado menos que outros, mesmo tendo ficado o mesmo período na Festa. Porém, o mais relevante a ser destacado neste momento, era o fato de eles estarem exercitando a busca de soluções por eles próprios. Situação que, posteriormente, deveriam enfrentar na empresa



cooperativa. Procurou-se não intervir, pois se acreditava que eles, logo, entrariam num acordo.

E assim se procedeu, todos foram ouvidos e após todos falarem e expressarem seus sentimentos, eles próprios, em consenso, encontraram a melhor forma de partilhar o dinheiro.

Os Catadores auxiliaram, então, a montar uma tabela onde se visualizava quanto cada Catador havia trabalhado e, assim, o grupo decidiu dividir em partes proporcionais.

*“...trabalhei menos que eles...o que ganhei tá certo...nem mais  
nem menos!”*

(Dona Esperança, 58 anos).

Todos ficaram muito satisfeitos com o resultado da experiência e aproveitando o momento de grande entusiasmo, orientou-se o grupo a criar um documento onde os próprios relatariam quais deveriam ser os direitos e os deveres do Catador dentro de uma cooperativa.

Sabendo que as “regras e limites” criados por eles, seriam para eles mesmos seguirem, naquela oportunidade, aquelas pessoas, apesar de muita discussão, respeitaram-se mutuamente.

Estavam integradas no processo, o senso de responsabilidade com o próprio empreendimento, era nitidamente percebido, através de algumas falas:

*“...aqui dentro do nosso grupo, temo que cuida da  
gente...ninguém tem o direito de deixá o otro triste...se eu não  
sou da igreja dela, não tem problema! Eu devo respeitá ela do  
memo jeito...por que ela trabalha junto comigo...”*

(Dona Carmem, 55 anos).

*“aqueles que não puder vir na reunião...tem que avisá  
antes...mas não pode faltá muito, se não, como é que vâmo  
decidir as coisa do grupo se as pessoas começá a faltá muito”*

(Sr. Pedro, 54 anos)

*“assim é que é melhor!...Ninguém, vai podê reclamá depois...nóis memo é que tamo fazeno nossa regra”*  
(Claudecir, 30 anos).

Os Catadores avançavam ainda mais em direção a consolidar o próprio empreendimento, como apresentado anteriormente, a pratica da cooperação e da solidariedade durante os encontros já estava se tornando hábito entre eles.

#### **6.1.6 Sexto momento: velhos desafios, empenhos e conquistas**

Paralelamente às ações com os catadores, a Equipe Técnica se reunia toda semana<sup>145</sup>, com todos os funcionários da central de triagem, onde eram abordadas as facilidades e as dificuldades, todos participavam, apontando e sugerindo ações para melhorias. Terminava-se o encontro definindo-se as metas para a semana que se iniciava.

Para se anotar as metas e o desempenho de todos, inclusive dos Catadores e da Equipe Técnica, utilizou-se um canto da lousa, que havia no espaço onde palestras e cursos eram ministrados. Assim, tendo acesso permanente ao quadro, as pessoas sempre eram “lembradas” dos acordos firmados, o que de certa forma os motivava.

O funcionário e o Catador que se destacasse<sup>146</sup> recebiam o reconhecimento de todos e uma premiação simbólica, no final de um mês e, quando uma pessoa aniversariava sempre se cantava o “parabéns”, acompanhado de bolo e refresco (Figura 11 – ANEXO B).

Com o intuito de motivá-los a superar as tantas dificuldades do dia-a-dia, procurou-se, com estas ações, oferecer um ambiente de harmonia, de respeito, de encontro e de confraternização.

---

<sup>145</sup> O encontro era realizado toda segunda-feira, antes de se iniciar a atividade na central de triagem;

<sup>146</sup> O critério não era apenas referente à produção, também, considerávamos se a pessoa não havia tido atritos no relacionamento com os colegas de trabalho, se não havia faltado, se colaborou com os colegas;

Palestras sobre valores<sup>147</sup>, segurança no trabalho, economia doméstica, higiene e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis eram abordadas periodicamente também para os funcionários, incluindo os Jovens (PPNE).

Duas vezes por mês, ocorriam visitas aos municípios da micro-região de Piracicaba, para a prestação de assessoria e acompanhamento técnico na implantação do PR2000R, participava-se da reunião mensal do CGR, onde os profissionais Técnicos do PR2000R trocavam experiências e planejavam ações de cunho regional.

Além das diversas atribuições e responsabilidades, administrar as contas referentes ao PR2000R, era uma outra dificuldade, não se tinha acesso a contabilidade, que era controlada pela Entidade. Às vezes, eram enviados comunicados da contabilidade, dizendo que se tinha apenas uma semana para “gastar” determinada verba<sup>148</sup> e, sendo assim, o desenvolvimento das ações planejadas era bastante prejudicado.

Em relação à compra dos materiais recicláveis entregues pelos Catadores, a Entidade liberava uma quantia, semanal, insuficiente para se efetuar os devidos pagamentos, o que não permitia pagar o Catador no ato da entrega. Passou-se, então, a negociar com eles para que o pagamento fosse efetuado, uma só vez na semana, com isso alguns Catadores, que necessitavam do dinheiro no mesmo dia, começaram a entregar seus materiais recicláveis em outras centrais de triagem, afastando-se do PR2000R.

#### **6.1.6.1 Ampliando a parceria: boas perspectivas**

Passadas as eleições municipais, a nova gestão pública, através da SEDEMA, convida a Equipe Técnica a apresentar o PR2000R.

---

<sup>147</sup> Como referência se utilizava os materiais do Programa Vivendo Valores da Organização Brahma Kumaris;

<sup>148</sup> Por ser tratar de um repasse Estadual, tínhamos prazo para o desembolso. Como a contabilidade não socializava o saldo, não podíamos nos programar para realizar o desembolso. Sendo assim, acabávamos ter que fazer, na maioria das vezes, um uso não adequado da verba, como: comprar materiais que não estávamos precisando no momento;

Houve, neste momento, não apenas uma oportunidade de continuidade da parceria, mas também, de aumentar o apoio recebido pela prefeitura.

E foi o que se conseguiu, elaborou-se<sup>149</sup> um Projeto de Lei que propunha a subvenção de verba<sup>150</sup> ao PR2000R, suficiente para custar a locação de três caminhões com motoristas e mais seis ajudantes.

Este Projeto, assim que apresentado<sup>151</sup> à Câmara dos Vereadores, foi aprovado, passando a ser Lei Municipal (nº 5057), assim, o PR2000R passou a ter a sua própria estrutura e equipe de coleta.

As melhorias no serviço de coleta, não somente permitiram que os atuais clientes passassem a ser atendidos com maior qualidade, como também que a Equipe Técnica, a partir de agora, firmasse novas parcerias<sup>152</sup>.

#### **6.1.6.2 Superar dificuldades na base do “jeitinho”**

Aos poucos a quantidade de materiais processados e vendidos, foi aumentando, com isso, se atingiu, logo, a meta sugerida<sup>153</sup> pela Diretoria.

Como consequência do aumento das coletas, os doze funcionários<sup>154</sup> da central de triagem, que já se encontravam nos seus limites, começaram a não dar conta de processar tanto materiais.

Aumentar a mão de obra para melhorar os serviços internos, era necessário, porém, o PR2000R, não podendo investir, improvisava, pagava<sup>155</sup> aos Catadores para ajudar na triagem e processamento dos materiais coletados.

As atividades, neste momento, estavam sendo desenvolvidas, num ambiente sem as mínimas condições de segurança e saúde para os trabalhadores, as chances de um acidente ocorrer, aumentavam cada vez mais.

---

<sup>149</sup> Equipe Técnica e o Secretário da SEDEMA;

<sup>150</sup> Dezoito mil reais, reajustados anualmente pelo IGPM;

<sup>151</sup> Em 23 de outubro de 2001 (PIRACICABA, 2005);

<sup>152</sup> Principalmente com condomínios e empresas;

<sup>153</sup> Estimada em 100 ton.mês<sup>-1</sup>;

<sup>154</sup> Incluindo dois Jovens (PPNE);

<sup>155</sup> Alguns Catadores passaram a trabalhar, sem nenhum contrato de serviço, na central de triagem. Recebiam cerca de R\$ 10,00 por dia trabalhado;

*“Não temos o menor interesse em sermos parceiros de uma proposta que coloca em risco a integridade física do trabalhador...o ambiente aqui não apresenta nenhuma condição de segurança...a partir do momento que estas condições se tornarem melhores, podemos voltar a conversar”*  
(Representante de uma Indústria de Embalagens<sup>156</sup>).

A necessidade de se investir em melhorias no ambiente de trabalho, também, era urgente, assim, com o intuito de captar recursos financeiros para o PR2000R, a Equipe Técnica desenvolveu um plano que propunha as seguintes ações:

- Alugar espaços, tanto na carroceria dos caminhões quanto nos containeres<sup>157</sup> espalhados pela cidade, para que empresas divulgassem suas marcas;
- Terceirizar a implantação<sup>158</sup> e o monitoramento de programas de coleta seletiva na empresas;
- Prestar serviços de coleta para as Empresas através de contratos.

O cenário era propício, pois, diversas empresas, para melhorar sua posição e imagem no mercado, buscavam desenvolver, ou se tornarem parceiras de projetos ambientais ou sociais, para, assim, poderem se apresentar como empresas social e ambientalmente responsáveis.

Como o PR2000R apresentava, ao mesmo tempo, estas duas vertentes, algumas empresas demonstravam interesse em formalizar uma parceria para a implantação e manutenção do programa de coleta seletiva em suas unidades ou somente para apoiar<sup>159</sup> o PR2000R.

---

<sup>156</sup> Empresa do ramo de embalagens cartonadas, que patrocina Programas de Coleta Seletiva em todo o País. Mostrou interesse em se tornar parceira do PR2000R, porém, ela não poderia aliar sua marca uma proposta que colocava em risco a saúde dos trabalhadores;

<sup>157</sup> Nos containeres havia um espaço na parte superior destinado à propaganda;

<sup>158</sup> Como não tínhamos recursos humanos para tanto, a idéia era terceirizar o serviço de implantação, treinamento e monitoramento dos Programas de coleta seletiva. Após a implantação do Programa, um contrato entre a empresa e o PR2000R seria firmado. Neste, ficaria acordado, que a empresa, além de doar os materiais recicláveis, deveria pagar ao PR2000R pelo serviço de coleta que seria executado;

<sup>159</sup> Alugando espaços publicitários. Estampando sua logomarca nos uniformes, carrinhos, caminhões ou, containeres.

Esta proposta permitiria que o PR2000R tivesse vários ganhos, como:

- passaria a coletar materiais recicláveis em melhores condições de separação e acondicionamento;
- receberia pelo serviço de coleta prestado ou pelo espaço publicitário disponibilizado à empresa.

Para que estas ações pudessem ser realizadas, contatos com vários profissionais da área de marketing e da área ambiental, foram feitos.

Os primeiros deveriam realizar as vendas dos espaços publicitários, sendo que do total arrecadado, 20%, no máximo, poderia ser pago pela prestação do serviço.

Por outro lado, as despesas com treinamento e implantação e manutenção do programa de coleta seletiva, seria de responsabilidade das empresas interessadas na parceria.

Apresentou-se a proposta à Diretoria da Entidade, argumentando-se que o PR2000R, ao passar a explorar estes nichos, além de aumentar sua visibilidade e credibilidade no município, o PR2000R teria ganhos extras sem nenhum investimento, o que aumentaria, consideravelmente, sua receita.

*“não...eles [os profissionais prestadores de serviços] vão querer ganhar dinheiro usando o nome da Entidade...nós [Equipe Técnica] é que temos que fazer estes serviços”*  
(Retorno da Diretoria da Entidade).

Mesmo sem a participação de outros profissionais, a Equipe Técnica conseguiu implantar o programa de coleta seletiva em duas empresas, firmando, também, o contrato para a retirada dos materiais recicláveis.

### **6.1.7 Sétimo momento: O início do fim**

Buscando, ainda, soluções para as problemáticas<sup>160</sup> do aterro municipal, a nova gestão pública municipal, por meio das Secretarias SEMDES e SEDEMA,

---

<sup>160</sup> Sociais (Catadores) e Ambiental;

convida a Equipe Técnica do PR2000R, para que, juntamente com outros profissionais e organizações, se instituísse o “Comitê Gestor Lixo e Cidadania”.

Devido às experiências adquiridas em decorrência do desenvolvimento do PR2000R, neste Comitê, a Equipe Técnica do PR2000R foi convidada a coordenar algumas comissões de trabalhos<sup>161</sup>.

As propostas e sugestões que surgiam nas comissões do Comitê, vinham ao encontro das necessidades que Catadores do PR2000R apresentavam. Todos, já orientados, com o curso sobre “Cooperativismo e Empreendedorismo” concluído, estavam, no momento de ter uma central de triagem somente para eles, para que a Cooperativa fosse definitivamente instituída.

De acordo com as sugestões os pareceres dos membros das Comissões de Coleta Seletiva e de Cooperativismo, para que os Catadores fossem retirados do aterro e tivessem a sua própria central de triagem, o município deveria investir em profissionais especializados, equipamentos, transporte e, também, na locação de um barracão.

As comissões elaboraram, então, uma proposta, que evidenciava os investimentos necessários.

Os esforços se voltavam, agora, quase que exclusivamente, para contribuir com a implantação da central de triagem onde a futura Cooperativa dos Catadores seria instalaria.

Após aprovação da proposta, pela Prefeitura, um barracão próximo à região central foi alugado, os equipamentos necessários foram adquiridos e instalados e um caminhão grande<sup>162</sup> já estava disponibilizado.

#### **6.1.7.1 Surpreendidos: mais uma vez**

Os Catadores, cadastrados no PR2000R, já se encontravam bem adiantados no processo, podendo, agora, instituir sua cooperativa. Porém, já que todos

---

<sup>161</sup> A profissional da área social do PR2000R coordenou a Comissão responsável em organização e capacitar os Catadores; O pesquisador coordenou a Comissão responsável em planejar a coleta seletiva no município, educação ambiental e marketing;

<sup>162</sup> Com motorista;

deveriam cooperar entre si, compor com os Catadores que saíram do aterro era o caminho.

Dentre os 80<sup>163</sup> Catadores que atuavam no aterro municipal, os profissionais da área social, conseguiram a adesão de, apenas 20.

Para que, estes Catadores, passassem a coletar nas ruas da cidade, a princípio, elaborou-se um projeto piloto<sup>164</sup>, tendo como área de trabalho coleta um bairro próximo à central de triagem.

Aos poucos, apesar de a Equipe Técnica do PR2000R ter contribuído, assessorando toda a fase de planejamento, os técnicos da prefeitura foram, de certa forma, se afastando do PR2000R e, sem mais, articular e cooperar com o PR2000R, iniciaram as atividades na nova central de triagem, sem incluir os Catadores que estavam vinculados ao PR2000R.

A gestão municipal apresenta esta iniciativa<sup>165</sup>, à toda comunidade, como sendo única e pioneira no município, portanto, a partir de então não mais reconheceria as ações do PR2000R, passando a ser concorrente e não parceiro.

#### **6.1.8 Oitavo momento: desencantamento**

Vivia-se, então, a pior fase e, ainda, para piorar mais a situação, a Profissional da área social, desestimulada pelas experiências vividas, pede o seu desligamento do PR2000R.

Neste momento, todo o trabalho social construído ao longo de uma intensa convivência, os laços afetivos, os sonhos criados em relação às propostas apresentadas pela Equipe Técnica, perdia toda a sua base de sustentação, a confiança.

Até que uma nova profissional da área social assumisse, nesta fase, o PR2000R mantinha, apenas, uma relação comercial com os seus Catadores, agia como um verdadeiro sucateiro.

---

<sup>163</sup> O número de Catadores, que atuavam no aterro, era de aproximadamente 80;

<sup>164</sup> Primeiro, em uma escala reduzida (“piloto”), visando, posteriormente, a ampliação;

<sup>165</sup> Intitulada como “Reciclador Solidário”;



No momento em que a nova profissional passa a compor a Equipe Técnica do PR2000R, todo um trabalho de reaproximação com os Catadores deveria, novamente se iniciar. Porém, dentro do atual cenário, recomeçar todo um processo de resgate da confiança depositada em uma proposta que não cumprira com o acordo firmado<sup>166</sup>, era uma missão praticamente impossível.

Tentando entender todo o processo vivenciado, se buscava respostas para algumas questões não esclarecidas<sup>167</sup> e, sendo assim, já se não apresentava mais com o mesmo entusiasmo de antes.

Manter aquela relação de convívio, de prosperidade, onde os Catadores estimulados se empenhavam a construir condições melhores de trabalho e de vida, não mais encantava o pesquisador. As experiências vividas lhes mostravam que acima da promoção de trabalhadores estava a o objetivo de alguns, poucos, que com certeza não era o da inclusão e reconhecimento destes trabalhadores.

Neste sentido, visto que os valores e os objetivos<sup>168</sup> da Entidade não iam ao encontro com os da proposta, inicialmente acordada, e, também, com os valores praticados pelo pesquisador, a Diretoria, alegando divergências administrativas entre as partes, toma a decisão de afastar o Coordenador<sup>169</sup> de suas atividades no PR2000R.

---

<sup>166</sup> Os Catadores do PR2000R aguardaram ansiosos, a locação do barracão pela Prefeitura, para definitivamente instalarem a Cooperativa. A locação ocorreu, porém seria para atender, apenas, os Catadores que saíam do aterro;

<sup>167</sup> Por que:

- a gestão pública seria concorrente de um Programa que ela própria financiava (Projeto de Lei 5057 / 2001)?
- a parceria não facilitada pelo Diretor da Entidade, responsável pelo PR2000R, uma vez que o mesmo ocupava, também, o cargo mais alto em uma das Secretárias da atual gestão pública?
- a Diretoria da Entidade não compunha com o PR2000R das outras regiões?
- a Diretoria não permitia que a Equipe Técnica realizasse ações regionais, autorizando, apenas, aquelas, focadas no próprio município, que beneficiasse somente a Entidade?
- a Diretoria não valorizava e apoiava o trabalho social desenvolvido com os Catadores?

<sup>168</sup> Objetivos estes que não eram declarados. Citando um, O Diretor da Entidade, responsável pelo PR2000R, mesmo ciente que vários municípios já estavam utilizando a logomarca do PR2000R em seus programas, patenteou a logomarca. Quando questionado a respeito, alegou que, se ela teria sido a idealizadora da proposta, nada mais “justo” que, quem estiver utilizando a logomarca, que passe a pagar por isso!. Mais uma vez, a ética, a cooperação e o respeito não forma praticados;

<sup>169</sup> No caso, o pesquisador;

### 6.1.9 Contribuindo ainda: do lado de fora

A partir deste momento, o pesquisador passa assessorar a DRADS na realização de estudos referentes aos ganhos sócio-ambientais propiciados pelo PR2000R<sup>170</sup>.

Neste sentido, Silva (2002), através de seus estudos sobre o desempenho social e ambiental do PR2000R, considerando as quatro micro-regiões, evidenciou que o mesmo, apresentava resultados expressivos<sup>171</sup>.

Os resultados, após serem divulgados, trouxeram reconhecimento regional, estadual e, até mesmo, nacional, propiciando ao PR2000R conquistar várias premiações:

- Prêmio CEMPRE, em 2001, por ter sido considerado o 2º melhor programa de coleta seletiva, na categoria comunidade;
- Foi considerado, em 2001, pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens PET - ABEPET, como o Programa que mais contribuiu, no Brasil, com a reciclagem do PET;
- Conquistou, em 2001; o 2º lugar, na Categoria Projetos Sociais Especiais - Interior Paulista no II Prêmio Balanço Ambiental, promovido pela Gazeta Mercantil e CPFL;
- Recebeu, em 2002, através do Consórcio Intermunicipal das Bacias os Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o Prêmio Ação Pela Água, na Categoria Excelência.

### 6.2 Perspectivas de futuro para o PR2000R em Piracicaba

Um programa que foi, em diversas instâncias, premiado, e que apresenta resultados positivos, deve apresentar grandes possibilidades de continuar suas ações e, de até mesmo ampliá-las. Em relação ao seu desempenho social, a tabela

---

<sup>170</sup> Incluindo as quatro regiões.

<sup>171</sup> Geração de trabalho e renda excluídos sociais como os Catadores e as PPNE; Orientações aos Catadores para a instituição de Cooperativas; Melhorias na qualidade de vida dos Catadores; Contribuição para a preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis; Aumento da vida útil dos aterros.

9 revela que o PR2000R em Piracicaba apresenta resultados consideráveis (APAE, 2006).

Tabela 9 – Desempenho social do PR2000R

Municípios	Catadores <sup>1</sup>	C.L.T. <sup>2</sup>	Início da Operação
Charqueada <sup>3</sup>	20	--	Jan/2002
Piracicaba <sup>4 e 5</sup>	83	25	Jul/1999
São Pedro <sup>6</sup>	12	--	Jan/2003
<b>TOTAL</b>	<b>115</b>	<b>25</b>	

Fonte: APAE (2006).

Nota: <sup>1</sup> Catadores inseridos no PR2000R;

<sup>2</sup> Funcionários contratados (CLT) pela Entidade Coordenadora para atuarem na Central de Triagem;

<sup>3</sup> Município com Catadores organizados sob a forma de “Cooperativa”;

<sup>4</sup> Município com Catadores cadastrados na Central de Triagem, onde, os mesmos, vendem seus materiais recicláveis;

<sup>5</sup> Município em que a Entidade mantém e coordena a Central de Triagem;

<sup>6</sup> Município em que o processo de organização dos Catadores está em andamento.

De acordo com os dados da tabela, são 83 Catadores inseridos no PR200R, no entanto o que foi divulgado, não retrata a realidade em que o mesmo se encontra:

*“olha, se for ver mesmo estamos comprando materiais de apenas 4 Catadores<sup>172</sup>...eles [Catadores] não participam mais de nada...não tem nenhuma ação social sendo desenvolvida como antes...o negócio aqui, agora, é apenas comércio...Não estamos indo bem...estamos perdendo parceiros...não vejo nenhum empenho [se referindo a projetos de captação de*

<sup>172</sup> Onde dois deles pertencem ao primeiro grupo formado: Dona Joana e Dona Santinha. Assim como tem Catadores que somente vendem para o sucateiro que lhe empresta o carrinho, a manutenção deste vínculo com o PR2000R, pode estar relacionada ao fato de que seus filhos são assistidos pela entidade, sendo assim, existe certo “compromisso” em negociar seus materiais apenas com o PR2000R;

recursos e novas parcerias] *para que este quadro seja revertido...* ”

(Sr. Marcelo<sup>173</sup>, 57 anos)

Dona Dita o Sr. Manezinho<sup>174</sup> são os outros dois que ainda mantêm ainda uma relação com PR200R, que se resume também, em apenas comercializar os materiais recicláveis coletados.

De acordo com este depoimento e com a história do PR200R relatada, fica evidente que o PR200R está atuando como um outro sucateiro qualquer. Assim, o objetivo inicial de se organizar os Catadores em um empreendimento solidário, que viesse a atender aos princípios básicos que uma empresa cooperativista<sup>175</sup>, de fato não ocorreu.

Os Catadores que estiveram vinculados ao PR200R não foram tiveram a oportunidade de serem promovidos a cidadãos incluídos em nossa sociedade, continuando a serem trabalhadores excluídos e explorados por aqueles que compram os materiais recicláveis.

No que se diz respeito ao seu futuro, segundo as ações “empreendedoras”, ainda praticadas pelo PR200R, pode-se afirmar que o mesmo não será próspero. Conforme relatado, anteriormente, a falta de empreendedorismo, não permitiu que o PR200R avançasse no sentido de se tornar uma unidade industrial de beneficiamento<sup>176</sup>, processo que contribuiria para elevar o valor de venda de alguns materiais. Como, até então, esta prática ainda não é uma realidade, o PR200R continua, apenas coletando e comercializando<sup>177</sup> materiais recicláveis.

---

<sup>173</sup> Senhor responsável pela recepção, triagem e processamento dos materiais recicláveis no PR200R em Piracicaba;

<sup>174</sup> Este Sr. trabalha em parceria com o seu filho Rogério. O Pai, devido à sua saúde debilitada, fica em casa organizando os materiais e o filho, às vezes com a ajuda dos sobrinhos (menores de idade), coleta os materiais no centro da cidade com uma carroça.

<sup>175</sup> autonomia das pessoas; atendimento às necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum dos trabalhadores cooperados; e uma gestão coletiva e democrática;

<sup>176</sup> Moer plásticos e fundir o alumínio, por exemplo;

<sup>177</sup> O que lhe daria um *status* de sucateiro, com o único diferencial de que quem coordena é uma ONG;

Atualmente, com a estrutura<sup>178</sup> de que dispõe, o PR2000R vem conseguindo coletar, processar e comercializar, aproximadamente, 130 ton.mês<sup>-1</sup>. Ressalta-se que com a receita arrecadada, o PR2000R, atualmente, não conseguiria ser auto-suficiente<sup>179</sup>, ou seja, não “andaria com suas próprias pernas” sem os subsídios<sup>180</sup> que lhe são repassados.

Para agravar ainda mais o cenário, o convênio, entre a Entidade e a DRADS, terminou no final de 2005. Sendo que, a partir de 2006, o PR2000R somente retornará a receber recursos do Governo Estadual, se apresentar a Agência de Desenvolvimento Social (ADESÃO<sup>181</sup>), propostas de projetos, social e economicamente, viáveis.

Contribuindo um pouco mais para com este cenário, a atual administração pública não apresenta interesse algum em continuar subsidiando o PR2000R e nem de articular ações com o Programa “Reciclador Solidário”. A prioridade para a atual gestão pública é fortalecer, ampliar e dar visibilidade a este último programa.

Se todos estes, subsídios e apoios, realmente deixarem de existir, a receita do PR2000R, obtida, atualmente, por meio da venda dos materiais recicláveis, não será suficiente para saldar seus gastos.

A Entidade, que tem um dever social, onde seu principal objetivo é atuar no campo da reabilitação de pessoas com necessidades especiais, não deve assumir responsabilidades financeiras de uma proposta, que não vem ao encontro de sua finalidade principal.

Assim sendo, se o atual cenário não for mudado<sup>182</sup>, para um que apresente a prática do empreendedorismo como realidade, o PR200R em Piracicaba não se tornará uma proposta economicamente viável, devendo, em curto prazo, cessar suas atividades.

---

<sup>178</sup> 4 caminhões na coleta (com um ajudante), 25 pessoas contratadas (C.L.T.) para o processo de separação e prensagem; Numa central de triagem de, aproximadamente 2.500 m<sup>2</sup>;

<sup>179</sup> Arcar com as despesas necessárias de: salários (cada funcionário recebe R\$ 450,00, em média, mais cesta básica, almoço e vale transporte), encargos sociais, aluguel da central de triagem, telefone, Internet (provedor banda larga + speed), energia elétrica, água, materiais diversos (escritório, limpeza, higiene), EPI's, manutenção;

<sup>180</sup> Subvenção da SEDEMA e Convênio com a DRADS;

<sup>181</sup> Agência que subsidiará os Programas e Projetos, anteriormente subsidiados pela DRADS;

<sup>182</sup> Onde a falta de estrutura técnica e administrativa é uma constante;

### 6.3 O Catador

*“O que mata o jardim...é a indiferença de quem passa por ele.”*

(Mário Quintana)

Catando materiais, que se tornarão fonte de sua subsistência, os Catadores estão por todos os lugares. Pelas ruas, do centro ou da periferia, cumprem longos percursos, ladeira acima e abaixo.

De maneira geral, começa seu trabalho cedo<sup>183</sup>, empurrando<sup>184</sup> o seu carrinho. Trabalha durante horas, de sol a sol, fuçando lixo que para a sociedade não tem mais valor.

Possuem as mãos judiadas pela árdua tarefa diária, porém habilidosas para se separar materiais recicláveis dos restos descartados pela sociedade (Figura 12 – ANEXO B).

Cabisbaixo segue, procurando produtos que possam ser aproveitados, dentre as sobras da sociedade, objetos como o alumínio, papelão, ferro, papel, que serão transformados posteriormente no pão, não o pão certo de cada dia, mas daquele dia.

É despido de pudor ao manipular sacos de lixo, pois é dali que sairá os proventos de sua sobrevivência. A maioria, não tem face, sempre andam curvados, silenciosos, com olhar mais atento ao chão, às lixeiras, do que ao que ocorre em volta, são, portanto, anônimos e invisíveis para a sociedade.

Anda rápido, não pode perder tempo. Na verdade sua presença embora útil, incomoda e tira a “beleza” da paisagem, impelindo-o a trabalhar com discrição.

Eventualmente levanta a cabeça para secar o suor, e segue seu rumo, alguns têm a companhia de familiares<sup>185</sup> ou mesmo de um cão. Trabalha muito para alcançar a cota mínima necessária à sobrevivência diária.

São, na maioria dos casos, pessoas analfabetas ou semi-alfabetizadas, que, desempregadas e sem formação, acabam por deixar de alimentar expectativas quanto a melhorias futuras em suas vidas.

---

<sup>183</sup> Tanto no que se refere à idade, quanto ao horário da manhã;

<sup>184</sup> Então é impossível não associar o termo com desdobramentos igualmente depreciativos, como animal de carga, burro, puxador, o homem do saco (temido pelas crianças);

<sup>185</sup> Na maioria de vezes são crianças e jovens acompanhando seus pais;

Por conter também restos de material orgânico (restos de comida), onde microrganismos e outros seres<sup>186</sup> transmissores de doenças encontram um meio adequado para sobreviverem, os Catadores se expõem ao risco de contraírem diversas doenças (Figuras 2 e 12 – ANEXO B).

É neste nicho, expondo-se a riscos, que estas pessoas humildes, desempregadas e de baixo nível escolar catam materiais recicláveis, praticando uma atividade alternativa de trabalho ainda não, verdadeiramente, reconhecida pela sociedade.

*“...é com este trabalho que crio meus três filhos...tem mês que é apertado, mas dá pra viver”*  
(Sr. Pedro, 54 anos).

A rejeição que o trabalho de catação causa nas pessoas, tem possivelmente uma origem cultural, não há como negar que a atividade de catar “lixo” foge dos padrões habituais aos quais recorremos para qualificar como trabalho. A princípio, o próprio ambiente onde se desenvolve é polêmico.

Se para quem está fora, o trabalho com o “lixo” é humilhante, para quem está dentro, ele representa, sobretudo, uma opção: ter honra e garantir o sustento de suas famílias.

Os Catadores, as vezes, encontram objetos que consideram reaproveitáveis para o uso pessoal, preocupam-se em separar o que tem valor de uso dos que são para a venda.

*“...consigo coisas que nunca poderia comprá...encontro ropa boa...já achei até relógio bom jogado fora...”*  
(Sr. José, 30 anos).

Alguns têm consciência de que o trabalho que desempenham colabora com o serviço público de coleta e isso faz com que sintam trabalhadores importantes. Comenta um deles:

---

<sup>186</sup> Moscas, ratos, baratas;

*“Cê sabe que com a nossa ajuda, a prefeitura economiza?...Óia quanto eu tô catano!...Junta isso todo o dia...então, se fo ve, nós é qui fazemo a coleta...e de graça”*  
(Sr. Claudedir, 30 anos).

O ato de coletar recursos que servirão para a sua subsistência é considerado, em ecologia humana, como forrageamento. Kormondy e Brown (2002) consideram que esta atividade, de subsistência, é dependente apenas de recursos alimentares não cultivados, que serão a base do suprimento alimentar.

No caso dos Catadores, eles não coletam o alimento em si, porém, este virá, consecutivamente, dos materiais recicláveis que coletar, após a sua comercialização.

Há, aproximadamente, 12 mil anos atrás, todos os humanos eram caçadores-coletores; hoje, fazendo-se uma analogia, pode-se classificar os humanos dos centros urbanos que coletam materiais recicláveis para “sobre-viver”, como “Catadores-Coletores”.

Uma peculiar característica entre estes trabalhadores, é que muitos têm ascendência ou são migrantes da região norte e nordeste do Brasil. Estas pessoas vieram atrás de oportunidades de emprego e, por não se enquadrarem no perfil que as empresas necessitam, como por exemplo, um mínimo de escolaridade que um operário deve apresentar, acabam encontrando na catação de materiais recicláveis, um meio honesto de “sobre-viver”.

A média da faixa etária é de 50 anos. Porém, destacam-se Catadores com mais de 60 e, até mesmo, com mais de 80. Entre os Catadores, 68% é constituído por homens, a maioria declara ser casado (82%), porém, parte destes (14%), não estão legalmente unidos, moram juntos, são amasiados e, outra parte (4%), tem os seus cônjuges já falecidos.

Possuem em média 2 filhos, porém encontra-se casais com até 4 filhos. A proporção de casais que não possuem filhos é de 22%, índice considerado alto para a nossa população, refletindo certo grau de “consciência”<sup>187</sup>, como relata um deles:

---

<sup>187</sup> Não foi relatado qual método contraceptivo é utilizado;



*“já tá difícil se sustentá...mais gente pra passá as necessidade das coisas...a gente se vira!...o pequeno, vai dependê de nós...e aí?”*

(Dona Cidinha, 32 anos).

Dentre os Catadores, um grupo despertou particular interesse, o das mulheres<sup>188</sup>. Elas, além do trabalho de catação, se vêem obrigadas, como a maioria das mulheres brasileiras, a conciliá-lo com os afazeres domésticos. Acrescenta-se a este fato, a luta para conquistar espaços dentro de um universo extremamente machista, no qual estão inseridas, tendo que ceder, em várias ocasiões, seus territórios de coleta aos Catadores homens.

*“otro dia memo, tinha uma porção de papelão, sabe daqueles do bom [se referia a um tipo papelão mais grosso]...quando estava arrumano a carga do carrinho pra podê pegá os papelão...um otro Catadô [homem] já chegou e foi recolheno tudo...Não falei nada né?...Eles não respeita as mulher...”*

(Dona Joana, 42 anos).

Wilson (1981) relata que para os animais, os territórios têm um "centro invencível", o indivíduo residente defende o território muito mais vigorosamente do que os intrusos que tentam usurpá-lo, e como resultado, o defensor, geralmente, vence. É como se ele tivesse uma "vantagem moral" sobre o invasor.

Porém neste caso, a Catadora, não conseguiu proteger seu território e recurso, pois, com certeza ela era muito menos vigorosa que o intruso, o mais correto foi o que ela fez, deixou de lutar pois o retorno não compensaria o desgaste no conflito.

Estas trabalhadoras merecem respeito em qualquer âmbito da nossa sociedade, pois, antes de serem Catadores, são mulheres, esposas, donas de casa e a maioria é mãe.

---

<sup>188</sup> 32%;

Em certas ocasiões, algumas mulheres nem deixam o papel de mãe para exercer o de catação, levam os filhos pequenos com elas. Uma das mães que “às vezes” leva o seu filho de 8 anos, disse:

*“Se dexá em casa é pior...não tem ninguém pra tomá conta...É melhor vim comigo que ficá sozinho...Assim evita que elas se envolvam com pessoas ruins...Ichi !! Lá onde moro, o que não falta é desocupado prá faze coisa errada”*  
(Dona Joana, 42 anos).

Algumas mães conseguiram vagas em creches do município, onde deixam seus filhos pequenos. No horário em que eles ficam na creche, elas saem para realizar a catação.

Familiares dos Catadores, em geral, estão incluídos em programas sociais do governo. Porém, esses programas têm servido apenas como medidas paliativas, oferecendo condições que não favorecem a promoção social, ou seja, programas assistencialistas, que não resolve a situação dessas pessoas.

Estes programas acabam, criando um vínculo de dependência assistencial, processos que pode se chamar de assistencialismo tutelar, tipo de relação que permite à pessoa continuar levando uma vida na condição de miserável e excluída.

Em geral, por depender desses programas que não contribuem para a sua autonomia e emancipação, estas pessoas jamais irão realizar o gosto de liberdade, de poder cuidar de si mesmos, mantendo, assim, essa numerosa categoria de sub-cidadã, de excluídos.

A situação de escolaridade encontrada na realidade dos Catadores (Tabela 10) configura um quadro evidente de que estes não tiveram acesso ao ensino. Ou seja, não tiveram a oportunidade de freqüentar uma escola ou continuar os estudos. Com isso, na atual conjuntura socioeconômica, ficaram impossibilitados de integrar ou mesmo retornar ao mercado formal de trabalho, prejudicando assim, o exercício pleno de sua cidadania.

Tabela 10 - Situação dos Catadores em relação à escolaridade

<b>Escolaridade</b>	<b>%</b>
Analfabeto	31,9
Ensino Fundamental I – incompleto <sup>1</sup>	50,0
Ensino Fundamental II- completo <sup>2</sup>	13,6
Ensino Médio – imcompleto <sup>3</sup>	4,5

Fonte: Cadastros dos Catadores PR2000R – Setor Social

Nota: <sup>1</sup> 1ª a 4ª série do antigo primário;

<sup>2</sup> 5ª a 8ª série do antigo ginásio;

<sup>3</sup> 1ª a 3ª série do antigo colegial.

Esta realidade mostra que os Catadores, em sua simplicidade, são pessoas, em sua maioria, sem conhecimentos formais. A, quase que, exclusiva fonte de informação deles, é a televisão. Sabem sobre novelas, fofocas de pessoas famosas, quem vai ou não ganhar o *Big Brother Brasil* (BBB), mas, conhecimentos sobre nutrição, saúde, hábitos de higiene, qualidade de vida, direitos e deveres, cidadania, não se expressam em suas falas, corpos, moradias ou atitudes.

A maioria nem “existia” junto ao governo federal, passaram a “existir” após regularização realizada pelo PR2000R junto ao cadastro nacional de pessoa física (CPF).

O ambiente familiar encontrado, de miséria total, onde as crianças se apresentaram com aspecto de subnutridas, não fornece nenhum estímulo para a permanência das mesmas na escola. Os pais demonstraram interesse na continuidade do estudo de seus filhos e viam na educação uma possibilidade de transformação da realidade. No entanto, havia uma grande necessidade de complementar a renda familiar.

Alguns Catadores alegam que o trabalho de catação de materiais realizado por esses menores, acontece, justamente por este motivo, a falta de condições básicas e de perspectiva em suas vidas.

*“Teve uma vez que uma Dona [Assistente Social] da prefeitura me avisou que o menino não podia trabalhá comigo...tinha que tá na escola... prefiro que meu filho esteja catano papelão...que ficá*

*pela rua vadiando..se envolveno com droga e com roubo...na escola ele estava andano com uns muleque ladrãozinho”*

(Rogério, 23 – Catador da região central)

Algumas crianças que freqüentam a escola, inseridas em programas como o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atuam também na catação de materiais ou separando os mesmos em suas casas, no período posterior às aulas.

A necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar pode ser considerada como uma das principais causas da repetência e de evasão escolar.

A falta de instrução e as baixas condições de vida, apresentada pela maioria dos Catadores, leva alguns a fazer o uso contínuo de drogas, principalmente o álcool.

Estes problemas também são comuns em outros grupos sociais, no entanto, o clima de miséria aliado à moradias precárias<sup>189</sup>, cria um ambiente extremamente favorável ao desenvolvimento da violência doméstica.

Foram vários os relatos de mulheres vítimas de violência doméstica por parte de seus que encontram no consumo de bebidas alcoólicas um jeito de fugir da realidade miserável que vivem.

*“Foi feio viu...cê sabe que ele premeditô...Ele preparô a bala, deixô ela num líquido...acho que era veneno!...Ele tinha cinchumes de eu sair pra reunião [encontros quinzenais do PR2000R]...Me deu o tiro é foi ali [apontando para a porta da cozinha]...bem ali! A bala entrô por aqui [mostrando a testa] e não saiu não!...Ela tá aqui dentro...Naquela hora, eu pedi a Deus pra não me levá...Tenho ainda uma pequena para criá!...Os médico faloro que, eu vivi foi por milagre<sup>190</sup> ...”*

(Dona Esperança, 58 anos).

<sup>189</sup> Há famílias de Catadores formadas por 5 ou mais pessoas e , às vezes, com agregados (conhecidos que não tem onde morar), habitando em moradias de 2 ou 3 cômodos;

<sup>190</sup> Este fato ocorreu em 2001. O marido foi detido, julgado e condenado. Está cumprindo pena em regime fechado e, segundo informações, até 2007 ele já estará solto. Voltará para a casa!;

### 6.3.1 Onde e como moram

Os Catadores moram em bairros periféricos que apresentam alto índice de exclusão social, destacando-se: Bosques do Lenheiro, Jardim Esplanada, Monte Líbano, Nova Suíça, Novo Horizonte, Tatuapé e Vila Cristina.

Um fator comum, entre os Catadores, é que são arrimos<sup>191</sup> de família, normalmente são, apenas, eles que mantêm o sustendo da família.

Em alguns casos, devido às grandes distâncias entre o seu território de coleta, o centro da cidade, e suas moradias, às vezes por alguns dias, alguns acabam por pernoitar nos próprios depósitos de sucatas, ou, muitas vezes dormem nas ruas, sob seus carrinhos, forrando o chão com papelão.

Morar em depósitos, mesmo que temporariamente, é uma das piores condições de vida para este trabalhador. Pois, além de dormirem em locais sem nenhuma condição de higiene, uma forte relação de dependência<sup>192</sup> passa a existir, o que contribui para que a sua margem de negociação com o sucateiro, na venda de seus materiais, seja nula, independente de quais fossem os valores de compra praticados pelos demais depósitos de papel da região.

Dentre os Catadores que compõe o grupo estudado no presente trabalho, somente um Catador possui se apresentou com sendo morador de rua:

*“não tenho família aqui!...já morei com um pessoal numa casinha lá no Monte Líbano [bairro periférico com alto índice pobreza]...não deu certo!...no abrigo da prefeitura, tem gente que tem tuberculose...não gosto de ficá lá...então, acabo dormino pela rua mesmo...agora eu tô ficano ali no banco luso brasileiro [região central de Piracicaba]...passa lá “na minha casa” qualquer noite dessa pra gente conversá”*  
(Sr. Lourival, 57 anos)

<sup>191</sup> O Catador é a única pessoa responsável pelo amparo e sustento à família;

<sup>192</sup> Segundo o acordo firmado o Catador somente venderá seus materiais para o sucateiro que lhe sede a “pousada”;

Alguns Catadores que moram distantes e voltam para suas moradias à noite, acabam deixando, no centro da cidade, seus carrinhos. Para efeito de segurança, eles ficam acorrentados com cadeado em garagens de lojas ou de super mercados onde coletam, ou em postos de combustíveis. Se preocupar, com a segurança e integridade de seus pertencentes, também é uma constante na vida destes trabalhadores.

Suas moradias, geralmente, se encontram em áreas irregulares<sup>193</sup> ou de grandes riscos à saúde e à vida de seus moradores.

Conforme mostra a tabela 11, a maioria das casas é de propriedade dos próprios Catadores. Porém, boa parte ainda, por estarem em áreas que foram tomadas e invadidas, há muitos anos atrás, não possui documentos da propriedade. A permanência provisória se tornou permanente, o local se transformou em bairro com certas condições de infra-estrutura e agora a prefeitura está “regularizando” a situação irregular destes moradores.

Tabela 11 - Situação dos Catadores em relação à moradia

<b>Moradia</b>	<b>%</b>
Própria <sup>1</sup>	41
Própria <sup>2</sup>	27
Alugada	9
Cedida <sup>3</sup>	18
Morador de Rua <sup>4</sup>	5

Fonte: Cadastros dos Catadores PR2000R – Setor Social

Nota: <sup>1</sup> Moradia em alvenaria, sem reboco e algumas terminadas até a laje (sem telhas), em média de 3 cômodos;

<sup>2</sup> Igual a anterior, só que localizadas em áreas invadidas (áreas verdes);

<sup>3</sup> Dividem com amigos e ou parentes a mesma moradia (com as mesmas características das anteriores);

<sup>4</sup> Pernoitam sob as marquises de lojas no centro da cidade.

Apesar de 41% residirem em “moradias” próprias, cabe ressaltar estas se encontram em estado muito precário de conservação e higiene.

Moram em lugares de riscos, expostos ao perigo tanto de desmoronamentos e enchentes, quanto a perigos de contraírem doenças, pois em algumas moradias as pessoas conviviam diretamente em contato com o esgoto e “lixo”. Trata-se de locais

<sup>193</sup> Lotes não regularizados pela prefeitura (Áreas Verdes), Área de Preservação Permanente;

que, popularmente, são conhecidos como favelas, a alternativa, ou a única opção para estes excluídos.

Para identificar a moradia de Catador não é difícil, pois todo o material recolhido<sup>194</sup> na região próxima é armazenado em sua moradia (Figura 13 – ANEXO B). Não compensa conduzir o carrinho cheio até o local de venda, e não tendo outra forma de armazenamento, como um barracão para proteger, com exceção de algumas moradias, o material, até ser recolhido pelo sucateiro, fica exposto à ação do tempo, perdendo valor.

O material coletado vai sendo acumulado até que tenha uma boa quantidade para comercializar. O aspecto visual das casas dos Catadores se torna degradante pela má acomodação do material reciclável, e pelo rejeito que fica espalhado no terreno.

Estas sobras, o rejeito que não será útil, na maioria das vezes é jogado em terrenos baldios próximos, deixando sempre um aspecto sujo, condições possibilitam a proliferação de vetores de diversas doenças.

Em visitas às moradias, foram detectados dois tipos de problemas: aqueles causados pela ação do homem no meio ambiente natural<sup>195</sup> e aqueles causados pelos próprios fenômenos naturais, como a chuva, onde a natureza já degradada pela ocupação desordenada, gera outros problemas.

A precariedade das construções, a coabitação, a insalubridade no entorno das moradias, devido a carência de saneamento básico<sup>196</sup> são outros fatores problemáticos que contribuem para o aumento do risco de acidentes e de diversas doenças (Figuras 13, 14 e 15 – ANEXO B).

Os Catadores vivem nestas condições, de exclusão, constituem uma grande parcela da nossa população, distanciada cada vez mais dos padrões mínimos para sua sobrevivência e constituição como sujeito político, como cidadão no pleno exercício de sua cidadania.

---

<sup>194</sup> Nas residências, comércios e indústrias;

<sup>195</sup> Ocupação desordenada, descarte irregular de resíduos;

<sup>196</sup> Coleta de lixo regular, rede de coleta de esgoto;

Estes contrastes urbanos visíveis sintetizam tanto problemas sócio-ambientais mais típicos do subdesenvolvimento<sup>197</sup>, quanto àqueles indicativos do desenvolvimento econômico capitalista, como poluição do ar ligada à industrialização e o aumento da frota de veículos automotores.

### 6.3.2 Comercialização e composição da renda

*“...não sei se está diminuindo os papelão, ou se tem mais catadô nas rua... Só sei, que a cada ano vem diminuindo bastante a quantidade que cato!... Mas, ainda dá pra ir levando!”*

(Sr. Lourival, 57 anos).

A oferta de materiais recicláveis para que os Catadores é alta, devidos a vários fatores, como: mudança nos hábitos de consumo da população, que passou a consumir uma maior quantidade produtos industrializados; alta concentração urbana e; falta de uma legislação ambiental que regulamente as atividades de um manejo adequado para os RSU e reciclagem.

Estes trabalhadores, desempregados e auto-empregados, que realizam o trabalho de catação urbana estão organizados no setor informal da reciclagem e atendem à demanda industrial por recicláveis.

O envolvimento das pessoas com a catação tem origem na necessidade de complementar a renda familiar e, em muitos casos, quando abandonadas por seus companheiros, a catação se transformou na única fonte de renda.

Trata-se dum fenômeno cada vez mais freqüente não apenas nos grandes centros urbanos, mas também nos pequenos e médios.

Porém, apesar desta oferta ser abundante, ela está dispersa, o que não induz a uma concentração de mercado suficiente para atrair os investimentos do capital organizado.

---

<sup>197</sup> Pobreza urbana, insalubridade das moradias, presença marcante de doenças ligadas à pobreza e a falta de higiene e saneamento;



No início do processo, no primeiro elo da cadeia de reciclagem, temos o mais fraco da corrente<sup>198</sup>, o Catador, que vendem o fruto de seu trabalho a um valor simbólico.

Devido à falta de informações, conhecimentos e de instrumentos necessários<sup>199</sup> para encontrar alternativas, os Catadores não possuem, praticamente, nenhum poder de negociação sobre preços do material coletado, dessa forma, nenhuma autonomia no processo de comercialização.

O mercado informal de reciclagem possui características específicas, com forte desequilíbrio entre a oferta e a demanda. É um mercado oligopsônico<sup>200</sup>, onde os compradores, que por possuírem forte influência, conseguem estipular o preço e a quantidade dos materiais a serem reaproveitados. (SERÕA da MOTTA; SAYAGO, 1998).

Em contraposição ao montante da oferta, a demanda por materiais recicláveis é constituída por poucos compradores e é segmentada em setores que podem ser divididos em dois grupos: o setor industrial e o intermediário.

No setor industrial, a falta de uma política ambiental de minimização de resíduos que regule o setor da reciclagem, faz com que apenas uma parcela das indústrias, com interesse econômico e comercial, realize a demanda por materiais recicláveis.

Além disso, grande parte da demanda industrial por recicláveis é de responsabilidade de empresas que também realizam a extração da matéria-prima virgem, o que deixa este setor livre para estipular os níveis de recicláveis a serem reincorporados. É a demanda industrial que determina e regula as atividades, informais ou não, de reciclagem, incluindo o preço pago aos materiais recuperados.

Este preço varia, entre outros fatores, de acordo com o custo de extração da matéria-prima. Quanto mais alto for este custo, maior o valor atribuído ao material recuperado.

---

<sup>198</sup> Componentes da cadeia de reciclagem: Catadores, sucateiros, atravessadores e empresas recicladoras;

<sup>199</sup> Uma prensa; Um meio de transportar seus materiais;

<sup>200</sup> Economia de mercado que o número de compradores é bem reduzido;

Já, o setor intermediário da demanda por recicláveis é formado por trabalhadores que possuem determinados bens de capital, necessários tanto para o beneficiamento quanto para o armazenamento, garantindo as condições de quantidade e qualidade do material, estabelecidas pela indústria recicladora.

Muitos destes trabalhadores intermediários também atuam na informalidade e apesar de possuírem um montante de capital também realizam um trabalho precário.

Os Catadores atuam no início desta cadeia, são remunerados segundo critérios de produtividade, quanto mais catam mais ganham, sendo obrigados a prolongar a jornada de trabalho, às vezes, até o limite do esgotamento físico, além da competição incessante entre eles. Outro fator negativo<sup>201</sup> é a crescente valorização que a questão ambiental vem tendo dentro das empresas, que passaram a se organizar, diminuindo seus descartes de materiais recicláveis, diminuindo assim, a contribuição para os Catadores.

A latinha de alumínio é o material mais priorizado<sup>202</sup> pelo Catador, porém o mais difícil de encontrar, o plástico não é muito interessante devido apresentar uma baixa densidade<sup>203</sup>, portanto os papelões e as latinhas são os materiais preferidos.

No comércio dos materiais recicláveis, há a competição, expressa principalmente, na disputa pelo material de maior valor, no caso, as latinhas. Além disso, em nome da obtenção de um peso maior no material coletado e, conseqüentemente de um melhor rendimento, alguns Catadores recorrem a artifícios, como molhar o papelão ou colocar areia e pequenas pedras dentro de latas.

Em relação ao modo de coleta, dois grupos de Catadores, devem ser estabelecidos. O primeiro é o daqueles que coletam os materiais apenas nas proximidades de suas moradias e um segundo, é o formado por aqueles que realizam a coleta na área central do município.

---

<sup>201</sup> As empresas, buscando a Certificação Ambiental ISO 14.000, passaram a utilizar os recursos com maior consciência e responsabilidade, reaproveitando materiais e descartando, de forma adequada, uma mínima quantidade de resíduos. Assim, como não se disponibiliza mais os materiais para os Catadores, sob este aspecto, este fator pode ser considerado como negativo;

<sup>202</sup> Os Catadores dão preferência este material, pois chegam a receber R\$ 3,50 por quilo (1 quilo = 67 latinhas);

<sup>203</sup> Dizemos que um material tem baixa densidade, quando ele ocupa muito volume (espaço) e não pesa nada (pouca massa);

Aqueles Catadores que coletam nas proximidades de suas moradias, armazenam os materiais coletados nos quintais ou no entorno, até que se tenha uma boa quantidade para a venda. Como, na maioria das vezes, os materiais não ficam abrigados e nem são previamente separados, estes materiais acabam sendo, ainda mais, desvalorizados.

Quando acumulam uma quantidade considerável, o comprador (sucateiro) vai até a moradia do Catador com um veículo, retira os materiais. Ao chegar ao depósito (Figuras 4 e 16 – ANEXO B) faz a pesagem do material, calcula o valor equivalente e realiza o pagamento ao Catador.

Aqueles que coletam na região central, sempre que estão com seus carrinhos cheios, dirigem-se a um sucateiro mais próximo e comercializa os materiais, da mesma forma que os anteriores. Quando há vínculo<sup>204</sup> do Catador com um sucateiro, com a entrega dos materiais, após carregarem o carrinho, eles caminham até o depósito do sucateiro com quem tem o acordo, para realizar a venda.

Entre as situações de dependência do Catador, conforme relatado anteriormente, morar em depósito é pior delas. Nesta relação, o Catador é pressionado, pelo sucateiro, pela quantidade de material que deve ser entregue e, ainda mais, o trabalhador não tem qualquer possibilidade de negociação, independente de quais fossem os valores de compra praticados pelos demais sucateiros. Em alguns casos, o Catador tem, até, que contribuir com uma taxa para dormir e usar as dependências<sup>205</sup> do depósito. Este tipo de vínculo torna o sucateiro, o seu “Senhor”.

Como as condições de moradia nos depósitos apresentavam pouca liberdade, privacidade, conforto e, além do mais, nenhum respeito ao Catador, alguns, acabam reagindo, a essa situação de pressão e exploração vivida, enganando<sup>206</sup> o seu “Senhor”. São comuns os comentários a respeito da prosperidade financeira dos Sucateiros.

---

<sup>204</sup> O Catador, que não possui carrinho para realizar as coletas, acaba fazendo um acordo com um sucateiro, que empresta o carrinho com a condição de que o Catador entregue, somente, para ele (sucateiro) todos os materiais coletados;

<sup>205</sup> Sem nenhuma higiene ou outra condição salubre;

<sup>206</sup> Molhando ou colocando barras de ferro no meio do papelão, enchendo algumas latinhas de areia antes da pesagem;

*“O home [sucateiro] tá cada vez mais enricano...tem casa de aluguel espalhada pela cidade...tá sempre com carro novo... paga uma micharia para nós...enriquece fácil...as nossas custas...”*

(Sr. Pedro, 54 anos).

Para o repasse do valor ao Catador, cada tipo de material é pesado<sup>207</sup>, alguns Catadores preferem receber no ato da entrega, outros recebem semanalmente.

A relação de exploração das quais os Catadores são vítimas, são visíveis, além do vínculo, que muitos Catadores matem com um sucateiro, lhe obrigando a vender os materiais somente naquele depósito, os preços que lhes são pagos<sup>208</sup> por um quilo de material reciclável não ultrapassa 40% do valor que, posteriormente, os mesmos serão vendidos às empresas recicladoras.

Calderoni (1997) estimou que o sucateiro adota a seguinte prática "distributiva": do valor recebido da venda de material para o aparista<sup>209</sup>, 30% é para custear a manutenção do negócio, 30% é a sua margem de lucro, e 40% é utilizado para pagar os Catadores, que normalmente são muitos. A estimativa do valor pago pela indústria ao aparista requer dados não disponibilizados no mercado, também por tratar-se de uma economia submersa e informal.

Desta forma, o Catador acaba sustentando, várias outras pessoas, além daquelas da sua família, pois vende para um sucateiro, que, às vezes, vende para um outro sucateiro maior que, finalmente, vende para uma indústria recicladora.

A renda mensal, alguns chegam a atingir aproximadamente R\$ 800,00. No entanto, trata-se de uma exceção<sup>210</sup>, pois estes moram perto da região central, próximos aos pontos de coleta, conseguindo realizar diariamente, até três viagens ao

---

<sup>207</sup> São aferidas as massas (kg);

<sup>208</sup> Em todos os depósitos. Aqueles com vínculo chegam a receber até menos pelos materiais;

<sup>209</sup> Sucateiro maior (terceiro elo da cadeia), que compra do sucateiro menor, que, por sua vez, compra do Catador;

<sup>210</sup> Não forma um número significativo;

depósito. A média dos demais permanece entre os R\$ 150,00 e R\$ 400,00 mensais, que, considerando o ganho maior, não chega a ser um salário mínimo<sup>211</sup> e meio.

Aquele que dispõe de espaço próprio, no quintal da sua moradia, para depositar o seu material, tem a possibilidade de vender para o aparista e não mais para o sucateiro, obtendo desta forma melhor preço, uma vez que consegue "pular" um atravessador do ciclo e receber valor aproximado ao pago para o sucateiro.

Entretanto, a maioria dos Catadores desconhece a destinação final dos materiais recicláveis que coletam, ignoram quais são as firmas que realizam a reciclagem, onde estão localizadas, quais os preços de vários produtos no mercado e os melhores<sup>212</sup> períodos para comercialização.

O nível econômico dos Catadores é extremamente baixo, para complementar a renda familiar, alguns estão, ou tem familiares, inseridos em programas<sup>213</sup> do governo, outros recebem doações da comunidade e, tem aqueles, ainda, que fazem trabalhos<sup>214</sup> extras.

O DIEESE (2006c) considera, de acordo com o Decreto lei 399, que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, estabelecendo que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional. Esta cesta deve ser suficiente para o sustento e bem estar do trabalhador e de sua família, por um período de 30 dias, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo.

O custo de uma Cesta básica em São Paulo, segundo o DIEESE (2006e), é de R\$ 183,43 e, para que um trabalhador, que recebe salário mínimo, consiga arrecadar este valor, ele precisa trabalhar 134h 31m.

O Salário Mínimo Necessário calculado mensalmente como uma estimativa do que deveria ser o Salário Mínimo vigente, pode ser, também, um instrumento utilizado

---

<sup>211</sup> Atualmente em R\$ 300,00. Segundo o DIEESE (2006d), salário mínimo necessário é aquele que de acordo com o preceito constitucional (D.L. no 399 art. 2º e, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil) seja capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família (dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto), como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Devendo ser reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo;

<sup>212</sup> Para o papelão, o valor é bastante reduzido entre outubro e março, devido a alta oferta deste material;

<sup>213</sup> Bolsa Família, Bolsa Escola, PETI, Ação Jovem e Renda Cidadã;

<sup>214</sup> Atividades pontuais, chamadas de bicos, como: pedreiro, eletricista, encanador, capinador e outras;

pelos sindicatos de trabalhadores para denunciar o descumprimento do preceito constitucional, que estabelece as bases para a determinação da menor remuneração que vigora no país (DIEESE, 2006e).

Portanto, com o que recebem da venda dos materiais, estes trabalhadores, mal conseguem oferecer a sua família uma alimentação básica, ficando as outras necessidades, como moradia digna, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, consideradas supérfluas, artigos de luxo.

Sua renda lhes obriga a fazer uso intenso das poucas roupas que têm, ou ainda daquelas que ganham ou encontram no lixo. Por mais que lavem as roupas elas sempre apresentarão aspecto de sujas por motivos óbvios: são roupas bastante desgastadas e que a atividade em si as sujam, afinal a manipulação do material para o acondicionamento no carrinho exigem contato com o material.

### **6.3.3 O território dos Catadores**

Como em qualquer outra cidade, as ruas centrais concentram um enorme número de estabelecimentos comerciais e de serviços e, com isso, o trânsito de veículos é intenso e as pessoas andam apressadas.

Assim, a rua é um espaço público, onde transitam pessoas<sup>215</sup> que, também, pode ser considerada como o espaço de trabalho para muitos, é, também, o território dos Catadores, onde o seu nicho é realizado, ou seja, o que coleta, quanto coleta, quando coleta e onde coleta.

Em populações humanas, para se entender o comportamento de coleta, o conceito de nicho tem sido bastante útil nos estudos de subsistência humana (HARDESTY, 1975).

Pode-se considerar que os movimentos dos Catadores são movimentos socioterritoriais, uma vez que estes também disputam entre si territórios que os forneçam materiais recicláveis, onde o conflito está presente.

---

<sup>215</sup> Pedestres, Motoristas, Ciclistas, Motociclistas, Carroceiros, Catadores;

Entre os Catadores, a exclusão, a negociação são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquistas de territórios.

De acordo com Odum (1988), a competição intensa intra-específica, limita o crescimento por meio do controle sobre a utilização do espaço, a territorialidade então é como um mecanismo estabilizador da densidade de uma população em nível inferior ao da saturação.

Segundo Wilson (1981) a territorialidade é uma das variantes do comportamento agressivo, quer direta, pela defesa aberta, quer indiretamente por meio de avisos. Ainda segundo este autor, entre os animais, os territórios têm um "centro invencível", o território é defendido muito mais vigorosamente por aqueles que lá se encontram do que pelos intrusos que tentam usurpá-lo, e como resultado, o defensor, geralmente vence; é como se ele tivesse uma "vantagem moral" sobre o invasor.

Uma invasão no território, ainda que accidental, pode vir a ser considerada uma declaração de guerra. A defesa do território pode ocorrer por meio de sanções sociais, eventualmente, reforçadas por ameaças e ataques (WILSON, 1981).

Segundo Gonsalvez (1997), controlar um lugar significa, antes de tudo, estar vinculado a uma área e ter um território reconhecido para a exploração de seus recursos, como é o caso dos Catadores de materiais recicláveis.

*“Cê que num fica eperto não...os otro qué te furá o olho...eu tenho as loja que já separa pra mim...mais é direto, neguinho querendo faze a cabeça dos otro pra ganhá seu ponto”*  
(Sr. Rogério, 23 anos)

*“O pessoalzinho aqui até que se respeita...cada um já sabe qual é a área do otro...a gente não troca muito idéia [não se conversam muito]...mas todo mundo flagra todo mundo...já vi*

*briga onde o otro puxô a faca e foi pra cima...porque o lugá onde ele sempre para o carrinho [carroça com cavalo] já tava ocupado por outro catadô...Se respeitá, não tem treta [briga]”*

(Sr. Augusto, 25 anos)

Ao percorrer a área central, no finalzinho da Tarde<sup>216</sup>, percebe-se que cada um já toma posse de um determinado território. Uns vão ajuntando os papelões perto da esquina para ficar mais fácil para depois recolher com o carrinho. Aqueles que têm a carroça chegam mais cedo para pegar uma vaga estratégica, e estacionar.

Assim que termina o expediente do comércio, todos já estão atuando, são rápidos e experientes ao minimizar o volume em seus carrinhos para que mais materiais recicláveis possam caber.

As disputas entre Catadores por territórios os levaram ao estabelecimento de regras de convivência: “não se deve coletar materiais em ponto que pertence a outro”. Desrespeitar o existente e velado “código de ética e convivência” destes trabalhadores, pode significar, até mesmo, a expulsão daquele território.

Estas relações evidenciam que estas pessoas estão agindo dentro dos comportamentos esperados, de qualquer espécie, lutar pelo território e garantir a subsistência.

Além de Catadores, outras pessoas utilizam a rua como sendo também seu território, onde desenvolvem suas atividades, entre eles, destaca-se: os vendedores ambulantes, os artistas, guardadores de carros, entregadores de panfletos, ciclistas, motoqueiros, motoristas de automóveis e outros<sup>217</sup>.

Ao transitar pelo com seus carrinhos, os Catadores são “tolerados” pelos condutores de automóveis, normalmente, o Catador realiza seu trajeto de forma estratégica e cuidadosa. (Figura 17 – ANEXO B).

Se os Catadores andam com seus carrinhos numa determinada velocidade, permitindo que o trânsito flua, até que passam despercebidos, pois não incomoda.

---

<sup>216</sup> Mais ou menos pelas 17:00 h;

<sup>217</sup> Ladrões, traficantes e prostitutas;



Se o Catador anda vagarosamente, o trânsito fica também lento. Ele sempre tenta conduzir seu carrinho o mais próximo possível do meio fio, mas, como na região central, os dois lados da rua são utilizados pelos motoristas como estacionamento, o Catador é obrigado a caminhar ocupando parte da rua. Assim, os veículos têm que diminuir sua velocidade, provocando, às vezes, certo congestionamento, onde, nem sempre, os condutores dos veículos, têm a paciência de esperar o momento oportuno para ultrapassar o carrinho.

Quando transitando, uma eventual parada é necessária, a fim de coletar algum material interessante, neste sentido o incômodo aos motoristas aparece. Desvios repentinos, às vezes, são possíveis, porém a condição para que o motorista possa tocar, novamente, seu veículo, aparece após algum tempo de espera, para que o Catador colete os materiais, manobre e retome sua tocada em frente.

Nas ruas, o Catador se encontra, permanentemente, atento, se sente incomodando o fluxo “normal” da dinâmica urbana, por outro lado, há Catadores que desempenham suas atividades, sem se preocupar com a intolerância de algumas pessoas.

*“...Não posso fazê nada.... tem motorista que é paciente, mas tem uns que até xinga a gente...buzina...Eu não tô nem aí!..Eu respeito as pessoa, as bicicleta e os carros...mas tem uns motoristas que se pudesse, passava em cima da gente”*

(Sr. Pereira, 58 anos).

*“Um dia eu vinha subindo uma avenida, tava o máximo encostado...de repente uma caminhonete, apressada, tentou passá um outro carro que também subia...Aí sobrô pra mim...fui prensado...machuquei um pouco...o pió foi o pé...até hoje, ainda não tá bom”*

(Sr. Lourival, 57 anos).

*“Tem uns que estão veno a gente passá, mas tocam o carro em cima, pra gente pará e deixá eles passá primeiro...acho falta de respeito...mas, vamo levando, né”*  
(Dona Maria do Carmo, 50 anos).

*Estou trabalhano...às vezes parece que eles [motoristas] não vê isso...”*  
(Sr. Pedro, 54 anos).

Não bastasse o "não-espaco" da cidade para o Catador e seu carrinho, ainda há, devido à aparência que muitos têm<sup>218</sup>, olhares que o confundem com: desocupados, andarilhos, pedintes e marginais.

#### **6.3.4 Suas dificuldades**

As condições básicas de vida como acesso a saúde, a alimentação e a educação estão cada vez mais difíceis de serem alcançadas pelas famílias dos Catadores. Pode-se dizer, que as energias pessoais de toda a família se concentram na meta de continuar a “sobre-viver”, consumindo-se cada vez mais horas de trabalhos em busca de um ganho extra. Horas que, são subtraídas de outras ações<sup>219</sup>, que poderiam contribuir para a sua formação como cidadão.

A população economicamente ativa goza de respeito e privilégios na sociedade, por outro lado, o que existe para os Catadores é um cotidiano de trabalho árduo e de não reconhecimento. Estes indivíduos, aspirantes a cidadãos, acumulam rótulos e estigmas, que os desqualificam cada vez mais, tanto como pessoas, quanto para a vida em sociedade. Condições, que podem interferir diretamente na saúde, reduzindo, continuamente a qualidade de vida destas pessoas.

---

<sup>218</sup> Sujos, mau cheirosos, com roupas velhas, às vezes descalços;

<sup>219</sup> Ir a escola; participar de eventos sociais; praticar o lazer; se reunir com a família e amigos.

Sobre as dificuldades enfrentadas no processo, 80% dos Catadores, relata que entre as encontradas estão: o preço pago (muito baixo) pelo material (40%), o trânsito (30%); puxar o carrinho, principalmente em ladeiras (20%) e o tempo<sup>220</sup> (10%).

Apesar de ser uma atividade que requer muito esforço físico, alguns, talvez seja pelo fato de estes, já trabalharem há muito tempo na atividade de catação, ou mesmo por encararem a atividade como aquela única que sustenta sua família, relataram não ter dificuldades para puxar seus carrinhos.

Devido ao trabalho exaustivo de catação, privação de recursos mínimos necessários<sup>221</sup>, descanso inadequado, baixa auto-estima, enfim, condições de vida que não propicia bem estar e felicidade, aproximadamente a metade dos Catadores apresentam queixas devido ao comprometimento de sua saúde (Tabela 12).

Tabela 12 - Problemas relacionados à saúde dos Catadores

QUEIXAS	%
Dores na Coluna	28
Dor de estômago	7
Tonturas	8
Dor de Cabeça	10

Fonte: Cadastros dos Catadores do PR2000R.

Outro grupo de Catadores (43%), apesar da falta de condições salubres e seguras apresentadas, não reclamaram de nenhuma dor ou falta de saúde.

*“Não posso reclamá não! Só tenho que agradecê a Deus por podê trabalhá...De veis em quando, me sinto cansado...mais trabalho não mata não!...Nunca que fiquei doente!...Tenho saúde de ferro!”*

(Sr. Ariovaldo, 80 anos).

<sup>220</sup> Chuva e sol forte (Figura 18 – ANEXO B);

<sup>221</sup> De alimentação e higiene;

*“Pra mim não tem tempo ruim, com sol ou chuva eu saio pra coletá...Às vezes, quando o sol tá muito forte, dou uma paradinha...carrego minha garrafa d’água...sempre tenho minhas banana...Assim, toco direto o dia todo...Não reclamo de nada tano com saúde!”*

(Sr. Pedro, 54 anos).

Netting (1986), ressalta que uma das necessidades primárias dos coletores é a sua flexibilidade<sup>222</sup>. Os recursos podem variar consideravelmente de um local para outro ou de uma época para outra, devendo o organismo se adaptar a essas flutuações. Em muitas culturas de caçadores-coletores, os bandos na verdade formam unidades sociais bastante fluidas, que tanto podem desfazer-se como reagrupar-se conforme surjam as necessidades.

Segundo Wilson (1994), qualquer alteração no padrão de comportamento que ocorra e se mantenha na espécie, pode melhorar as chances de um organismo sobreviver e reproduzir, estes traços, portanto, são considerados como adaptativos.

Essa versatilidade biológica e sócio-cultural concorre para o sucesso da espécie humana (DUBOS, 1965).

Moran (1994) considera que quando um organismo, seja humano ou não, responde, às características funcionais e estruturais do ambiente, ele está passando por um processo denominado adaptação.

Os catadores apresentam tal flexibilidade adaptativa, ao moldar-se às condições do ambiente, disponibilidade de recursos e território para desempenharem sua função.

Um exemplo de flexibilidade e adaptação às novas condições, é caso do Sr. Zezinho. Ele caminha com muita dificuldade, pois apresenta um sério problema na coluna, que adquiriu trabalhando em sua atividade anterior<sup>223</sup>. Devido ao agravamento do problema, não conseguiu mais desenvolver sua profissão. A partir de seu afastamento, passou a receber do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o benefício Auxílio Doença, que é muito reduzido.

---

<sup>222</sup> O que também deve ocorrer com os Catadores à procura de materiais recicláveis;

<sup>223</sup> Torneiro mecânico;

A Catação, para ele, foi o meio encontrado para complementar a renda familiar, porém ela somente pode ser realizada, devido a sua limitação física, de forma moderada e pelas proximidades de sua moradia.

Ainda, se tratando de adaptação às novas condições, no grupo de Catadores estudado, 42% é constituído por pessoas que exerceram, antes de ser tornarem Catadores, outras atividades profissionais, que por motivos diversos, perderam seus nichos de mercado, encontrando na catação de materiais recicláveis uma oportunidade de trabalho e renda, que passou a garantir sua subsistência (Tabela 13).

Tabela 13 – Outras atividades exercidas antes de serem Catadores

<b>Atividade</b>	<b>%</b>
Corte de cana	32
Pedreiro ou auxiliar	27
Torneiro mecânico	15
Nenhuma	14
Do Lar <sup>1</sup>	12

Fonte: Cadastros dos Catadores PR2000R – Setor Social.

Nota: <sup>1</sup>Mulheres que realizam as tarefas domésticas, diariamente, em sua própria moradia.

Conforme os dados apresentados, aproximadamente 70% dos Catadores nunca tiveram Carteira de Registro Profissional, pois, no corte da cana, não eram registrados conforme a CLT, trabalhavam com diaristas avulsos e, daqueles que trabalharam na construção civil, apenas 12% eram registrados de acordo com a CLT.

Este quadro evidencia uma história de vida que apresenta, de longa data, experiências de exploração e não reconhecimento como trabalhadores, mesmo em outras atividades.

Ressalta-se ainda que 26% tiveram como primeira atividade<sup>224</sup> remunerada, a Catação, sendo que a principal motivação que os levaram a desenvolver esta atividade foi o desemprego<sup>225</sup>, seguido pela necessidade de complementação da renda.

<sup>224</sup> Trabalho;

<sup>225</sup> Falta de oportunidades em conseguir um “emprego formal”;

Porém, segundo depoimentos, existem algumas vantagens em ser Catadores. As mais mencionadas, foram: a ausência de um chefe ou patrão, a liberdade para fazer seu próprio horário e a possibilidade de ganhar um “trocado” diariamente.

*“...eu que faço meu horário...às vezes, quando o movimento tá fraco, vou embora mais cedo...em dia de muita chuva, eu fico em casa memo...trabalho pra mim!”*

(Sr. Augusto, 32 – Catador da região central).

Verifica-se que, mesmo sem elevados níveis de renda e devido às experiências vividas por eles, no sentido de se trabalhar em cooperação com outros Catadores, as condições de trabalho autônomo, onde não se tem um patrão, regras ou horários rígidos são vistas pelos Catadores como pontos positivos na atividade que desempenham.

### **6.3.5 Estigmas: razões e preconceitos**

Com certeza o trabalho é árduo, tanto pelo esforço físico quanto pelo estigma que sofrem. Mesmo exercendo uma atividade que foge aos padrões predominantes, o fato de disporem de uma ocupação, lhes dá o direito de recusarem os adjetivos que recebem, como: malandro, vagabundo ou marginal. Quando assim chamados, os Catadores se sentem ofendidos, e com razão, pois, na verdade, são pessoas trabalhadoras, buscando o sustento de maneira honesta.

Em sua atividade, que requer bastante esforço físico, a produção de suor é elevada e constante e, não tendo ao seu dispor locais para, pelo menos, lavar as mãos e o rosto, sua aparência sempre será de alguém que não tem higiene.

No entanto, alguns Catadores, agem de maneira a dar razão ao preconceito, uns são usuários de drogas<sup>226</sup>, outros estão envolvidos com o tráfico de drogas e roubos.

---

<sup>226</sup> Maconha, cocaína, crack e, principalmente, o álcool;

Deste modo, os Catadores que desenvolvem atividades de maneira lícita, acabam se misturando com outras pessoas que podem estar fora de um registro de licitude.

Existe uma ambivalência, pois parte da discriminação que os Catadores sofrem se justifica porque alguns que, durante a atividade de coleta, fazem coisas que não deveriam<sup>227</sup> fazer, porém, por outro lado, existe uma injustiça decorrida da generalização a todos os Catadores.

Catadores, suspeitos, eventualmente são abordados por policiais, são revistados e obrigados a descarregar toda a carga do carrinho para que se possa verificar se há ou não produto de roubo ou drogas entre o material coletado.

Quando alguns Catadores passaram a circular nas ruas usando camiseta, boné e carrinho personalizado, que identificavam a participação dos Catadores no PR2000R, em situações de batidas policiais, eles eram dispensados da verificação da carga do carrinho de coleta.

Como esses Catadores de alguma maneira demonstravam ser trabalhadores vinculados a uma Instituição, passaram a ser respeitados, tiveram melhor receptividade no contato com os lojistas, residências e também com a polícia.

Embora não haja clara indicação a esse respeito, podemos supor que a discriminação sofrida não se circunscreve somente ao fato de ser um Catador, mas que o fato de ser um Catador compõe um conjunto de fatores que levam a discriminação sofrida.

*“o que ganho não dá pra nada...é mixaria...uma humilhação! ... por causa de uns, todos pagam...ao invés de catá os papelão, tem Catadô que para o carrinho e vai pedi pros cara no carro...pede dinheiro, cigarro... assim atrapalha os otros...As pessoa acha que todo catadô, quando chega perto, vai pedir pra elas...então, elas fecha os vidro!... Não somos bem vistos porque tem uns elemento que não é gente boa não”...Isso não tá certo”*  
(Sr. Lourival, 57 anos).

---

<sup>227</sup> Como pedir, roubar e consumir ou traficar drogas;

*“...tem Catadô que já robô loja...Pra eles [lojistas], todos [Catadores] são iguais...a gente tenta explicá que não são todos...Não é porque um errô que o otro também faz igual...Não é?...Aí eles acaba não dano os materiais...Eles [lojistas] não estão nem aí com nada, tanto faz! Tem uns [lojistas] que já tão até vendeno os papelão...Eles não precisam disso!”*  
(Rogério, 23 anos – Catador da região central)

### 6.3.6 Conquistando visibilidade

*“A inclusão, somente, ocorreu por imposição do mercado de trabalho...o reconhecimento é o primeiro passo, porque indica que se trata de profissão emergente”*  
(Paiva, 2002)<sup>228</sup>

As dificuldades enfrentadas por Catadores ao tentarem a sua inserção no mercado formal de trabalho são inúmeras: baixo nível de escolaridade; geralmente se apresentam mal vestidos, poucos apresentam alguma especialização técnica, entre outras.

São os Catadores que não se encontram na dependência de sucateiros, que já tiveram algumas oportunidades para o estabelecimento de estratégias específicas para contornar situações adversas, próprias do trabalho que desenvolvem, além de terem, pelo menos em nível discursivo, superado o estigma que a atividade compreende, que assumem a condição de Ser um Catador.

Neste ponto, apresentam-se dois casos no qual a opção pela atividade de coleta e venda de materiais recicláveis foi naturalmente encarada como forma de trabalho e fonte de renda.

Dona Carmen, 55 anos, residente em um bairro periférico, moradia de alvenaria, com simples e poucos móveis e utensílios. Começou a trabalhar como

---

<sup>228</sup> Cláudia Paiva representante do Ministério do Trabalho;



empregada doméstica mensalista, mas, percebendo que como diarista poderia ganhar mais, passou a exercer esta última modalidade de trabalho. Observando a movimentação dos Catadores pelas ruas, se informou com alguns conhecidos a respeito daquela atividade. Passou, aos poucos, a catar papelão no trajeto de volta para sua casa, ia ajeitando os materiais que coletava de tal forma que pudesse carregar nos braços e armazenava em casa. Quando tinha certa quantidade já estocada, ela vendia ao sucateiro.

Não quis tomar emprestado um carrinho do sucateiro, pois sabia que não teria liberdade para vender para outro sucateiro que estivesse oferecendo melhores preços.

Aos poucos foi diminuindo as atividades como diarista e passando a dedicar-se somente à coleta, pois na catação a estava sendo a atividade mais rentável.

Logo que passou a freqüentar os encontros no PR200R e, após ter conseguido comprar o seu próprio carrinho, através do financiamento com o Banco do Povo, dizia orgulho:

*“Eu trabalho...Sou Catadora de material reciclável!”*

(Dona Carmen, 55 anos).

Por meio dessa atividade suas condições de vida começaram a melhorar, pôde comprar o mobiliário básico, como por exemplo, camas que faltavam.

É claro que em alguns momentos ela sofreu com o preconceito e a discriminação por parte de alguns, porém, em contrapartida, ela contou, em vários momentos, com a solidariedade de outros que a ajudavam separando material para lhe entregar e doando-lhe mantimentos, roupas e outros utensílios.

Outro caso é o da Dona Rosalina, que saiu do antigo local de trabalho e, aproveitando o dinheiro que recebeu do FGTS, comprou um terreno com uma pequena casa de madeira. Entre umas das tentativas de um novo emprego, concorreu a uma vaga como faxineira em um super mercado.

*“eu trabalhava registrada e tudo...ganhava muito pouco...o que ganhava não dava pra sustentá minha família...foi quando*

*comecei a catá papelão...cato em alguns pontos fixos, onde o pessoal guarda o papelão pra mim...estou reformando minha casa e comprano móveis...fiz prestação... estou pagano direitinho com o que ganho, vendendo papelão”*

(Dona Rosalina, 55 anos)

Nos dois casos, as Senhoras relataram que algumas vezes recebia ajuda de pessoas que encontrava com certa freqüência.

Dona Carmem relatou que em certo ano, no mês de dezembro, ela chegou a ganhar cestas de natal.

Dona Rosalina, comentou que pessoas de uma empresa próxima à sua casa tinham muita simpatia por ela. O pessoal, sabendo que ela coletava materiais recicláveis, começou a guardar os papelões somente para entregar a ela. Em troca, ela fazia a limpeza semanal do pátio, onde era o estacionamento da empresa; às vezes, contratavam os serviços dela como diarista para a limpeza interna do escritório. Em outras ocasiões, seus irmãos capinavam o terreno da empresa. Eram respeitados e recebiam também o almoço naquele dia de serviço.

É comum os Catadores ganharem comida pronta ou gêneros alimentícios, assim como roupas usadas e até móveis, de pessoas que passaram a ver o Catador como um trabalhador, que batalha dia-a-dia pelo seu sustento.

Ressalta-se que nestes dois casos, ambas tinham o seu trabalho estruturado, ou seja, possuíam seus fornecedores (clientes), cumpriam com os dias e horários acordados, com os clientes. Desenvolvendo a atividade de catação com profissionalismo, elas passaram a ser reconhecidas e respeitadas como trabalhadoras, ao menos pelos seus fiéis clientes.

Neste aspecto, constatou-se que Catadores com renda média melhor que a dos demais, são aqueles, também, que exercem sua atividade com certa estruturação, o que possibilita, em consequência desse profissionalismo, manter certa constância no volume de material coletado, em função dos pontos de coleta que passa a estabelecer, assim como um itinerário específico.

Ao passo que aqueles trabalhadores dependentes dos depósitos, apesar de também poderem impor o mesmo ritmo de trabalho estruturado, suas perspectivas são menores; justamente, em função da dependência que têm do depósito, dos valores recebidos e das condições em que vivem.

Embora a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis não seja reconhecida socialmente, ela se tem mostrado como uma alternativa, precária, ao desemprego e à falta de renda.

Os resultados dos estudos realizados por Lautier e Pereira (1994), considerando as empregadas domésticas e os operários da construção civil, demonstraram que esse mercado conforma-se a partir de um conjunto de estratégias não só profissionais, mas também afetivas; que vão sendo revistas e que constituem um elemento estruturador de seu funcionamento. A base desse conjunto de estratégias contém as representações de si, da atividade de trabalho e do mercado de trabalho, as quais são marcadas por uma aberrante interiorização da desqualificação social e estigma que carregam.

Os pontos de convergência do mercado de trabalho, ao qual Lautier e Pereira (1994) fazem referência, com o mercado de materiais recicláveis, são: mercado de fraca regulação institucional, o que o coloca em uma posição de grande proximidade com a economia submersa e a informalidade; baixa remuneração; alta rotatividade e; marginalização de seus atores.

A regulação deste mercado é operada por uma complexa conjugação de fatores sociais e econômicos. O entendimento de que a situação do emprego e da pobreza não é apenas o resultado de um estado de economia, é um desafio (LAUTIER; PEREIRA, 1994).

Por serem postos de trabalho passíveis de serem, ou terem sido ocupados por Catadores; por isso, poderíamos considerá-los pertencentes a uma mesma categoria analítica. Além disso, os fatores profissionais como qualificação e fatores afetivos<sup>229</sup> indicados pelos autores encontram-se contemplados ao refletirmos o contexto vivido pelos Catadores.

---

<sup>229</sup> Relações familiares daqueles que já exercem a atividade, assim como com o sucateiro;

Diante desses aspectos apontados, considera-se importante proceder à compreensão sobre a visão que os trabalhadores constroem sobre o trabalho, no intuito de obter pistas acerca de como tais visões informam as práticas no trabalho e as trajetórias profissionais.

### 6.3.7 Práticas solidárias

Conforme apresentado, os Catadores “sobre-vivem” de maneira bastante precária, onde seu esforço diário em percorrer longas distâncias, empurrando seu carrinho, que às vezes chega a pesar até 150kg, acaba por final, em somente garantir o sustento do dia, para ele e os seus.

Entretanto, apesar de em muitas vezes serem discriminados e invisíveis, alguns chegam a contar com ajuda, constante, de outras pessoas.

Dona Esperança, relata, que às vezes ganha roupas, utensílios para a casa e, também, que de um cliente<sup>230</sup>, recebe todo mês, uma cesta básica, contribuição que vem sempre em boa hora, declara:

*“No final do ano, foi ela [cesta básica] que salvou nossa ceia... a gente não tinha nada pra fazê em casa... ia passá em branco... tô doente, não tá dano pra catá mais papelão!... Óia, esse Senhô é memo abençoado!”*

(Dona Esperança, 58 anos)

*“Tem um lugá que colete que a Dona dá pãozinho com café... a gente proseia um pouco... sempre que dá eu passo por lá, e sempre é assim!... Aquela Dona é muito respeitosa”*

(Sr. Arioaldo, 80 anos)

Os Catadores acabam, entre si, criando laços de amizade, de respeito, de afeto, de carinho e de estima com aqueles que vão além de, simplesmente, permitir que seu lixo seja vasculhado por alguém.

---

<sup>230</sup> Um cidadão que lhe fornece materiais recicláveis;

A solidariedade é vista por Ferreira (2002), como um princípio organizativo sendo um dos traços característicos de uma comunidade. A ajuda mútua testemunha estas práticas de cooperação, que pode ser solicitado por quem está precisando ou mesmo ser oferecido pelos vizinhos. Neste tipo de trabalho, não existe remuneração, mas relação de solidariedade e compromisso moral da reciprocidade<sup>231</sup>,

Cândido (1998), reportando-se às formas de solidariedade, faz referência ao territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação coletiva dos moradores em trabalhos de ajuda mútua.

Segundo Kormondy e Brown (2002), é normal, dentro de pequenos grupos, as pessoas conhecerem cada uma; na verdade, a maioria delas possui algum grau de parentesco entre si. Um conhecimento tão pessoal permite que o grupo possa funcionar sem precisar de muitas das instituições formais, bastando-lhes a amizade, os mexericos e os rumores para manter o comportamento das pessoas dentro dos limites das expectativas culturais.

Os Catadores de materiais recicláveis também apresentam, de certo modo, graus de parentesco entre si, apesar de não serem parentes. Estes laços de parentescos, Moran (1990) chama de compadrio.

O mecanismo de compadrio entre os Catadores, contribui para ampliar a ajuda entre eles, é comum um Catador, compadre do outro, ajudá-lo, orientá-lo sobre pontos de melhor comércio ou de coleta.

Entre os Catadores, as relações de parentesco se efetuam de diferentes maneiras, dependendo da situação:

*“Quando eu tive sem carrinho...robaro o meu carrinho!...Então, eu mais um colega catamo papelão, durante um mês e meio, junto...Ele me ajudô muito....assim, consegui comprá otro carrinho....tem que sê assim...um ajuda o otro...as coisa já anda difícil...o que ia sê da gente sê não fosse os colega?”*

(Sr. Claudécir, 30 anos)

---

<sup>231</sup> Corresponder aos pedidos de auxílio por parte daqueles que ajudaram;

#### 6.4 Perspectivas de futuro para os Catadores de Piracicaba

Considerando 317.174 habitantes na área urbana do município (IBGE, 2000) e uma taxa média de crescimento de 1,18%, Piracicaba terá em 2006, aproximadamente 340.516 pessoas habitando em sua área urbana.

A média de produção diária de RSU por pessoa, para município do porte de Piracicaba, é de 0,69 kg (Tabela 7), Piracicaba então, estará produzindo, em 2006, cerca de 7.050 ton.mês<sup>-1</sup> de RSU.

Segundo o IPT/CEMPRE (2000), dos RSU, cerca de 30% é constituído por materiais recicláveis, assim sendo, em 2006, Piracicaba apresentará uma produção, aproximada, de 2.115 ton.mês<sup>-1</sup> de materiais recicláveis.

Benevides (2004) cita (Tabela 8) quem em 2003, 501 ton.mês<sup>-1</sup> destes materiais foram coletados<sup>232</sup>, representando cerca de 24% de todos os RSU produzidos em Piracicaba, no mesmo período.

Se considerarmos que em 2006 seja mantido o mesmo desempenho, para a coleta seletiva, apresentado em 2003 (501 ton.mês<sup>-1</sup>), este montante ainda representará cerca de 24% do potencial que apresenta.

Estes valores mostram que o município pode aumentar significativamente sua taxa de coleta seletiva. Porém, ressalta-se que, em 2003, a contribuição dos Catadores que desenvolvem sua atividade sozinho, sem estar vinculado a nenhuma Instituição ou Organização e ainda explorados pelos sucateiros, foi de 60%.

Os Catadores não demonstram mais interesse em formar um grupo, montar uma cooperativa, existe, atualmente, apenas o desejo de continuar trabalhando por conta própria:

*“Não quero mais nem ouvir falá em cooperativa...quero esquecê daquele tempo [se referindo à ”cooperativa” que não deu certo]...sempre trabalhei sozinho...não tenho dor de cabeça...ninguém me perturba...vou continuar assim”*  
(Sr. Lourival, 57 anos).

<sup>232</sup> Considerando a atuação dos Catadores de Rua (60%), do PR2000R (32%), e dos Catadores do Programa Reciclador Solidário (8%);

Por outro lado, o Programa Reciclador Solidário continua desenvolvendo suas ações, porém, estas, ainda não conseguiram atender à proposta inicial de se retirar os Catadores do Aterro do Pau Queimado. Hoje, no aterro, ainda se encontram, cerca de 60 Catadores garimpando recicláveis, sem nenhuma condição de higiene e segurança, explorados pelos “donos do lixo”, os sucateiros que lá atuam.

Duas Catadoras<sup>233</sup> da equipe de coleta do Programa Reciclador Solidário, relatam:

*“Hoje nós tamo com uns 22 Catadô...tá melhó que trabalhá no aterro...tudo é mais limpo!”*  
(Dona Luiza, 23 anos).

*“Já faz 9 mês que eu tô lá e não tive nenhum curso sobre cooperativa!”*  
(Dona Cláudia, 35).

Sobre a possibilidade de ter que dividir o espaço deles com todos os outros Catadores<sup>234</sup>, inclusive os do aterro, uma delas responde:

*“Não sei como vai sê se todo mundo de lá [aterro] vié trabalhá com a gente...vâmo vê! [demonstrando certa insegurança]... pra rendê, vamo tê que coletá muito mais que coletamo...e depois, tem o outro projeto [se referindo ao PR2000R] que coleta numa área que nós tamem coletamo...”*  
(Dona Cláudia, 35 anos).

Elas também explicaram, um pouco, sobre como é desenvolvido, o trabalho, dentro da “cooperativa”:

*“Depois de vendido tudo o que coletamo, o dinheiro da venda é dividido pra todos...ganhamo tamen umas cesta básica da prefeitura...não dá para dá uma pra cada um...mais dá para fazê*

<sup>233</sup> Os nomes das Catadoras são fictícios;

<sup>234</sup> Cabe ressaltar que pelas ruas do município atuam, aproximadamente, mais de 300 Catadores (BENEVIDES, 2004);

*o almoço pra nós...lá [na central de triagem] tem uma Dona [Catadora] que fais o almoço”*  
(Dona Luzia, 23 anos).

*“Óia, acho que ainda falta alguma assembléia...não sei se a cooperativa já tá tudo certinho...quem cuida disso tudo é a Assistente Social [menciona o nome da funcionária da prefeitura]...sei que recolhemo um pouco por mês para um fundo [provavelmente se referia ao FAT<sup>235</sup>] e tamem pagamo a previdência.”*  
(Dona Cláudia, 35 anos).

Segundo os depoimentos, o Reciclador Solidário ora<sup>236</sup> se apresenta como sendo, realmente, uma cooperativa, ora<sup>237</sup> como sendo uma proposta que está caminhando para, futuramente, se tornar uma.

Vale ressaltar, que neste nicho, coleta e venda de materiais recicláveis, vários estabelecimentos<sup>238</sup> passaram também a ocupá-lo, o que aumenta, ainda mais, a competição, por territórios e recursos (os recicláveis).

Estas iniciativas estão corretas dentro do ponto de vista econômico e ambiental. Por outro lado, os que realmente necessitam, os Catadores, tendem a continuar na miséria e na exclusão e o que é pior, o número deles parece aumentar cada ano que passa, vasculhando lixeiras, na tentativa de encontrar algo que sirva para usar, comercializar ou mesmo se “alimentar”.

Reforçando ainda mais a idéia de que não se haverá materiais recicláveis, suficientes, para que tantos Catadores “sobre-vivam” da atividade da catação, esforços e ações tem sido realizadas para que realmente o consumo consciente local

---

<sup>235</sup> Fundo de Amparo ao Trabalhador;

<sup>236</sup> Quando se refere a: arrecadação de um fundo para os Catadores; pagamento do INSS; Partilha; Assembléia;

<sup>237</sup> Quando: ainda não fiz nem curso sobre cooperativismo; Quem cuida é a Assistente Social;

<sup>238</sup> Empresas, Lojas, Restaurantes, Hotéis, Escolas, Condomínios e outros;



se torne prática constante. Estas ações vêm sugerindo a população uma nova caminhada, para que as pessoas se tornem<sup>239</sup> cidadãos conscientes.

Consideraremos então, que, em breve, todos os cidadãos passem a ter consciência e hábitos mais corretos, como consequência, grande quantidade de materiais recicláveis, que atualmente são disponibilizados pela sociedade aos Catadores, deixará de chegar a estas pessoas necessitadas.

Assim sendo, o futuro destes trabalhadores é incerto. O que se pode afirmar é que o atual panorama não apresenta grandes chances de contribuir para que os mesmos deixem de continuar sendo explorados e excluídos.

Esta classe de trabalhadores, somente terá um futuro próspero, se as próximas iniciativas estiverem atentas às tendências relatadas, superarem a repulsa, que hoje os Catadores apresentam em relação a trabalharem juntos, de forma cooperativa e, desenvolverem um processo de organização e orientação dos Catadores sobre as bases da economia solidária.

Assim, este processo deverá servir como um meio de promoção social e não como uma “solução”, um fim. Pois, quando emancipado, caberá ao Catador, agora capaz de empreender seus próprios sonhos, escolher seus caminhos.

---

<sup>239</sup> Neste ponto, há de se destacar que muitos cidadãos já se conscientizaram, portanto, já praticam todos estes R's em todas suas ações;

## 7 CONSIDERAÇÕES

Com base nos resultados apresentados no presente trabalho, pode-se considerar que:

- O objetivo do PR2000R de se organizar os Catadores em um empreendimento cooperativista, que viesse a atender aos princípios básicos da economia solidária, não foi alcançado.
- Assim sendo, os Catadores que estiveram vinculados ao PR2000R, mesmo participando dos encontros, onde diversos cursos (empreendedorismo, cooperativismo, auto-estima) foram desenvolvidos, não chegaram a se promover como cidadãos incluídos em nossa sociedade. Continuam excluídos, trabalhando sozinhos, na informalidade e sem receberem o devido reconhecimento que qualquer Trabalhador mereceria e, ainda mais, sofrendo com a exploração daqueles que compram seus materiais recicláveis, incluindo o PR2000R, que atualmente, pode ser considerado como um “sucateiro”;
- Apesar de não declarem, de forma explícita, percebeu-se que, entre os Catadores, existe certo sistema de demarcação de território e, que este é regido por um, velado, “código de ética e convivência”. Onde, disputas por territórios já ocupados e o desrespeito aos “acordos”, tem gerado agressões físicas e, até mesmo, a expulsão do Catador “infrator”, daquele território;
- Na população de Catadores, aproximadamente 42% é constituído por pessoas que exerciam outras atividades, antes de terem a catação de materiais recicláveis como oportunidade de trabalho e renda, para garantir sua subsistência. Ressalta-se ainda que, 26% dos Catadores tiveram a Catação como a primeira atividade remunerada, sendo que a principal motivação que os levaram a desenvolver esta atividade, foi a falta de oportunidade de trabalho no mercado formal, seguido pela necessidade de complementação da renda;
- Após as experiências vividas, os Catadores não demonstram mais interesse em trabalhar em formar uma cooperativa. Existindo, atualmente, apenas o desejo de continuar trabalhando, como sempre, por conta própria;

- Um município onde: os dois atuais Programas de coleta seletiva não se articulam, competem entre si; que, ainda, não possui uma política pública definida para o gerenciamento integrado de seus resíduos sólidos; os Catadores informais, não reconhecidos, contribuem com cerca de 60% do materiais recicláveis coletados, não apresenta perspectivas futuras positivas para que um Programa de coleta seletiva seja realizado de forma organizada e inclusiva, em relação aos Catadores.

## 8 CONTRIBUIÇÕES: SUGERINDO CAMINHOS

Após as experiências relatadas, o presente trabalho não tem a pretensão de apontar um caminho “certo” a se seguir, porém, com o objetivo de contribuir para que, tanto as atuais, quanto futuras iniciativas, que visarem a elaboração e manutenção de programas de coleta seletiva com a inclusão dos Catadores, algumas sugestões serão apontadas:

- a) A implantação de qualquer programa ambiental, independente da escala em que seja desenvolvido (escolas, instituições, bairro ou município) deve estar embasada em ações integradas que visem à minimização da geração dos resíduos sólidos, baseadas no princípio dos R's:
  - Refletir as atitudes e modo de vida;
  - Reeducar os maus hábitos (vícios);
  - Recriar maneiras mais simples de viver com qualidade;
  - Recusar embalagens em demasia e produtos que para ser produzido impacta o ambiente e explora pessoas;
  - Reduzir o consumo;
  - Reaproveitar, se possível, todos os materiais que seriam descartados;
  - Reencaminhar os materiais que, ainda, sobrarem de volta ao ciclo;
  - Respeitar toda e qualquer forma de vida e de recursos;
  - Reharmonizar com si próprio e com o ambiente que o cerca.
- b) Em período de construção do novo aterro sanitário, o momento é oportuno para que se possa adequar as atuais condições desfavoráveis, revendo e adequando o manejo de seus RSU, até então praticados, como por exemplo, a inclusão dos Catadores em um Programa, com base na economia solidária;
- c) Devem ser incorporadas à Legislação Municipal e ao Plano Diretor Municipal, diretrizes para o estabelecimento de um Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU), visando incentivos a parcerias públicas e privadas, bem como a destinação de recursos financeiros para o desenvolvimento destas propostas;

- d) O GIRSU deve ser, efetivamente, articulado com as diversas iniciativas atuantes, visando a implantação de um Programa de coleta seletiva com a inclusão dos Catadores<sup>240</sup>. Tomando como referência as experiências vividas;
- e) Os programas de coleta seletiva, implantados, ou ainda em planejamento, devem permitir aos Catadores, a participação plena em todo o processo, não propiciando assim, que outras Instituições, ou pessoas que não os Catadores, passem a ocupar este nicho, que é, por direito, do Catador. Os programas devem, também, envolver a sociedade como co-responsável na geração dos resíduos sólidos, por meio de programas efetivos de educação ambiental, como ferramenta para a cidadania;
- f) O Programa "Reciclador Solidário" deve, dentro dos princípios da economia solidária, instituir, definitivamente, uma Cooperativa, para que realmente o Programa possa trazer para a formalidade os Catadores. Apenas este programa, talvez, não resolveria a demanda apresentada pelo município;
- g) Instituir e manter no Município um Grupo para assessorar e orientar: o GIRSU; a elaboração e monitoramento de um programa de coleta seletiva para todo o município, com a participação do Catador em todo o processo. Neste ponto destaca-se que a ONG PIRACICABA 2010 está empenhada em montar este grupo;
- h) Criar uma cooperativa é trazer benefícios para os Catadores associados, pois o trabalho fica mais organizado, sendo divididos custos e receitas. Esta iniciativa, como qualquer outra, exigirá estudos (legislação, administração), planejamento, muito empenho, dedicação e parcerias diversas (Universidades - incubadoras, Governo, ONG's e outras Instituições);
- i) A Proposta da Cooperativa deve suprir as necessidades de consumo, de um bem ou serviço, necessidades sociais e educativas, respeitando a capacidade dos próprios Catadores, gerando trabalho e renda e novas condições de vida a partir das experiências por eles vividas;
- j) A central de triagem, da cooperativa, deve propiciar às pessoas que a freqüentam, um ambiente organizado, limpo, saudável, salubre, com segurança e

---

<sup>240</sup> Tanto os que atuam nas ruas quanto os que estão no Aterro;

harmônico. Sentindo-se acolhidas, respeitadas e com possibilidades de prosperarem, elas contribuirão com o Programa com todo o seu potencial, o que refletirá na qualidade do serviço e no aumento da produção;

- k) O Facilitador (mentor) deve sempre conduzir a relação com os Catadores de forma clara, profissional, honesta e harmônica, para que eles tenham sempre o Programa como um aliado e parceiro, sabendo que a articulação e o desenvolvimento das diversas ações comuns trarão sempre benefícios mútuos. Para uma orientação mais efetiva, ele deve, também, estar atento à diversos aspectos, como: rotina dos Catadores; a percepção do espaço por eles vivido; as maneiras como eles usam, ocupam e valorizam os espaços e recursos; suas formas de produção e de consumo, considerando a renda individual e familiar; as formas de relação e comunicação com a comunidade local, e vice-versa; aspectos relativos à história local, envolvendo organizações, grupos, pessoas, relações sociais, políticas e culturais; as relações que os Catadores estabelecem com os locais de trabalho (rua, trânsito, lixo, depósitos...), com as autoridades e com o poder público;
- l) Permitir, por meio de orientações, capacitações (cooperativismo, alfabetização, administração, contabilidade, informática...) e assessorias, que os próprios Catadores passem a gerenciar (contabilidade, negociação de preços; resolução de conflitos...) seu próprio empreendimento, a Cooperativa;
- m) Desenvolver nos Catadores a consciência de união, cooperação, respeito, amor, e cidadania (deveres e direitos), princípios básicos necessários para o sucesso da Cooperativa. Desenvolver também: a autonomia e o empreendedorismo; a capacidade de ler, interpretar e transmitir informações; a capacidade de tomar decisões e; o respeito às decisões tomadas;
- n) Formalizar parcerias, por meio de convênios e parcerias com a OCESP; Universidades (Incubadoras) e com o SEBRAE, para as capacitações em cooperativismo e em empreendedorismo;
- o) Em todo o processo, a prática da “Promoção Social” deve ser uma constante. Os Catadores devem ser orientados a conquistar seus benefícios, com isso eleva-se

a auto-estima, o auto-respeito e o sentimento que “Sou Capaz”, criando-se um *Ciclo Virtuoso* de empenhos e conquistas;

- p) Despertar, resgatar e aproveitar os talentos (técnicos, profissionais e artísticos) natos ou adormecidos nos Catadores;
- q) Os Catadores devem participar constante e efetivamente de Fóruns (Lixo e Cidadania), simpósios, congressos (relacionados às questões Social, ambiental e econômica) e outros movimentos da classe. Pois, estes espaços serão importantes para que os Catadores possam elaborar propostas e, até, Projetos de Lei. A elaboração e efetivação de uma Política de Manejo dos Resíduos Sólidos, eficaz e viável, somente será possível, com a participação do principal ator no processo, o Catador;
- r) Visando a saúde e segurança do trabalhador, programas de relaxamentos e alongamentos (ginástica laboral) sejam desenvolvidos com os Catadores a cada intervalo. Esta prática irá trazer maior qualidade de vida aos trabalhadores, prevenindo lesões que decorram dos movimentos repetitivos, praticados no processamento dos materiais recicláveis. Não havendo desconforto e nem afastamentos por lesões, a saúde e a produção estarão garantidas, até mesmo, poderão ser aumentadas;
- s) Desenvolver programas de incentivo e motivação no grupo, como, por exemplo: eleger, periodicamente, de forma participativa, um ou mais trabalhadores que se destacaram (o mais: cooperativo, amigo, educado, amável, assíduo, pontual, entre outras qualidades); Manter um painel com o nome, foto e data em que cada trabalhador faz aniversário. No final do mês propiciar um encontro, com um lanche especial, para se cumprimentar os aniversariantes e aqueles que se destacaram;
- t) Manter o hábito de reuniões semanais com toda a equipe, para que as metas de produção da semana sejam traçadas, assim como, para se discutir as dificuldades e ouvir sugestões para superação das mesmas. Mostrar (painel permanente) o desempenho de produção dos últimos períodos e as metas da semana, assim, todos poderão, a qualquer momento visualizar o desempenho.

Estes recursos visuais estimulam, assim como orientam, mantendo todos empenhados para atingir as metas propostas;

- u) Elaborar Programa de Acolhimento e Treinamento aos Novos (Catadores, funcionários, estagiários, voluntários). Além de aprenderem as técnicas e procedimentos de um setor específico, os Novos, para efetivamente se integrarem e contribuírem com o Programa, devem: conhecer a história da Instituição; a importância (sócio-ambiental-econômica) do Programa, sua missão, metas e objetivos; todos os integrantes (funções e responsabilidades de cada); o regimento e normas internas; o organograma; os setores e suas responsabilidades; a gestão (informações, documentos, planilhas, dados,...). Com relação aos voluntários, estes, somente poderão contribuir depois de conhecer todo o programa e elaborar uma proposta de trabalho (projeto), definindo: o quê?; como?; de que maneira?; quando? e; onde deverá contribuir;
- v) Manter, periodicamente, cursos e palestras sobre Educação Sexual (prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar); Higiene e Saúde; Primeiros Socorros; Segurança no Trabalho; Economia Doméstica, Prática das Virtudes (cooperação, amor, respeito, união, verdade...); Educação Ambiental; Processos e técnicas relacionados com o processamento dos materiais recicláveis; cooperativismo e; empreendedorismo. Estes cursos poderão ser viabilizados, por meio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou convênios e parcerias com Órgãos e Instituições diversas;
- w) Formalizar convênios e parcerias que possibilitem atendimento médico, odontológico e psicológico a todos;
- x) Incluir, quando necessário, Catadores e seus familiares, em Programas Sociais do Governo.

Serão diversas as dificuldades que aparecerão no processo de elaboração, implantação e manutenção de programas sócio-ambientais como estes, porém ressalta-se que a maioria delas estão diretamente ligadas à vontade política de governantes, à continuidade administrativa, à capacitação técnica e profissional e à recursos financeiros disponíveis.



Segundo Conceição (2003), um dos maiores obstáculos e desafios à implantação de empreendimentos solidários, como, por exemplo, uma cooperativa de Catadores, está em superar a cultura individualista que estes trabalhadores apresentam e torná-los habilidosos em trabalharem em cooperação. Este autor recomenda que programas sócio-ambientais com a finalidade de formar cooperativas de catadores, através de mentores e incubadores devem ser revistos, com o objetivo de que as organizações adquiram sustentabilidade própria e que sejam reconhecidas pelo trabalho ambiental desenvolvido.

Buscar e enfatizar ações que promovam maior integração entre os vários segmentos da sociedade e priorizar práticas integradoras e holísticas, capazes de promover geração de trabalho e renda, assim como a preservação ambiental, é essencial para o sucesso e manutenção de um programa de coleta seletiva (BARCIOTTE, 1994).

A participação democrática é ressaltada por Ruffino (2001). Este autor relata que quando num programa de coleta seletiva, há o envolvimento dos diversos setores da sociedade, são criadas condições a médio e longo prazo de auto-gerenciamento do mesmo.

As iniciativas com propostas de promoção de pessoas excluídas devem abandonar ações “paternalistas” de “cuidar da pessoa”, e sim passar a propor ações concretas que realmente transforme o cidadão em empreendedor de sua própria vida, de seus sonhos.

Apenas trilhar por caminhos orientados não deverá garantir o sucesso de um programa sócio-ambiental, mas, se sua concepção e desenvolvimento estiverem embasados na ética, no compromisso, no profissionalismo, no respeito, na solidariedade e no amor; a proposta será bem sucedida.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 9.1 Desenvolvimento sustentável: sonho ou possibilidade real?

Em sua evolução, a espécie humana desenvolveu necessidades e demandas diversificadas, para satisfazê-las, assim, “necessita” utilizar, de maneira insustentável, recursos naturais como matéria prima para a produção econômica de bens e serviços, propiciando grandes transformações em todos os ambientes.

No atual estágio de desenvolvimento e evolução humana, a escolha e decisão sobre os padrões sustentáveis de produção e de consumo podem significar a diferença entre o desequilíbrio ambiental e a sobrevivência das espécies, ainda existentes, inclusive a humana.

A ideologia de uma cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação de uma pessoa como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as ações que o tornam humano e ignora tudo que não esteja diretamente e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem-estar.

Pode-se considerar as transformações que ocorreram ao longo do século XX e nestes primeiros anos do século XXI, para entendermos que, paralelas às lutas contra a miséria e a exclusão e pela justiça social e ambiental, as imensas conquistas da ciência e da tecnologia vem redeterminando, com inusitada freqüência, as nossas necessidades.

Têm-se ainda a máquina publicitária, a mídia, determinando nossos desejos e transformando o potencial de consumo como um índice cada vez mais presente e contundente do que devemos ter e, acima de tudo, do que devemos ser (ALMEIDA JÚNIOR, 2001)

Esta visão fragmentada e antropocêntrica tem sido apontada, não somente como uma das causas, mas como o principal obstáculo para a superação da incapacidade política de reverter os riscos ambientais e a exclusão social.

Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa compreender as possibilidades e os limites dos recursos e do papel da espécie humana nos processos evolutivos, sob pena de levá-lo à extinção.

Muitas civilizações e sociedades que existiram durante a história foram incapazes de relacionar-se de modo duradouro com a base física na qual viviam, vindo a enfraquecer-se e a extinguir-se. A falta de capacidade de sustentar-se no ambiente gera o empobrecimento da base de riqueza natural, resultando em empobrecimento econômico, miséria, exclusão social e aumento dos conflitos sociais. Esses processos desagregadores levam às instabilidades políticas e conflitos que provocam a decadência e o enfraquecimento da sociedade (DIAMOND, 2005)

O desenvolvimento científico e tecnológico alcançado pela humanidade nos leva a acreditar que o grande desafio que viveremos no século XXI, será o encontro cooperativo entre as diversas nações. Se, no passado, estas puderam vivenciar lentamente seus processos de diferenciação e evolução, hoje, a civilização ocidental industrial, dominante, espalha rapidamente sua influência por todo o planeta, com efeitos impactantes que podem levar a um colapso, inclusive cultural, caso não exista a auto-reflexão e a inflexão desse curso da história.

Capra (1988), afirma que chegamos a um ponto de mutação, no qual os paradigmas dominantes precisam ser transformados, para que a evolução possa prosseguir sem o risco de a espécie humana provocar sua autodestruição. Ele acredita que a visão de mundo sugerida pela física moderna seja incompatível com a nossa sociedade atual, a qual não reflete o harmonioso estado de inter-relacionamento que observamos na natureza.

Assim, a relação utilitarista, atual, que a espécie humana mantém com o ambiente, deve dar lugar a uma cultura de paz e harmonia com a natureza, se reestabelecendo o natural, onde o Homo sapiens sapiens se reintegre como parte da biodiversidade. Propiciando a este ser não mais considerar o ambiente apenas como fonte de recursos naturais a ser explorado e exaurido, ou como um grande depósito de resíduos, no qual descartamos as sobras, subprodutos do consumo material imediatista e exagerado (CAPRA, 2002).

Leroy e Pacheco (2005) definem sustentabilidade, à luz da democracia, como sendo o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais da sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sócio-políticos que orientam a distribuição dos recursos ambientais. Em lugar de colocar a sustentabilidade como algo já definido,

ela passa a ser tarefa nossa, pela qual se resgata a cidadania, se instaura o conflito na busca da boa sociedade e de um outro desenvolvimento. Ainda, segundo os autores, se a democracia é um processo e, de construção coletiva, ela supõe colocar-se em atitude de abertura à mudança, uma atitude de "libertação".

Sem reconhecimento dos direitos humanos, democracia não é possível. Para os excluídos, miseráveis e invisíveis, é quase impossível fazer valer seus direitos. E o tamanho da injustiça aumenta, com a conseqüente negação do direito universal à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho e a uma vida digna, com qualidade.

Percorrer o caminho para a sustentabilidade, implicará na formação de uma nova consciência e vontade coletiva, que questione o poder das elites; o uso que é dado à ciência e à tecnologia; a mercantilização dos valores que determinam nossa ética, nossos sonhos e desejos.

Enfim, para se tornar e manter-se sustentável, o desenvolvimento precisará fazer uso crescente do conhecimento humano, em sinergia com uma estrutura social e econômica totalmente diferente, embasada nos princípios de solidariedade, ética, respeito, partilha, cooperação e amor. Toda a biodiversidade pode depender de sermos ou não capazes de realizar tal mudança.

## 9.2 Novos saberes e aprenderes

*"Ninguém liberta ninguém, ninguém liberta a si mesmo: os homens se libertam em comunhão...ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo".*

(FREIRE, 1996)

Nem todo conhecimento sobre os seres vivos e sobre as relações entre eles e o ambiente é válido e útil, sendo assim, devemos estar atentos, temos muito pela frente. O desafio de nos unirmos para repensar e praticar ações sociais, em favor dos direitos humanos, da qualidade de vida e da integridade ambiental, integrar pessoas ao grupo, manifestar, tem o seu valor e importância.

O conhecimento científico acadêmico é tão válido e necessário, quanto o modo de ver e agir de outras unidades sociais: trabalhadores rurais; os artesãos; povos indígenas; os Catadores; e outras.

E como temos nos voltado a eles em busca de respostas a perguntas que não conseguimos responder sozinhos!

Assim, ao lado de uma ecologia científica, podemos estender nosso olhar e perceber por toda a parte uma variedade de outras ecologias. De outros sistemas culturais de saberes, valores e sensibilidades a respeito da natureza e das múltiplas maneiras como os seus elementos e seres vivos interagem e se relacionam.

Quando pensamos em criar um *protocolo* ou *agenda* de princípios e de preceitos para cuidar do ambiente, ou mesmo para que um grupo de pessoas possa prosperar, podemos partir também da idéia de que entre diferentes pessoas e grupos existem e co-existem diversos sistemas de uma *lógica* da natureza e de uma *ética* do ambiente.

Tanto no momento de um trabalho participativo de produção de conhecimentos a respeito do ambiente em que vivemos, quanto nos momentos de planejar ações e estabelecer procedimentos, nada enriquece mais o que se investiga, o que se sabe e compreende e o que se faz, do que a soma de diferentes contribuições.

A integração entre diferentes experiências de vida, entre diversos modos de sentir e pensar se apresenta, portanto, com uma valiosa contribuição para o conhecimento.

Na gestão solidária da nossa "casa", que se estende do meu quintal a todo o planeta, todos os conhecimentos e saberes sobre o cuidar, são igualmente válidos e proveitosos.

Neste sentido, o presente trabalho, propiciou momentos e oportunidade, ao grupo de Catadores, sempre como a dimensão de aprendizado, de trocas e interações de múltiplos saberes. As pessoas se reunindo em "círculos de experiências e de saberes", possuíam algo de seu, de próprio e de originalmente importante. Estes momentos foram fecundos, onde todos tiveram algo a dizer e algo

a ouvir, a aprender e a ensinar. Houve, não apenas, a reciprocidades de saberes, mas também de vidas e de afetos, onde os encontros eram verdadeiros círculos de diálogos.

Pessoas, em sinergia num grupo, se transformavam com a tarefa partilhada de criar solidariamente seus saberes, através do qual cada participante vivia o seu aprendizado pessoal.

Na verdade, tudo na vida são trocas e interações, consigo mesmo, com os outros, com a vida e com o mundo, se tudo são diálogos contínuos, múltiplos e crescentes, então na verdade conhecemos e compreendemos algo quando fazemos parte dos círculos de vida e de saber em que algo é compreendido.

Para se caminhar na construção de uma sociedade sustentável, considera-se, portanto, que a prática deste viver partilhando experiências, saberes e sensibilidades, embasados na ética, cooperação e solidariedade, é indispensável.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA JÚNIOR, A. R. Espelho Eletrônico. **Cadernos do Instituto Franciscano de Antropologia**, Bragança Paulista, v. 28, n. 1, p. 49-72, abr. 2001.

ALVAREZ, S. E. **Cultures of politics, politics culture**. Boulder: Westview Press, 1998. 323 p.

APAE. **Projeto reciclar 2000 regional nosso futuro sustentável**: apresentação da macro região. Disponível em:  
<[http://www.linkway.com.br/apaerc/central\\_triagem.htm](http://www.linkway.com.br/apaerc/central_triagem.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2006.

BARCIOTTE, M. L. **Coleta seletiva e minimização de resíduos sólidos urbanos: uma abordagem integradora**. 1994. 153 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciências**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 121-132, out. 1993.

BENEVIDES, G. **Gestão sócio-ambiental: um estudo exploratório em resíduos sólidos domésticos do município de Piracicaba -SP**. 2004. 103 p. Dissertação (Mestrado profissional em Administração) - Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

BIDONE, F.R.A. **Metodologia e técnicas de minimização, reciclagem, e reutilização de resíduos sólidos urbanos**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 17 p.

BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualidade**: a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Ática, 1996. 180 p.

BOSERUP, P. **Population and technological change**. Chicago: University of Chicago Press, 1981. 232 p.

BOUGNEY, A.S. **Ecology of populations**. 2nd ed. Oxford: MacMillan, 1973. 182 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Consumo sustentável**: manual da educação. Brasília: IDEC, 2002. 144 p.

BREDARIOL, C. **Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente**. 2001. 180 p. Tese (Doutorado em Engenharia) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, - COPPE – Coordenação dos Programas de Pós graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BRUHN, J. G. Human ecology: a unifying science? **Human ecology**, New York, v. 2. n. 3, p. 105-125, May 1974.

BRUNET, R. **Lés mots de la geographie**: dictionnaire critique. Bordoux: Reclus-La Documentación Française, 1993. 520 p.

BRÜSEKE, F. J. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996. cap. 2, p. 22-45.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática em metodologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 251 p.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas, 1997. 343 p.

CAMPOS, J.C.; BRAGA, R.; CARVALHO, P.F. (Org.). **Manejo de resíduos**: pressuposto para a gestão ambiental. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal/ Deplan/ IGCE/ UNESP, 2002. 250 p.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**. 8. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998. 122 p.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1988. 447 p.

\_\_\_\_\_. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002. 296 p.



CARON, D.; BEDUSCHI FILHO, L. C.; BARTHOLOMEU, D. B.; CENAMO, M. C. Novas formas de organização de coletadores e empresários em torno dos projetos para geração de energia com biogás em aterros sanitários. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos**...Brasília: SOBER, 2005. 1 CD-ROOM.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. **Guia da coleta seletiva de lixo**. São Paulo: CEMPRE, 1999. 89 p.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Inventário estadual de resíduos sólidos domiciliares**: relatório de 2003. São Paulo: CETESB, 2004. Disponível em:<<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2004.

CHAVES, L. I. **Parâmetros ambientais no planejamento de móveis seriados de madeira de acordos com relatos de designers**. Curitiba: CEFET, 2003. 136 p.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, cap. 3, p.87-121.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

CONCEIÇÃO, M. M. **Os empresários do lixo**. Campinas: Átomo, 2003. 193 p.

CORRÊA, R. I. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. A. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec - ANPUR, 2002. cap. 5, p.252- 256.

CYPHER, J.; DIETZ, J. **The Process of economic development**. Nova York: Routledge, 1997. 325 p.

DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998. 80 p.

DIAMOND, J. **Colapso**: como as pessoas escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2005. 698 p.

DIEGUES, A C S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n.2, p. 22-29, fev. 1992.

DIEGUES, A. C. S.; SALES, R. R. Programa de pesquisas e conservação de áreas úmidas no Brasil. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2., 1988, São Paulo. **Palestra...** São Paulo: IOUSP/Fundação Ford/UICN, 1988. 1v.

DIEESE. **O desemprego permanece**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/cju/cjumpt.xml>>. Acesso em: 3 jan. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de São Paulo**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/ped/sp/pedrmsp1105>>. Acesso em: 3 jan. 2006b.

\_\_\_\_\_. **Cesta básica nacional: metodologia**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia>>. Acesso em: 8 jan. 2006c.

\_\_\_\_\_. **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminfev06.xml>>. Acesso em: 8 jan. 2006d.

\_\_\_\_\_. **Quanto se trabalha para comer**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/trajan06.xml#SAMPA>>. Acesso em: 8 jan. 2006e.

DILTHEY, W. Introducción a las ciencias del espíritu. **Revista de Occidente**, Madrid, v. 2, n.1, p. 86-95, abr. 1956.

DOUROJEANNI, A. **Procedimientos de gestión para el desarrollo sustentable**. Santiago: CEPAL, 1991. 340 p.

DOUTHWAITE, R. Is it possible to build a sustainable world? In: MUNCK R.; O'HEARN, D. (Org.). **Critical development theory: Contributions to a new paradigm**. Nova York: Zed Books, 1999. chap. 10, p.157-177.

DUBOS, R. **Man adaptation**. London: Yale University Press, 1965. 527 p.

\_\_\_\_\_. **Namorando a terra**. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 150 p.

EMLÉN, J. M. The role of time and energy in food preference. **The American Naturalist**, Chicago, v. 100. n. 5, p. 611-617, May 1966.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discurso. **Ecología Política**, Barcelona, v. 1, n. 9, p. 7-25. sep. 1955.

ESPINOSA, H. R. M. Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica. **Ambiente**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 40-44, jul. 1993.

EVANS, G. W; JACOBS, S. V. Air pollution and human behavior. **Journal of Social Issues**, Washington, v. 3, n. 37, p. 95-125. Oct. 1981.

FARIA, L F. Hotéis de selva e novas territorialidades no Amazonas. In: FARIA, L. F. **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001. cap. 6, p.115-127.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.1, n. 15, p. 59-85, dez. 2000.

FERREIRA, A. **A questão dos resíduos sólidos urbanos: um projeto institucional da UNESP**. São Paulo: FUNDUNESP, 1994. 74 p.

FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo**. 2002. 204 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 487 p.

FIRESTONE, L. **Catadores do lixo no Brasil**. Disponível em: <[http://blogs.law.harvard.edu/lixo/stories/storyReader\\$7](http://blogs.law.harvard.edu/lixo/stories/storyReader$7)>. Acesso em: 20 nov. 2005.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Economia solidária: fundamento de uma globalização humanizadora**. Disponível em: <<http://www.attac.info/mumbai2004/index.php?NAVI=1016-114612-14pt>>. Acesso em: 25 out. 2004.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development**. Cambridge: Blackwell, 1992. 435 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 157 p.

GODIM, J.A.; **Reciclagem**. 2003. 134 p. Dissertação (Mestrado em Saneamento e Ambiente) - Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L.M. **A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo**. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>>. Acesso em: 12 out. 2005.

GOMES, M. A. O.; ALENCAR, E. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 211 p.

GONÇALVES, J. A. **Metodologia para a organização social dos catadores**. São Paulo: Peirópolis, 2002. 190 p.

GONSALVEZ, M. A. O valor da afinidade: parentesco e casamento entre os Pirahã. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 55-07, fev. 1997.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002. 173 p.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 175 p.

HARDESTY, D. L. The niche concept: suggestions for its use in human ecology. **Human Ecology Bulletin**, v. 3, n. 1, p. 71-85, Mar. 1975.

HARRIS, M. **The sacred cow and the abominable pig**. New York: Simon & Schuster, 1985. 232 p.

HERINGER, A. **Lixo: o que fazer com ele?** Disponível em: <<http://www.jornaldomeioambiente.com.br>>. Acesso em: 9 fev. 2004.

HINRICHS, R.A. **Energy**. New York: Phototake, 1991. 560 p.

HIRSCHMAN, A. **Getting ahead collectively**. Nova York: Pergamon Press, 1984. 430 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31&paginaatual=1&uf=35&letra=C>>. Acesso em: 02 ago.2004.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS; COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Lixo municipal: Manual de gerenciamento integrado**. 2 ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000. 370 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cooperativas de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação**. São Paulo: IPT/SEBRAE, 2003. 111 p.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Estratégia mundial para a conservação: A conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado**. São Paulo: CESP, 1984. 235 p.

JUVENCIO, F.C.; ANDRADE, G.V.; PANZUTTI, R. (Org.). **Cooperativismo ao alcance de todos**. São Paulo: OCESP, 2000. 120 p.

KAROL, E. **Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional**. 2000. 162 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

KORMONDY, E.; BROWN, D. **Ecologia humana**. São Paulo: Atheneu, 2002. 503 p.

KUNH, T. **Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 257 p.

LAUTIER, B.; PEREIRA, J.M. Representações Sociais e construção do mercado de trabalho: empregas domésticas e operários da construção civil na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 1, n.21, p. 101-124, jun. 1994.

LEALDINI, M. L. C. **Catadores de materiais recicláveis: panorama atual e perspectivas futuras**. 2004. 173 p. Monografia (Pós Graduação *Lato-Sensu* em Ecologia) – Faculdades Integradas Maria Imaculada, Instituto Maria Imaculada, Mogi Guaçu. 2004.

LÊNIN, W. **Cahiers philosophiques**. Paris: Sociales, 1965. 460 p.

LENSKI, Z. E.; CENSKI, J. **Humanas societies: an introduction to macrosociology**. New York: McGraw-Hill, 1982. 465 p.

LEROY, J. P.; PACHECO, T. Democracia. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Diretoria de Educação ambiental, 2005. cap 11, 127 -140 p.

LÉVI-STRAUSS, C. Aula Inaugural. In: ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. cap. 6, p. 211-244.

MACIEL, M.L. **Cooperativas populares em arranjos e sistemas de MPME – NT1.5: rede de sistemas Produtivos e inovativos locais**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/rede>>. Acesso em: 05 nov. 2003.

MARTINS, J. S. **Uso, apropriação e exploração do território: o caso de Itaúnas (ES)**. 2004. 130p. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) - Escola superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba. 2004.

McMICHAEL, P. **Development and social change**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1996. 285 p.

MENEZES, M. A. Trabalho por conta própria: o sonho dos migrantes? **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 23-26, mar. 1990.  
MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992. 115 p.

MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações humanas da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990. 367 p.

\_\_\_\_\_. **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica**. São Paulo: EDUSP, 1994. 445 p.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientais à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-52, set. 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez. Brasília: UNESCO, 2000. 30 p.

NEDER, L. T. C. **Reciclagem de resíduos sólidos de origem domiciliar: análise da implantação e da evolução de programas institucionais de coleta seletiva em alguns municípios brasileiros**. 1995. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

NETTING, R. M. **Hill farms of Nigeria: cultural ecology of the Kofyar of the Jos Plateau**. Seattle: Washigton Press, 1986. 350 p.

NOORGARD, R. Los desafíos de la política de desarrollo sustentable. **Ambiente y Desarrollo**, Santiago, v. 4, n.3, p. 25-40, agosto 1988.

NOVAES, W. **Alerta para o problema do lixo no mundo**. Disponível em: <<http://www.jornaldomeioambiente.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2003.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p.

OLIVEIRA, S. **Gestão dos resíduos sólidos urbanos na microrregião homogênea serra de Botucatu: caracterização física dos resíduos sólidos domésticos na cidade de Botucatu - SP**. 1997. 127 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia / Energia na Agricultura) - Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 1997.

PAIVA, C. Miséria reciclada: desemprego impulsiona corrida da sucata. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2003. Dinheiro, p. 6.

PANZUTTI, R. (Org.). **Cooperativa: uma empresa participativa**. São Paulo: OCESP, 2000. 129 p.

PIANKA, E. R. **Evolutionary ecology**. New York: Harber & Row, 1983. 380 p.

PIRACICABA. **Mapa exclusão/inclusão social da cidade de Piracicaba**. Piracicaba: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Instituto de Pesquisas e Planejamento, 2003. 97 p.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. **Mapas temáticos**. Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/docs/Localizacao%20e%20Extensao.pdf>> . Acesso em: 10 out. 2004a.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/docs/Localizacao%20e%20Extensao.pdf>> . Acesso em: 10 out. 2004b.

\_\_\_\_\_. Câmara de vereadores de Piracicaba. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/camver/LEIMUN/2001/05057.tif>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/docs/Dados%20Demograficos.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2006a.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/docs/Volume%20de%20Reslduos%20Domiciliares%20Coletado%20-%201974%20a%202005.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2006b.

QUIJANO, A. **La economía popular y sus caminos em américa latina**. Lima: Mosca Azul, 1998. 240 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 236 p.  
RAO, P. **Sustainable development: economics and policy**. Malden: Blackwell Publishers, 2000. 170 p.



RAPPORT, D. J.; TURNER, J. E. Economic models in ecology. **Science**, Washington, v. 195, n. 1, p. 367-373, Apr.1977.

RICHERSON, P. J. Ecology and human ecology: a comparison of theories in the biological and social science. **American Ethnologist**, New York, v. 4, n. 1, p 1-26. Feb. 1977.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. 2001. Disponível em: < <http://www.resol.com.br/cartilha4/> >. Acesso em: 12 jul. 2004.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. cap. 8, p. 327-368.

RUBERG, C. **O gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares: o caso de João Pessoa**. 1999. 176 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

RUFFINO, P. H. P. **Proposta de educação ambiental como instrumento de apoio a implantação e manutenção de um posto de orientação e recebimento de recicláveis secos em uma escola estadual de ensino fundamental**. 2001. 53p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

SACHS, I. **Stratégies du l'écodéveloppement**. Paris: Economie et Humanisme, 1980. 331 p.

\_\_\_\_\_. **Ecodesarrollo: Desarrollo Sin Destrucción**. México: El Colegio de México, 1982. 247 p.

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 207 p.

SAHLINS, M. **Culture and practical reason**. Chicago: The University of Chicago Press, 1976. 423 p.

SAHLINS, M. **The use and abuse of biology**. London: Tvistock, 1977. 386 p.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Afrontamento, 1994. 270 p.

\_\_\_\_\_. Reinventing democracy. In: SYMPOSIUM OF INSTITUTE FOR LAW AND SOCIETY, 1., 1999, New York. **Palestra...** New York: Institute for Law and Society, 1999. 1v.

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. cap. 1, p. 23-77.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 134 p.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. Record, 2000. 292 p.

SCARLATO, F.C.; PONTIN, J.A. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. São Paulo: Atual, 1999. 126 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.  
**Diagnóstico Municipal: Piracicaba – SP**. São Paulo: SEBRAE, 2001. 138 p.

SERÕA DA MOTTA, R; SAYAGO, D. **Propostas de instrumentos econômicos ambientais para a redução do lixo urbano e o reaproveitamento de sucata no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 160 p.

SERVETAMBIENTAL. **Galeria de fotos**. Disponível em:  
<<http://www.servetambiental.com.br/galeria/18.jpg>>. Acesso em: 18 ago. 2005.

SERVICE, E. R. **The hunthers**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966. 274 p.

SIH, A.; MILTON, K. A. Optimal diet theory: should the Kung eat mongongos? **The American Anthropologist**, Arlington, v. 87, p. 396-401, Mar. 1985.

SILVA, J. H. Ação sócio-ambiental do projeto reciclar 2000 – regional - nosso futuro sustentável na região sudeste do estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL – Gestão Ambiental Urbana e Industrial, 3., 2002. Porto Alegre. **anais...** Porto Alegre: GEA/UI, 2002. 1 CD ROOM.

SINGER, P. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999. 60 p.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

SPOSATI, A. **Mapa de exclusão/inclusão social de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996. 170 p.

\_\_\_\_\_. **Cidade, território, exclusão/inclusão social**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Cidadet.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2005.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão: a criação e re-criação de trabalho e renda**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/economiasolidaria.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2005.

TELLES, V. S. **Cidade e trabalho**. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=79](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=79)>. Acesso em: 20 dez. 2005.

TOPALOV, C. **La naissance du chômeur**. Paris: Albin Michel, 1994. 1910 p.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **O ecomercado de trabalho na reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo: definição e aplicabilidade**. Brasília: CNPq/IBICT//UNESCO, 2000. 48 p.

USEPA. United States Environmental Protection Agency. **The solid waste dilemma: an agenda for action**. Washington: U.S. Government Print Office, 1989. 70 p.

VCP. **Contêineres para coleta seletiva**. Disponível em:  
<<http://www.vcp.com.br/Meio+Ambiente/Performance+Ambiental/default.htm>> Acesso em: 20 dez. 2005.

VIEIRA, P.F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. J. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. cap. 3, p. 45– 49.

WHITE, L. Energy and the evolution culture. **American Anthropology**, Washington, v.45, n. 1, p. 335-356, Apr. 1943.

WILSON, E. O. **Da natureza humana**. São Paulo: EDUSP, 1981. 263 p.

\_\_\_\_\_. **Diversidade da vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 466 p.

# **ANEXOS**

## 1A - COLETA SELETIVA

O processo de reciclagem de materiais somente é possível se uma coleta prévia, que separe e selecione os materiais recicláveis do restante dos RSU, ocorrer.

Este processo consiste em um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, previamente separados na própria fonte geradora, com a finalidade de reaproveitamento e reutilização no ciclo produtivo, o mesmo, tem por objetivo a separação e o acondicionamento diferenciado dos materiais recicláveis que podem ser recuperados. Para a prática da coleta seletiva é necessário existir quem fará a coleta, um mercado para os recicláveis e que os cidadãos estejam conscientes das vantagens e cooperem (BRASIL, 2002).

A operacionalização da coleta seletiva pode ser efetuada de duas formas (CEMPRE, 1999):

- separando-se os materiais recicláveis, agrupando-os de acordo com o tipo de material que o constitui<sup>241</sup>, chamado de sistema de coleta multi-seletiva;
- utilizando-se recipientes diferenciados<sup>242</sup> (Figura 19 – ANEXO B) ou reunindo todos os recicláveis em um recipiente apenas.

Em países desenvolvidos, quase sempre os sistemas e modelos adotados são subsidiados pelo poder público. Entretanto, nos países em desenvolvimento raramente são aplicados de forma subsidiada (RIO DE JANEIRO, 2001).

O sistema de coleta multi-seletiva, inicia-se na própria fonte geradora, por meio da separação rigorosa de todos os diferentes tipos de materiais recicláveis. Nesse sistema, o veículo de coleta deve ser adaptado, tendo, por exemplo, sua carroceria compartimentada de forma a transportar, separadamente, os diferentes tipos de materiais (RIO DE JANEIRO, 2001).

Segundo o IPT/CEMPRE (2000), existem diversos aspectos técnicos e econômicos que podem dificultar a implantação de um sistema de coleta multi-seletiva, tais como:

- necessidade de veículos coletores especiais;

---

<sup>241</sup> Papel, plástico, metal, vidro;

<sup>242</sup> Contêineres. Um para cada tipo de material;

- espaço físico, na fonte geradora, para armazenamento dos materiais em separado;
- maior frequência (dias) de coleta;
- capacidade de escoamento (venda) de todos os materiais;
- necessidade de uma campanha educativa mais detalhada e contínua.

Outro sistema de coleta seletiva, conhecido como o “modelo clássico de separação”, é mais simples, considera, apenas, dois grupos de RSU:

- materiais orgânicos (úmidos): sobras de alimentos e os resíduos contaminados do banheiro. Devem ser acondicionados em um único recipiente e coletados pelo sistema de coleta de convencional;
- materiais recicláveis (limpos e secos): metais, papéis, plásticos e vidros.

Devem ser acondicionados em um único recipiente, por exemplo, um saco, e entregues aos Catadores, ao sistema de coleta seletiva do município ou levados aos pontos de entregas voluntária (PEV's) (RIO DE JANEIRO, 2001).

Para a realização da coleta seletiva é necessário associá-la a uma central de triagem, onde os materiais recicláveis são recebidos, separados, prensados, picados, enfardados ou embalados, ou seja, é necessário um local onde os materiais recebam um pré-beneficiamento, que irá agregar valor aos recicláveis, visando melhores condições para comercialização (IPT/SEBRAE, 2003).

A implantação da coleta seletiva deve basear-se no tripé (IPT/CEMPRE, 2000):

- conscientização (informação e sensibilização), para motivação do público alvo;
- tecnologia, para efetuar a coleta, separação e reciclagem;
- mercado, para absorção do material recuperado.

A informação, sensibilização e a conscientização devem ser objetos de investimentos constantes, pois quanto maior a participação voluntária menor será o custo administrativo.

Diversos são os aspectos da coleta seletiva, que podem ser considerados como positivos (IPT/CEMPRE, 2000):

- estímulo à cidadania, pois requer maior participação e cooperação social, contribuindo para a preservação dos recursos naturais;
- geração de trabalho e renda para os Catadores;

- boa qualidade dos materiais recicláveis, pois estão menos contaminados pelos outros materiais presentes;
- prolonga a vida útil dos aterros sanitários.

Outros fatores podem ser considerados como negativos, pois dificultam a implantação ou a manutenção de programas de coleta seletiva, são eles (IPT/CEMPRE, 2000):

- necessidade de novos investimentos, pois a utilização de caminhões diferenciados para recolherem os recicláveis em dias diferenciados aos da coleta convencional, irão aumentar dos gastos em coleta dos RSU;
- necessidade de uma central de triagem, onde os materiais são recepcionados, separados por tipo de materiais que os compõem e preparados<sup>243</sup> para a venda;
- implantar o programa no município todo, de uma só vez<sup>244</sup>.

São quatro as principais modalidades de coleta seletiva: porta-a-porta, por caminhões; recepção em postos ou locais de entrega voluntária (LEV's); recepção em postos de troca e pelos Catadores. Este último segmento, foco deste trabalho, atualmente vem se destacando, tanto pela eficiência na quantidade coletada de materiais recicláveis, quanto na iniciativa de se organizarem como um segmento de trabalhadores, buscando espaço e reconhecimento no mercado de trabalho (IPT/CEMPRE, 2000).

### 1.1 A - Coleta porta-a-porta

Semelhante ao procedimento de coleta convencional ou regular, porém com algumas variações. Os veículos coletores de acordo com o sistema adotado, multi-seletiva ou seletiva, percorrem os bairros, em dias e horários específicos que não coincidem com a coleta normal. Os moradores colocam os recicláveis nas calçadas, devidamente acondicionados, de acordo com o sistema de coleta adotado (CEMPRE, 1999).

---

<sup>243</sup> Enfardar, ensacar ou colocar dentro de recipientes;

<sup>244</sup> A implantação deve se iniciar em pequena escala, sua ampliação deve ser gradativa;



Porém, este tipo de coleta, em sua maior parte, é realizada pelos Catadores, que utilizam carinhos, puxados por eles próprios, carroças puxadas por cavalos ou, até mesmo, veículos motorizados<sup>245</sup>.

A implantação do sistema de coleta seletiva “porta-a-porta”, requer que a população esteja, permanentemente sensibilizada, informada e mobilizada por meio de um programa de educação ambiental (EA) (IPT/SEBRAE, 2003).

### **1.2 A - Coleta por entrega voluntária**

A coleta seletiva voluntária utiliza normalmente contêineres ou mesmo pequenos depósitos, colocados em pontos fixos pré-determinados, os PEV's ou LEV's, no município, onde a população, espontaneamente, leva e deposita os recicláveis (CEMPRE, 1999).

Nos PEV's ou LEV's, cada material deve ser colocado em contêineres específicos, devidamente identificados (Figura 19 - ANEXO B). Periodicamente, uma equipe do programa de coleta seletiva faz o recolhimento destes materiais recicláveis, transportando-os até a central de triagem (RIO DE JANEIRO, 2001).

### **1.3 A - Coleta por recepção em postos de troca**

Esta modalidade se baseia na entrega do material reciclável em troca de algum bem ou benefício, que pode ser alimento, vale-transporte, vale-refeição, descontos ou vale compras. Estes postos geralmente são encontrados em hipermercados das grandes cidades (IPT/CEMPRE, 2000).

Os materiais arrecadados por estes estabelecimentos, são, posteriormente, doados a Entidades Assistenciais ou a Organizações de Catadores, prática reconhecida como exercício de responsabilidade sócio-ambiental. Nos casos, em que os materiais são vendidos diretamente aos sucateiros, não se pratica a responsabilidade social, apenas a ambiental.

---

<sup>245</sup> Vide figuras: 4, 5, e 6 (ANEXO B);

## 2 A - Técnicas de informação

A participação da comunidade é importante para o sucesso e manutenção da coleta seletiva. Neste sentido, orientar, sensibilizar e estimular a população, constantemente, a participar é imprescindível para a manutenção e sucesso de qualquer programa de coleta seletiva. A comunicação deve trazer, entre outras informações, o total de material coletado, os ganhos sociais e ambientais proporcionados e as metas alcançadas em num determinado período. Devem ser transmitidas de forma clara, em formato atraente, em uma linguagem simples e acessível a todos (CEMPRE, 1999).

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001, regulamentou e instituiu um código de cores (padrão) para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado por todos os programas de coleta seletiva na identificação de contêineres e transportadores, bem como em campanhas informativas (Tabela 14).

Tabela 14 – Código padrão de cores para identificação dos recipientes na coleta seletiva

<b>COR</b>	<b>MATERIAIS</b>
Amarela	Metal
Azul	Papel e Papelão
Verde	Vidro
Vermelha	Plástico
Branca	Resíduos do Serviço de Saúde
Cinza	Gerais misturados e não passíveis de separação
Laranja	Resíduos perigosos
Marron	Resíduos orgânicos
Preta	Madeiras
Roxo	Resíduos radioativos

Fonte: adaptado de Rio de Janeiro (2001).

Inscrições com os nomes dos resíduos e outras instruções, quanto à segregação ou quanto ao tipo de material, não foram objetos de padronização, mas, recomenda-se utilizar as cores preta ou branca, de acordo com a necessidade de contraste com a cor da base do resíduo em questão. (RIO DE JANEIRO, 2001).

### **3 A - Usinas de triagem e ou compostagem**

As “Usinas de triagem e (ou) compostagem”, também conhecidas pela denominação de Unidades de Segregação e (ou) Compostagem, prevêm a instalação de um galpão com equipamentos para a separação dos resíduos recicláveis dos outros resíduos sólidos; usualmente esse processo emprega esteiras rolantes. Os sacos contendo os RSU são rasgados para separar o material a ser reciclado dos resíduos orgânicos, que são encaminhados para a compostagem ou para a disposição final em aterros. O sistema é oneroso, exige gastos com técnicos especializados e equipamentos, porém, existem alguns municípios ainda o praticando. Em razão de as instalações não apresentarem resultados satisfatórios, além apresentar riscos à saúde dos trabalhadores, a utilização deste sistema, está sendo abandonada (BRASIL, 2002).

### **4 A - Central de triagem**

A “Usina”, não deve ser confundida com uma “Central de Triagem”, a última, como visto acima, recebe os RSU misturados, separam os materiais recicláveis que, posteriormente, são comercializados sujos, a preços inferiores. A central de triagem recebe os materiais recicláveis previamente separados pela população, dos outros RSU e, portanto, geralmente limpos, de modo adequado a serem comercializados por melhores preços (IPT/SEBRAE, 2003).

Seu funcionamento adequado pressupõe a associação a um programa de coleta seletiva, em que os recicláveis coletados já foram, na fonte geradora, separados. Geralmente separados em secos (recicláveis) e úmidos (não recicláveis).

Ainda, de acordo com o IPT/SEBRAE (2003), uma central de triagem, deve servir como sede e base operacional de uma Organização de Catadores. Neste sentido, dois

aspectos são importantes, sua localização e seu arranjo interno, devendo-se considerar que:

- sua localização deve ser estudada e definida de acordo com o tamanho e características geográficas do município e da extensão do programa de coleta seletiva a ser implantado;
- a escala de abrangência, deve ser estudada e definida, pois pode-se optar por mais de uma central de triagem ou áreas de transbordo (transferência);
- a população do entorno deve ser esclarecida quanto a proposta, os aspectos sócio-ambientais envolvidos e ser incluída como parceira no programa a ser desenvolvido;
- no arranjo interno, deve-se buscar um padrão aceitável e viável, de acordo com o tamanho do empreendimento; as instalações devem ser adequadas e contribuir para a dignidade, segurança e produtividade do trabalho; devem facilitar a circulação de pessoas, veículos e a movimentação de carga; e assim devem prever e minimizar de riscos de acidentes.

Uma central de triagem básica<sup>246</sup> contém: área coberta para separação e beneficiamento dos materiais; escritório; cozinha e refeitório; sanitários e vestiários com chuveiros (feminino e masculino); área para guardar ferramentas; área externa suficiente para estacionamento e acesso de veículos de acordo com os tipos de veículos que serão utilizados (manuais ou motores). A área de carga e descarga deve facilitar o manuseio do material reciclável, ou seja, descarga dos coletados e o carregamento dos materiais processados; área, tipo “baias”, para abrigar os materiais recicláveis a serem processados e outra para aqueles que serão estocados até a comercialização (IPT/SEBRAE, 2003).

Cabe acrescentar ainda que, para uma infra-estrutura de uma central de triagem, alguns itens devem ser planejados e previstos, tais como: instalação elétrica com ligação específica conforme os equipamentos a instalar; ventilação; iluminação (inclusive à noite para segurança); drenagem de águas de lavagem e tratamento de esgoto; pavimentação, se necessária.

---

<sup>246</sup> A Figura 20 (ANEXO B) mostra uma vista parcial do funcionamento de uma central de triagem

Quanto à segurança, deve-se solicitar a vistoria do Corpo de Bombeiros e do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), para que avaliem os locais onde deverão ser instalados os extintores de incêndio e demais equipamentos de proteção aos trabalhadores (IPT/SEBRAE, 2003).

#### **4.1 A - O fluxo dos materiais em uma central de triagem**

Em uma central de triagem, para otimizar o tempo e os recursos, deve-se estabelecer o melhor fluxo possível dos materiais recicláveis, desde sua entrada até a sua saída (Figura 20 – ANEXO B).

De acordo com o CEMPRE (1999), a planta desta unidade pode variar de acordo com o esquema de recebimento, tipo e separação dos recicláveis e da exigência do mercado. Por exemplo, pode-se proceder ou não a prensagem e ao enfardamento, os vidros podem ser comercializados a granel (por unidade), ou seja, deve-se considerar as exigências do mercado existente na região para a comercialização do material reciclável.

A área de armazenagem ou estocagem pode ser parcial ou totalmente coberta, sendo que as particularidades e características básicas de cada material devem ser adequadas na estocagem, a fim de garantir a segurança do local e a boa qualidade do material que será comercializado (CEMPRE, 1999).

Ainda, de acordo com CEMPRE (1999), no fluxo de processamento, algumas características dos materiais devem ser consideradas:

- **Metais:** os metais ferrosos, não precisam de abrigo coberto para garantir sua qualidade, tendo em vista que sua oxidação (ferrugem) serve como proteção às camadas internas. No caso de fogões, geladeira, chaparia e outros objetos grandes que requerem espaços específicos, se armazenados ao ar livre, tornam necessária a atenção para que não acumulem água e assim, se tornem criadouros de vetores de doenças, como o mosquito que transmite a dengue. O alumínio, muitas vezes necessita ser estocado em local seguro, devido o alto valor agregado que apresenta;

- Papel: permeável e inflamável; deve-se ter cuidado com a sua estocagem. Deve ser armazenado em local coberto para evitar a absorção de águas de chuva, como também estar protegido de águas de limpeza e higiene. Como pode se incinerar facilmente, aconselha-se a não empilhar os fardos até o teto da central, devem ser estocados estrategicamente próximos aos extintores de incêndio;
- Plásticos: são, também, inflamáveis; deve-se tomar os devidos cuidados e manter as mesmas regras de segurança adotadas com relação ao papel. Também devem ser armazenados em local coberto para evitar o acúmulo de água e a degradação do material por ação dos raios solares;
- Vidros: a sucata de vidro não triturada e previamente selecionada, pode ser estocada em tambores e (ou) caixas. Os cacos de vidro, por serem materiais cortantes, devem ser acondicionados de modo a não oferecer riscos aos trabalhadores. Se os vidros não foram armazenados em locais cobertos, recomenda-se armazená-los de forma a não acumular águas das chuvas.

Os espaços destinados à armazenagem devem permitir que os materiais sejam estocados pelo menos por 15 dias, até a sua comercialização. Outra forma de dimensionar os espaços necessários dentro ou fora da central, é ter por base os volumes equivalentes a cargas completas de um caminhão com dois eixos (truck), otimizar o frete e a venda de materiais, economizando recursos (IPT/SEBRAE, 2003).

A triagem pode ser efetuada com auxílio de equipamentos elétricos, mediante emprego de esteiras rolantes transportadoras e, também, com silos de armazenamento de materiais. A utilização destes justifica-se para grandes quantidades de materiais e maior número de trabalhadores na central. Já em processos de menor escala, a separação pode ser efetuada em bancada ou mesa de catação. Para maximizar a eficiência do processo de triagem, na definição do tipo de equipamento e forma de utilização devem ser analisados os seguintes parâmetros: quantidade de material a ser separado; número de pessoas que irão trabalhar; área disponível (CEMPRE, 1999).

Para o caso de utilização de esteiras rolantes, a definição destes parâmetros irá influir na velocidade e tipo da esteira que será adotado. Sugere como forma de aumentar a produtividade e maximização do uso do equipamento, estabelecer turnos e equipes de trabalho. Quando, na velocidade mínima da esteira, a velocidade de

separação dos recicláveis é insuficiente para a quantidade de RSU recebidos, são utilizados silos de armazenagem para melhorar a produtividade. Recomenda-se ainda que seja efetuada a capacitação técnica de trabalhadores para manutenção deste ou demais equipamentos (IPT/SEBRAE, 2003).

As formas usuais de beneficiamento e de armazenagem, para diversos tipos de materiais recicláveis, são apresentadas, de maneira simplificada, na tabela 15.

Tabela 15 - Formas de triagem, beneficiamento e armazenagem dos materiais recicláveis

(continua)

<b>MATERIAIS</b>	<b>SEPARAÇÃO (categorias)</b>	<b>BENEFICIAMENTO</b>	<b>ARMAZENAMENTO</b>
Metal	Alumínio (Latas)	(*)	Sacos ou a granel
	Alumínio (Outros)		
	Cobre	Desencapamento (fios)	Sacos ou a granel
	Ferrosos (Latas e outros)	(*)	Caçamba
	Ferrosos (Chaparia)		
Papel	Papel branco	(*)	Sacos ou Caçamba
	Papel misto	(*)	Sacos ou Caçamba
	Papelão	Prensagem	Fardos
	Revistas	(*)	Pacotes amarrados
	Jornal	(*)	Pacotes amarrados
Plástico	PET	Prensagem	Fardos
	PVC – frascos	Prensagem	Fardos
	PVC – canos	(*)	Sacos ou a granel
	Plástico duro	(*)	Sacos
	Plástico filme	Prensagem	Fardos

Tabela 15 - Formas de triagem, beneficiamento e armazenagem dos materiais recicláveis

(continuação)

MATERIAIS	SEPARAÇÃO (categorias)	BENEFICIAMENTO	ARMAZENAMENTO
Vidro	Caco - colorido e transparente	(**)	Caçamba
	Garrafa e pote	(**)	Caçamba ou a granel
	Plano	(*)	A granel

Fonte: adaptado de IPT/SEBRAE (2003).

Nota: (\*) Não precisa.

(\*\*) Não precisa, mas podem ser triturados.

Ressalta-se ainda que, acrescentando-se algumas outras ações ao processo de triagem e beneficiamento, pode se agregar valor aos materiais recicláveis. Estas podem ser (IPT/SEBRAE, 2003):

- para metais – retirada de contaminantes (pedra, areia, plásticos e outros) e separação por tipo;
- para papel – separação por tipos;
- para plásticos – retirada de rótulos e tampas, separação por tipo e cor; lavagem, moagem e secagem;
- para vidro – separação por tipo e cor, lavagem e trituração,

Porém, as centrais de triagem, devem adquirir apenas equipamentos que facilitem o trabalho e (ou) que agreguem certo valor aos materiais, pois esses implicam investimentos e custos de operação e manutenção. A necessidade de novos equipamentos poderá ser avaliada após um período de funcionamento. Os equipamentos que podem ser utilizados nas atividades de triagem e beneficiamento são (IPT/SEBRAE, 2003):

- b) Balança - equipamento prioritário para controle do fluxo de entrada e saída de material. De preferência deve ser eletrônica com capacidade para 200 kg;
- c) Balcão, mesa ou esteira rolante, são estruturas para a triagem manual dos materiais:
  - balcão: estrutura fixa de madeira ou alvenaria, alimentada por uma gaiola ou silo (suspenso), que possibilita o armazenamento de quantidades maiores de



materiais, otimizando o espaço vertical. O volume do silo deve ser suficiente para se estocar material por, no mínimo, 2 dias;

- mesa: também pode ser de madeira ou de alvenaria. É uma alternativa para triagem de pequenas quantidades. O espaço ocupado pelo separador e mesa é de aproximadamente 1,5 m;
- esteira rolante: devido ao investimento inicial, ao consumo de energia elétrica e manutenção, tem um custo maior. É constituída, geralmente, de ferro, a correia é de borracha, seu comprimento é variável, sua velocidade de transporte pode variar de 12 a 15 m.min<sup>-1</sup> (metros por minuto), podendo, ou não, vir acompanhada de um separador magnético de metais ferrosos;

c) Silos: utilizados para armazenagem, quando a velocidade de separação (da esteira) não é suficiente para cobrir a quantidade de materiais recicláveis a serem separados, a fim de obter melhor produtividade;

d) *Big bags*, bombonas e caixas retornáveis: os *big bags*, são sacos grandes de rafia (tipo de fibra plástica), já as bombonas são recipientes plásticos como as caixas retornáveis. São utilizadas para estocar materiais para a triagem ou mesmo aqueles já separados e não enfardados, organizando assim o espaço na central de triagem. Os *big bags* podem, também, serem utilizados durante a coleta seletiva nas ruas;

e) Prensa: equipamento muito importante, pois economiza espaço na armazenagem e otimiza o transporte de cargas comercializadas. O ideal é utilizar uma prensa hidráulica vertical para fardos maiores (PET com 70 kg e papelão com 200kg);

f) Empilhadeira: é indispensável no transporte e manuseio de fardos. Permite aproveitar melhor o espaço do galpão, possibilita o armazenamento de quantidades maiores e otimiza o frete;

g) Caçamba (de caminhão): com uma capacidade de, aproximadamente, 50 m<sup>3</sup> (volume), é um recipiente muito útil para armazenar vidros e sucata ferrosa (volumosa). Assim, evita-se a disposição dos materiais no chão, facilita a remoção e organiza o espaço utilizado. Geralmente são cedidas pelo comprador, que substitui a cheia por outra vazia;

h) Moinhos: para a moagem de plásticos podem ser utilizados moinhos de facas, objetivando a fragmentação em partes menores. A tela do moinho possui orifícios com tamanho adequado para os fragmentos (*flakes*).

## 5 A - A reciclagem

A reciclagem, como uma das alternativas de tratamento ou como redução de RSU, atualmente é muito discutida tanto nos meios científicos e técnicos como pela população em geral.

Os principais benefícios ambientais da recuperação de materiais, presentes nos RSU são (RIO DE JANEIRO, 2001): economia de matérias-primas não renováveis; economia de energia nos processos produtivos; aumento da vida útil dos aterros sanitários; e estímulo à consciência ambiental e dos princípios de cidadania.

Reciclagem é a recuperação de diversos materiais por meio de processamento industrial, com a finalidade de gerar um produto que pode ou não ser do mesmo tipo ou ter a mesma função que o original. Esta definição aplica-se geralmente ao material pós-consumo, que saiu de uma indústria, foi comercializado e descartado. Existem quatro tipos de reciclagem (IPT/SEBRAE, 2003):

- primária – o material mantém as mesmas propriedades físicas e valor econômico, em relação ao material inicial, como exemplo as latas de alumínio retornando à indústria para gerar novas latas de alumínio;
- secundária – o material perde algumas propriedades físicas, como resistência ou cor, e assim deve ser usado em aplicações técnicas diferentes ou menos rigorosas, como, por exemplo, baldes plásticos retornando à indústria para a fabricação de cabides ou brinquedos;
- terciária – o material só é utilizado para a incineração energética para recuperação de energia embutida, devido ao alto teor de contaminação (mistura com outros materiais);
- quaternária – a última possibilidade anterior ao destino final, o aterro sanitário, é a transformação do material em um composto, que representa uma fonte de nutrientes e energia, pois ajuda a substituir fertilizantes químicos e melhorar a estrutura física do solo.

Reciclagem, portanto, é um conjunto de operações interligadas, realizadas por diferentes atores e segmentos, onde os materiais recicláveis, por meio de um processo em cadeia, passam por diversas etapas de operação, constituindo-se em matéria-prima para a produção de novos objetos.

Assim, torna-se necessário entender como são formados os elos da cadeia de reciclagem (IPT/SEBRAE, 2003):

- a geração dos resíduos: é o primeiro elo da cadeia, geralmente efetuado por agentes como: as indústrias, o comércio, os serviços, órgão públicos e a população consumidora em geral;
- a coleta seletiva: é o segundo elo, diferenciada da coleta convencional, onde os matérias recicláveis são coletados total ou parcialmente separados. Como agentes neste elo, pode-se citar: Catadores (organizados ou não), empresas privadas de coleta dos RSU e as prefeituras;
- a triagem e classificação: é o terceiro elo, corresponde às operações de separação mais fina, classificação mais apurada e enfardamento dos materiais. Os principais agentes envolvidos são: Catadores organizados (em associações ou cooperativas), sucateiros;
- beneficiamento: é o quarto elo, as operações de beneficiamento envolvem procedimentos específicos para cada material, transformando os resíduos recicláveis em novos insumos para a indústria. Como exemplo, a transformação do plástico por meio de operações de moagem, lavagem, secagem, aglutinação, extrusão ou granulação. Os agentes mais comuns são as empresas que podem realizar parte ou todas as operações de beneficiamento; apenas algumas Organizações de Catadores já realizam operações de beneficiamento;
- reciclagem: último elo da cadeia, quando os produtos intermediários vindos das operações anteriores são utilizados como insumos em instalações que utilizam somente materiais reciclados ou sua mistura com matérias-primas virgens para a fabricação de novos produtos.

O conjunto de operações deste processo, desde a geração até a industrialização final, é demonstrada na Figura 21.

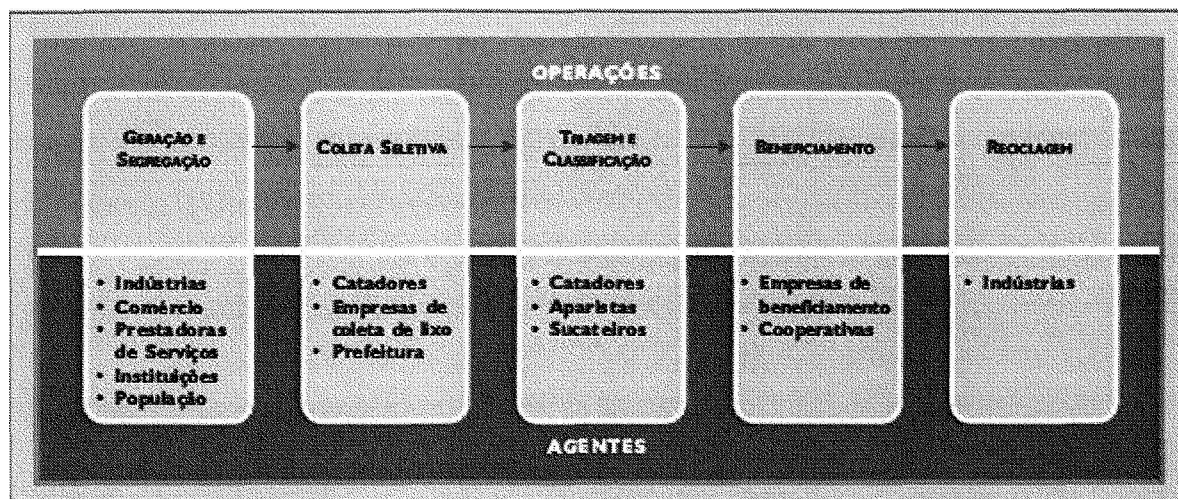


Figura 21 – Representação esquemática da cadeia de reciclagem  
Fonte: IPT/SEBRAE (2003).

Enfim, a reciclagem ideal é aquela que está associada à coleta seletiva, onde a população separa os materiais recicláveis, 30% dos RSU, dos resíduos orgânicos (úmidos), pois, se misturados, os materiais recicláveis se contaminam, ficam sujos, tornando assim o seu beneficiamento mais complexo (IPT/CEMPRE, 2000).

## 6 A - Segurança do trabalhador

Com o objetivo de garantir a segurança dos trabalhadores, em todas as etapas do processo, desde as ruas (coleta) até as centrais de triagem, equipamentos de proteção, devem ser utilizados. Entre os equipamentos de proteção de uso individual (EPI's), destacam-se: as luvas, as botinas, a capa de chuva, o boné, os óculos, a máscara (filtrar o ar), o avental, capacetes e o fone de ouvido. Entre os equipamentos de segurança coletiva (EPC's), destacam-se: os extintores, as placas de sinalização, as faixas de isolamento, os antiderrapantes nos pisos, o corrimão e as luzes de emergência.

O uso destes equipamentos, não evita que acidentes ocorram, neste sentido, orientações técnica e capacitações (cursos) periódicas sobre higiene e segurança no trabalho, são indispensáveis (CEMPRE, 1999).



Figura 2 – Aspecto geral de lixão  
Fonte: SERVETAMBIENTAL (2005).



Figura 4 – Coleta Seletiva porta a porta por sucateiros, com caminhão  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 5 – Coleta Seletiva porta a porta por Catadores com carrinho  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 6 – Coleta Seletiva porta a porta por Catadores, com carroça (A) ou com veículo (B)  
Fonte: Silva (pesquisador).





Figura 9 – Logística dos sucateiros no aterro  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 10 – O Catador e o seu "carrinho"  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 11 – Confraternização mensal  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 12 – Catador coletando recicláveis no lixo  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 13 – Aspecto geral das moradias dos Catadores  
Fonte: Silva (pesquisador).





Figura 14 – Precariedade das moradias dos Catadores  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 15 – Moradias dos Catadores em área de risco  
Fonte: Silva (pesquisador).



Figura 16 – Aspectos gerais de um depósito de sucatas  
Fonte: Silva (pesquisador).



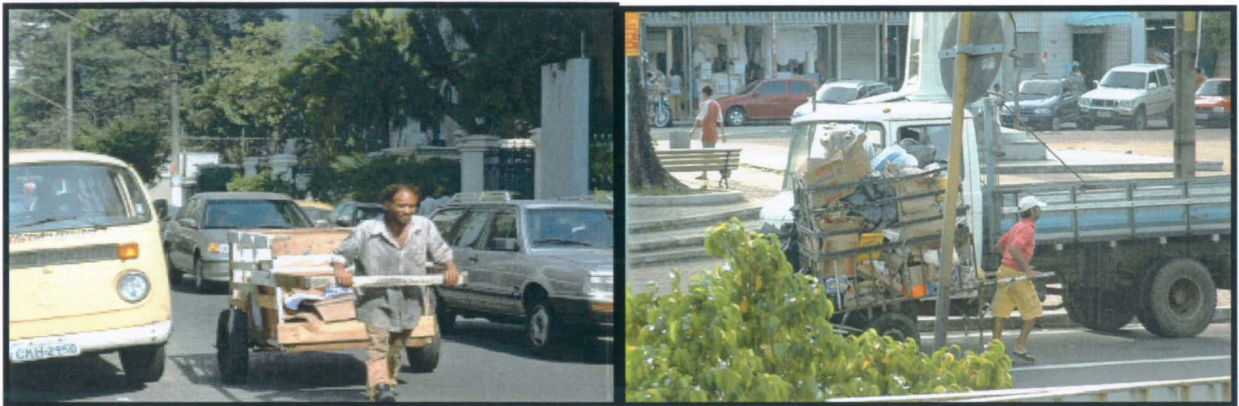


Figura 17 – O Catador no trânsito  
Fonte: FIRESTONE (2005).



Figura 18 – Coletando em dia chuvoso  
Fonte: Silva (pesquisador).



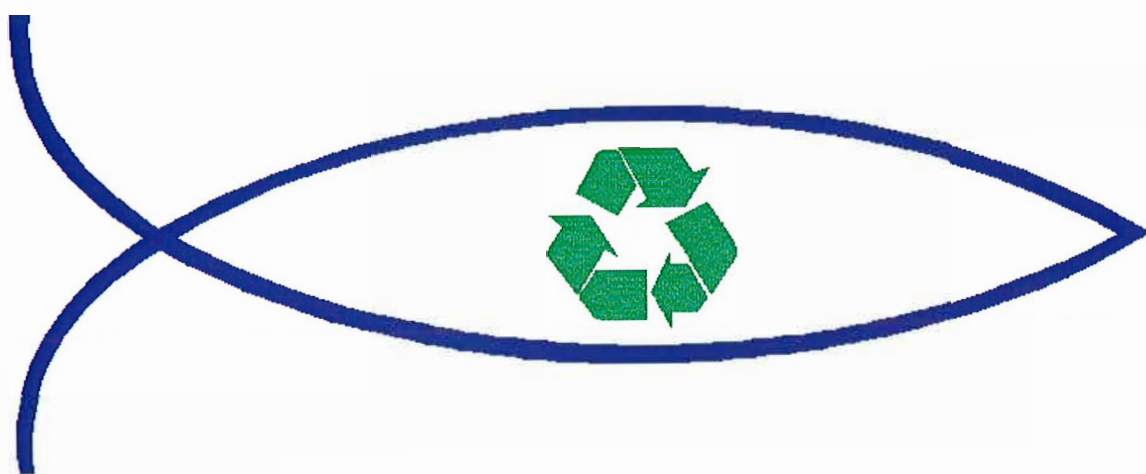
Figura 19 – Contêineres para coleta seletiva  
Fonte: VCP (2005).



Figura 20 – Aspectos gerais de uma central de triagem  
Fonte: Lealdini (2004).



**RECICLAR**



**2000**  
**REGIONAL**

*NOSSO FUTURO SUSTENTAVEL*

## CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

	[ 2000 ]							[ 2001 ]						
ATIVIDADES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	
Aumentar pontos de coleta <sup>3</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Capacitação aos Catadores <sup>1</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Capacitação profissional para Equipe Técnica <sup>1</sup>			X	X			X	X			X	X		
Compra , venda e atualização de preços <sup>7</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Construção da uma unidade Industrial <sup>8</sup>			X	X	X	X	X	X	X					
Divulgação interna e externa <sup>5</sup>		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Elaborar Relatórios <sup>3</sup>		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Especialização sobre Cooperativismo <sup>2</sup>	X	X	X	X										
Fazer cadastro de Catadores <sup>2</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Formar uma Cooperativa de Trabalho <sup>1</sup>										X	X	X	X	
Fornecer uniformes e EPI's <sup>3</sup>			X				X				X			
Interagir junto as Secretarias Municipais <sup>1</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Levantamento de dados (desempenho geral) <sup>3</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Organizar e melhorar a central de triagem <sup>3</sup>			X	X	X	X	X							
Prestar assessoria técnica regional <sup>1</sup>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Programa de apoio aos estagiários OTAP <sup>6</sup>			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Troca de experiências com Cooperativas da região <sup>1</sup>				X	X	X					X	X	X	
Viabilizar recursos <sup>4</sup>		X	X	X	X	X								
Avaliação <sup>4</sup>		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

1-Técnicos (Social/Ambiental); 2- Assistente Social; 3- Equipe (Técnicos+Encarregado); 4-Equipe+Diretoria; 6 – Equipe OTAP; 7- Encarregado de Produção; 8- Equipe+Diretoria+CETESB+FEMAQ.(empresa parceira).

## RELATÓRIO SÍNTESE

### I FÓRUM

#### PROGRAMA RECICLAR 2000 – REGIONAL – NOSSO FUTURO SUSTENTÁVEL

Elaboração:

Conselho de Gerenciamento Regional (CRG).

Os setores (público e privado), participantes e parceiros no desenvolvimento do Programa Reciclar 2000 - Regional: Nosso Futuro Sustentável, dos 30 municípios da Região Administrativa da DRADS – Piracicaba e Agências Ambientais CETESB de Piracicaba, Americana, Limeira e Campinas, promoveram o presente Fórum em busca de, através da articulação, participação responsável e visão de futuro, conjuntamente, elaborada, definir os primeiros padrões para as ações regionais.

São estas as referências práticas que o esforço organizado dos setores devem buscar na universalização do Programa nesta região geográfica.

São critérios referenciais de ação que foram, neste Fórum, estabelecidos à partir dos Grupos Temáticos das Áreas Ambiental e Social e aclamados pela plenária geral.

#### GRUPO TEMÁTICO ÁREA SOCIAL

Foram aprofundados três temas e, para tanto, constituídos três grupos de trabalho escolhidos conforme os interesses dos participantes.

Os resultados das discussões foram levados a Plenária Setorial que referendou, ampliou ou alterou as proposições, subscrevendo-as em seguida para serem levadas à Plenária Geral, conforme segue:

1) Organização de Catadores e a cooperativa como opção

1.1 essencial a consideração da cooperativa como padrão regional para a organização de Catadores;

1.2 os municípios que não contam com o número de Catadores necessários à formação da cooperativa local devem ser organizados em Cooperativas Regionais;

1.3 estabelecer critérios claros para que os participantes das cooperativas locais ou regionais sejam promovidos em sua cidadania e seja esta ação extensiva às

famílias inclusive no que concerne ao acesso às políticas setoriais de saúde, educação, etc.

1.4 estabelecer parcerias mais concretas no estabelecimento do perfil de educadores ambientais, à partir de um processo educativo que contemple também as outras fases do processo que não só a coleta (separação, industrialização, etc.);

1.5 engajar novos parceiros no processo de crescimento destes grupos, como SERT (Secretaria Estadual das Relações do Trabalho), CEMPRE, FAT, CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), etc.

2) O caráter educacional e o perfil de educadores ambientais

2.1 estabelecer um diagnóstico local da realidade para clarificar as particularidades de inserção dos grupos de Catadores, apreendendo, assim, as parcerias locais possíveis;

2.2 dar a conhecer aos Catadores a proposta completa do Programa, inclusive no que concerne aos diversos papéis e responsabilidades (entidades parceiras, segmentos públicos, etc.);

2.3 trabalhar as relações interpessoais não apenas com referência ao próprio grupo, mas também na abordagem com a população;

2.4 capacitar e treinar os grupos quanto às especificações dos materiais a serem coletados, buscando um padrão técnico;

2.5 inserir, no processo educativo, noções de cidadania;

2.6 ressaltar, no processo educativo, o impacto do trabalho do Catador quanto ao meio social e ao meio ambiente;

2.7 trabalhar noções de saúde individual e coletiva, seguro pessoal e de trabalho, meio ambiente e outros;

2.8 conformar e entender o processo educativo de inclusão social.

3) As Parceiras locais e micro-regionais: Processo de aprimoramento da interlocução

3.1 respeitar a individualização e particularidades de cada localidade envolvida;

3.2 partir sempre do referencial identificado de forças presentes e potenciais;

- 3.3 estabelecer Programas locais que contemplem estas particularidades, forças e parceiras;
- 3.4 estabelecer Conselhos de Gerenciamento locais e micro-regionais;
- 3.5 dinamização do fluxograma técnico-gerencial que compõe o Programa Regional, permitindo momentos de inversão;
- 3.6 estabelecimento de um Selo de Qualidade social e ambiental para o Programa Regional.

## **GRUPO TEMÁTICO ÁREA AMBIENTAL**

### 1) Qualidade e classificação dos resíduos

#### 1.1 Sensibilizar e informar a comunidade

1.1.1 através da Educação Ambiental, despertar a comunidade para a questão lixo, desemprego, exclusão social e preservação dos recursos naturais. Informando-a através de cartilhas, panfletos, rádio e outros meios que sirvam para o Programa de Coleta Seletiva, como este material deve estar (limpo, seco e amassado, com exceção do vidro) e como disponibilizar estes materiais para a Coleta do Programa Reciclar;

#### 1.2 Estrutura

- 1.2.1 estimular a formação e ou implantação de PEV's (Postos de Entrega Voluntária);
- 1.2.2 montar um sistema de coleta, que seja economicamente viável (caminhão, catadores, por exemplo), em parceria com Secretarias Municipais e Empresas;
- 1.2.3 viabilizar um Galpão, com balança, prensa para a recepção, triagem e estoque do material para posterior venda;

#### 1.3 Treinamento

1.3.1 curso de capacitação, ministrados por técnicos da área ou indústrias que reciclam, para catadores e trabalhadores na Central de Triagem.

#### 1.4 Mercado consumidor

1.4.1 socialização de cadastro de compradores de materiais recicláveis em toda região entre as Entidades Parceiras, sempre buscando melhores condições para venda;

2) Higiene e segurança no trabalho

2.1 Sistema de inspeção e acompanhamento

2.1.1 realizar Saúde Preventiva nas Centrais, para todas as pessoas envolvidas no Programa, com acompanhamento médico, vacinação, disponibilizar de alimentação e vestiário, por exemplo. Para execução deste trabalho deveríamos ter apoio das entidades parceiras e das estruturas das Prefeituras.

2.2 Comissão de prevenção a acidentes

2.2.1 o Programa Regional deveria, através de parceria, ter um profissional da área de segurança para orientar os grupos de CIPA para cada entidade parceira ou sub-parceira, correlacionando com as comissões de CIPA locais;

2.2.2 realizar avaliação de uso de EPI's (Portaria 32/14) adequados as pessoas envolvidas no Programa nas dependências das Centrais e na coleta para uniformização de Equipamentos e procedimentos;

2.2.3 realizar avaliação e ter sistema de Segurança em cada dependência do Programa;

2.2.4 ter treinamento específico para todos envolvidos e principalmente, para os membros das CIPA's e lideres nos locais;

2.2.5 avaliar os termos e procedimentos para assinatura do Termo de Recebimento dos EPI's e responsabilidade pelo uso;

2.2.6 avaliar a forma para o Programa ter um plano de Saúde e Seguro pessoal ou coletivo, assim como o seguro para as estruturas das Centrais de Triagem.

**DIFICULDADES APONTADAS**

As Entidades parceiras e sub-parceiras do Programa tem encontrado as seguintes dificuldades na etapa de comercialização dos recicláveis:

- Qualidade dos recicláveis;
- Falta de um volume adequado que proporcione economia de escala na venda;
- Falta de capacidade de armazenamento de recicláveis, principalmente daqueles que geram grandes volumes e, às vezes têm preços muito baixos;
- Falta de uma política de preços para a região;

- Carga tributária.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

- Criação de um escritório central de vendas para melhorar a escala de vendas, conseguindo preços e negócios melhores;
- Melhoria da qualidade dos recicláveis com definições de “Padrões do Reciclar 2000”, o que permitiria um ganho na qualidade e preço;
- Ampliação das parcerias com indústrias geradoras e recicladoras;
- Criação de uma bolsa regional de preços, permitindo uma política de preços e tabelamentos;
- Pleito junto aos políticos regionais de criação de legislação de isenção e/ou minimização de impostos para reciclagem de resíduos;
- Criação de uma estratégia de marketing para os produtos do Reciclar 2000, visando identificar os recicláveis do programa com qualidade diferenciada;
- Implantação de alternativas de preparação e/ou pré-fabricação de recicláveis, visando agregar valor ao produto (ex: estrutura de maquinário para moagem e extrusão de plásticos).

## **SUGESTÃO FINAL**

O Grupo, por unanimidade, considerou o tempo, para discussão dos temas, muito curto. Propondo a realização de um seminário, de 8 horas, para uma discussão mais profunda dos temas técnicos propostos neste evento.

Limeira, maio de 2000.